



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA
POLÍTICA**

Do Manifesto dos 113 à Unidade na Luta: a trajetória da Articulação e os conflitos internos do Partido dos Trabalhadores na construção de uma coalizão dominante (1983-1995)

Marco Aurélio Santana Ribeiro

São Carlos

2014

Ribeiro, Marco Aurélio Santana

Do Manifesto dos 113 à Unidade na Luta: a trajetória da Articulação e os conflitos internos do Partido dos Trabalhadores na construção de uma coalizão dominante (1983-1995) / Marco Aurélio Santana Ribeiro -- 2014. 124f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Maria do Socorro Sousa Braga
Banca Examinadora: Luis Alexandre Fuccille, Renato Almeida de Moraes
Bibliografia

1. Partido dos trabalhadores. 2. Organização partidária.
3. Democracia intrapartidária. I. Ribeiro, Marco Aurélio Santana. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA
POLÍTICA**

Do Manifesto dos 113 à Unidade na Luta: a trajetória da Articulação e os conflitos internos do Partido dos Trabalhadores na construção de uma coalizão dominante (1983-1995)

Marco Aurélio Santana Ribeiro

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Maria do Socorro Sousa Braga

São Carlos

2014

Para Dona Clotilde

Resumo

Nas últimas três décadas, o Partido dos Trabalhadores (PT) foi um dos partidos políticos que mais motivou estudos na academia brasileira. Muito já se falou acerca do PT. Nunca um partido na história política brasileira apresentou uma trajetória tão singular, revelando-se um dos principais contendores e organizadores do sistema partidário brasileiro da atualidade. Uma novidade na estrutura partidária do PT é sua pluralidade interna. Formado por diversas tendências, que se moldaram e se estruturaram ao longo dos anos, o PT carregou em sua história um intenso debate interno em torno das teses e ideias estruturadas por suas diversas correntes. Tida como uma das principais correntes, a Articulação surgiu em 1983, através do Manifesto dos 113. Estruturou-se ao longo da década de 80, tornando-se majoritária no partido desde seu nascimento. O objetivo desta dissertação é investigar a formação das coalizões dominantes do PT e os conflitos internos das tendências, resultantes das tentativas de domínio sobre as zonas de incerteza partidária. Nosso recorte temporal vai de 1983 até o ano de 1995 e as coalizões e conflitos serão analisados pela ótica dos Encontros Nacionais da legenda realizados neste período. Também se procede à análise de desempenho do partido nas eleições de 1986, 1990 e 1994 no que diz respeito aos cargos de deputado federal e deputado estadual de São Paulo. A hipótese que orienta esta pesquisa é de que coalizão dominante formada pela Articulação teve um alto grau de coesão interna no partido enquanto formou esta coalizão, promovido pelo seu desempenho na arena eleitoral, dando a ela maior capacidade de controlar recursos provenientes de cargos eletivos e, por consequência, um domínio sobre as zonas de incerteza do Partido dos Trabalhadores.

Palavras-Chave: Partido dos Trabalhadores, organização partidária, Articulação, democracia intrapartidária

Abstract

In the last three decades, the Partido dos Trabalhadores (PT) was one of the political parties that most stimulated research in the Brazilian academy. Much has already been spoken of PT. Never has a political party in the history of Brazilian politics presented such a singular trajectory becoming one of the main contenders and organizers of the current Brazilian political system. One novelty brought by PT's party structure is its internal plurality. Composed of various different trends, that shaped and structured themselves across time, PT fostered an intense internal debate regarding these thesis and ideas structured by its several chains of thought. Considered one of its main chains, Articulação was created in 1983 by the Manifesto dos 113. This chain structured itself throughout 1980 being the majority within the party since its birth. This thesis' objective is to investigate the constitution of PT's dominant coalitions and the internal conflicts of its trends resulting from domination attempts over partisan uncertainty areas. The chosen time frame to analyze PT's National Meetings is from 1983 to 1995. The party's electoral performance in São Paulo for congress and state representatives in 1986, 1990, and 1994 will also be examined. This thesis' hypothesis is that the dominant coalition created by Articulação had a strong internal cohesion in the party while constituting it, promoted by its trends' performance within the electoral arena, granting it greater capacity to manage resources from elected offices and, consequently, dominating uncertainty areas within PT.

Keywords: Partido dos Trabalhadores, party organization, Articulação, intra-party democracy

“O peso da injustiça pode tudo. Só não pode prender meus sonhos.”

José Dirceu

Lista de Tabelas, Figuras e Gráficos	Página
Tabela 1.1 – Tendências do PT em 1986	27
Tabela 1.2 – Tendências que obtiveram o registro antes do VII Encontro Nacional (1990)	29
Figura 1.1 – Mapa organizativo do PT (1980-1995)	31
Figura 1.2 – Sistema eleitoral do PT (1980-2001)	32
Tabela 1.3 – Encontros Nacionais (1983-1995)	33
Tabela 3.1 – Deputados eleitos em 1986	57
Tabela 3.2 – V Encontro Nacional do PT (Dez. 1987)	57
Gráfico 3.1 – Resultado da votação das chapas no V Encontro Nacional	58
Tabela 3.3 – VII Encontro Nacional do PT (Jun. 1990)	65
Gráfico 3.2 – Resultado da votação das chapas no VII Encontro Nacional	66
Tabela 3.4 – Deputados eleitos em 1990	66
Tabela 3.5 – Resultado da votação das chapas no VIII Encontro Nacional	70
Gráfico 3.3 - Resultado da votação das chapas no VIII Encontro Nacional	71
Tabela 3.6 – Deputados eleitos em 1996	73
Tabela 3.7 – Eleitos em disputa majoritária de 1994	73
Tabela 3.8 – X Encontro Nacional do PT (ago. 1995)	75
Gráfico 3.4 - Resultado da votação das chapas no X Encontro Nacional	76
Gráfico 3.5 - Resultado da votação para a presidência no X Encontro Nacional	77
Tabela 4.1 – Quantidade de deputados federais (Brasil) e estaduais (SP) eleitos pelo PT	84
Tabela 4.2 – Quantidade de deputados federais (Brasil) e estaduais (SP) eleitos pela Articulação em 1986	84
Gráfico 4.1 – Deputados federais eleitos em 1986 que pertenciam à Articulação	85
Gráfico 4.2 – Deputados estaduais (SP) eleitos em 1986 que pertenciam à Articulação	85
Tabela 4.3 – Quantidade de deputados federais (Brasil) e estaduais (SP) eleitos pela Articulação em 1990	86
Gráfico 4.3 Deputados federais eleitos em 1990 que pertenciam à Articulação	86
Gráfico 4.4 Deputados estaduais (SP) eleitos em 1990 que pertenciam à Articulação	87
Tabela 4.4 – Quantidade de deputados federais (Brasil) e estaduais (SP) eleitos pela Articulação em 1994	88
Gráfico 4.5 - Deputados federais eleitos em 1994 que pertenciam à Articulação	88
Gráfico 4.6 – Deputados estaduais eleitos em 1994 que pertenciam à Articulação	88
Tabela 4.5 – Evolução percentual da bancada federal e estadual (SP) da Articulação	89
Tabela 4.6 - Fonte de captação de recursos do DN, 1985-1995 (em %)	91
Tabela 4.7 -Assessores do PT na Câmara dos Deputados (1987-1999)	92
Tabela 4.8 -Assessores do PT na Câmara dos Deputados (1987-1999)	92

Tabela 4.9 - Coesão da coalizão dominante: distribuição dos cargos do núcleo do CEN (1981-1993)*	97
Tabela 4.10 - Coesão da coalizão dominante: distribuição dos cargos do núcleo do CEN (1993-1995)	98
Tabela 4.11 - Coesão da coalizão dominante: distribuição dos cargos do núcleo do CEN (1995-1997)	99
Gráfico 4.7 - Grau de Coesão da Articulação na Comissão Executiva Nacional	103

Siglas e abreviaturas

Instâncias do PT

EN – Encontro Nacional

DN – Diretório Nacional

CEN – Comissão Executiva Nacional

EM – Encontro Municipal

DM – Diretório Municipal

PED – Processo de Eleições Direta

Tendências Internas do PT

OT – O Trabalho

CS – Convergência Socialista

CO – Causa Operária

APS – Ação Popular Socialista

FS – Força Socialista

PRC – Partido Revolucionário Comunista

NE – Nova Esquerda

DR – Democracia Radical

TM – Tendência Marxista

VS – Vertente Socialista

DS – Democracia Socialista

AE – Articulação de Esquerda

HV – A Hora da Verdade

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

CNB – Construindo um Novo Brasil

Outros

CUT – Central Única dos Trabalhadores

IC – Instituto Cidadania

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Sumário	Página
Introdução	15
Capítulo 1 – Modelos de partido de Panebianco e organização interna do Partido dos Trabalhadores	18
1.1 – Introdução	18
1.2 - O modelo de partido de Panebianco	19
1.2.1 A coalizão dominante	20
1.2.2 Zonas de Incerteza	22
1.2.3 Incentivos organizativos	24
1.3 - Grau de coesão de uma coalizão dominante	25
1.4 - Debate sobre as tendências no PT	26
1.5 – Funcionamento da estrutura interna e mapa organizativo do partido	31
1.6 – Encontros Nacionais, Congressos e sistema eleitoral petista	32
1.7 - Conclusão	35
Capítulo 2 – A Fundação do PT e a conformação de sua primeira coalizão dominante	38
2.1 – Introdução	38
2.2 – A fundação do partido	38
2.3 – A estreia do PT na arena eleitoral: as eleições de 1982	41
2.4- Origens da Articulação dos 113 e seus primeiros anos	44
2.5 – O movimento sindical e a formação da Central Única dos Trabalhadores	53
2.6 – Conclusão	54
Capítulo 3 – A arena eleitoral e os Encontros Nacionais do PT	57
3.1 – Introdução	57
3.2 – As eleições de 1986 e o V Encontro Nacional	57
3.3 - A proporcionalidade da Comissão Executiva Nacional e a regulamentação das tendências	62
3.4 – Eleições de 1989	64
3.5 – O VII Encontro Nacional e eleições de 1990	65
3.6 – O VIII Encontro Nacional e a nova coalizão dominante	68
3.7 – A esquerda na direção do PT e as eleições de 1994	73
3.8 - O X Encontro Nacional e a conformação do Campo Majoritário	75
3.9 – Conclusão	81
Capítulo 4 – A Articulação na arena eleitoral	83
4.1 – Introdução	83
4.2 – A bancada da Articulação nas eleições de 1986, 1990 e 1994	84
4.3 - O controle interno sobre os recursos partidários	91
4.4 – Distribuição dos cargos da CEN e o grau de coesão da coalizão dominante	97

4.5 – Conclusão	105
Capítulo 5 - Considerações Finais	106
Referências bibliográficas	110
Anexos	114

Agradecimentos

Esta dissertação é fruto de um esforço acadêmico que contou com o apoio de muitas pessoas. Foram vários os incentivos recebidos. Quero fazer um agradecimento para todas as pessoas com quem pude discutir sobre o meu trabalho e me alimentar de novas ideias para continuar minha pesquisa.

Gostaria de iniciar os meus agradecimentos pela minha orientadora, a Professora Doutora Maria do Socorro Sousa Braga. Com ela tive toda força para superar obstáculos e seguir em frente e, sem ela, certamente esta dissertação não teria sido concluída. A ela agradeço de coração toda a ajuda e orientação, principalmente nos momentos em que tudo parecia estar acabado.

Ao Professor Doutor Oswaldo Amaral, da Unicamp, que foi membro da minha banca de qualificação e me orientou sobre o percurso que deveria percorrer dentro da teoria de Panebianco para que este trabalho tivesse um mínimo de solidez acadêmica. A ele agradeço imensamente as dicas e análises que fez a partir da primeira versão desta dissertação.

Da mesma forma, gostaria de agradecer ao Professor Alexandre Fuccille, da Unesp, que desde o início se interessou pelo tema da minha pesquisa, me ajudou e incentivou a consolidar este trabalho.

Agradeço aos colegas, funcionários e professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos. A convivência acadêmica com todos eles contribuiu muito para a minha formação.

Gostaria de agradecer aos dirigentes e ex-dirigentes do PT que concederam entrevistas para esta pesquisa. São eles: José Genoíno, Silvío Pereira, Valter Pomar, Paulo Skromov e, por último e mais importante, Luiz Dulci. Esta dissertação teria perdido muito sem suas análises sobre o nascimento e a trajetória da Articulação.

Ao meu amigo Paulo Leonardo, o “Pauleo”, do Instituto Lula, fica o meu agradecimento por ter viabilizado algumas das entrevistas e ajudado no mapeamento de tendências dos deputados eleitos do PT.

A Fundação Perseu Abramo teve um papel fundamental nesta pesquisa. Através dela tive acesso aos arquivos sobre a história do PT e pude ter conversas esclarecedoras sobre diversos pontos da pesquisa. Agradeço a eles e principalmente aos funcionários, destacando os nomes do historiador Rodrigo César e do pesquisador Carlos Henrique Menegozzo.

Quero também agradecer aos assessores da Liderança do PT na Assembleia Estadual de São Paulo. Dentre eles, quero destacar Bia Pardi, ex-deputada, e Julian Rodrigues, militante do partido, por terem me ajudado na coleta de dados sobre as tendências dos deputados estaduais eleitos do PT.

Ao meu amigo, companheiro de república, Alvaro “Varetinha”, agradeço por sempre ter me incentivado nos momentos mais difíceis. As nossas conversas sobre o PT me ampararam muito neste processo.

Ao amigo advogado João Vicente “Caixa D’Água”, militante do PT, agradeço pelas muitas conversas sobre o tema, já que foram fundamentais na decisão do recorte temporal ideal para esta investigação.

Outro agradecimento é ao professor Sérgio Godoy “Pesseguinho”, da Fundação Santo André, que sempre apresentou questionamentos sobre a pesquisa, que me fizeram refletir sobre a construção desta dissertação.

Ao sociólogo e amigo Adenilson Duarte, os agradecimentos pelas longas conversas sobre o trabalho. Foram bate-papos que esclareceram aspectos importantes sobre a atuação interna das tendências do PT no início da década de 1990 e também sobre outros pontos da pesquisa.

Outro amigo que merece ser lembrado é o do cientista político Diogo Frizzo, que sempre me estimulou com suas teorias e opiniões sobre o meu tema de pesquisa.

Ao meu amigo, Ivan Ervolino, doutorando do PPGPol – UFSCar, agradeço ao trabalho que teve na revisão do texto final. Além disso, suas análises e ideias me socorreram no processo de formatação dos capítulos e também na conclusão final do trabalho.

Um agradecimento a toda minha família. Meus pais e meu irmão sempre estiveram presentes em todas as etapas da minha vida acadêmica e sempre foram compreensivos com minhas ausências, mas nunca deixaram de me apoiar. Aos tios, tias, primos e primas, que sempre me deram força para continuar os meus estudos. Um agradecimento especial à minha avó materna, dona Clotilde, que infelizmente partiu em 2014 e sempre me incentivou a continuar meus estudos e fez de mim um ser humano melhor. A ela é dedicada esta dissertação.

Agradeço a cada amiga e amigo militante do PT que sempre me ajudaram e se empolgaram com esta pesquisa. A eles agradeço de coração. Travei diálogos com militantes petistas das mais diversas tendências do partido. Eles podem ter certeza de que

todas as opiniões foram registradas e me fizeram refletir durante o processo de desenvolvimento do trabalho.

Como de praxe, é preciso ressaltar que, apesar das muitas contribuições, qualquer equívoco nesta dissertação é de responsabilidade exclusivamente minha.

Introdução

O Partido dos Trabalhadores (PT) é o maior partido de esquerda brasileiro. Foi fundado em 10 de fevereiro de 1980 no Colégio Sion, em São Paulo, fruto da confluência de pelo menos três setores da sociedade: movimento sindical, intelectuais e membros da esfera progressista da Igreja Católica.

Nas últimas três décadas, o Partido dos Trabalhadores (PT) foi um dos partidos políticos que mais motivou estudos na academia brasileira. Isso aconteceu desde a fundação, em 1980, por suas especificidades internas, até as experiências mais recentes ao assumir a Presidência da República, em 2003, sob a liderança de Luis Inácio Lula da Silva. Muito já se falou acerca do PT e é quase unânime a explicação para este fato. Nunca um partido na história política brasileira apresentou uma trajetória tão singular, revelando-se um dos principais contendores das disputas e um dos organizadores da consolidação do sistema partidário brasileiro da atualidade.

Uma novidade na estrutura partidária do PT é sua pluralidade interna. Formado por diversas tendências, que se moldaram e se estruturaram ao longo dos anos, o PT carregou em sua história um intenso debate interno em torno das teses e ideias estruturadas por suas diversas correntes. Esses debates sempre tiveram como auge os Encontros Nacionais do partido.

Tida como uma das principais correntes, a Articulação surgiu em 1983 através do Manifesto dos 113. Estruturou-se ao longo da década de 80, tornando-se majoritária no partido desde seu nascimento. A Articulação construiu sua hegemonia¹ interna através dos anos e influenciou, conduziu e reprimiu decisões importantes no partido.

O objetivo desta dissertação é investigar a formação das coalizões dominantes do PT e os conflitos internos das tendências, resultantes de suas tentativas de domínio sobre as zonas de incerteza partidária. Nosso recorte temporal vai de 1983 até o ano de 1995 e o mesmo será analisado pela ótica dos Encontros Nacionais da legenda realizados neste período. Também será feita análise de desempenho do partido e de suas tendências nas eleições de 1986, 1990 e 1994 para os cargos de deputados federais e deputados estaduais de SP.

Para dar conta destes objetivos utilizamos a teoria da organização partidária de Angelo Panebianco (2005). São dele os conceitos de coalizão dominante e zonas de

¹ Nesta dissertação uso várias vezes esta palavra. Não me refiro aqui ao conceito de hegemonia de Antonio Gramsci. Utilizo a palavra hegemonia apenas como um sinônimo de “maioria interna” ou “supremacia numérica”.

incerteza. O trabalho de Panebianco nos ajudará a elucidar a trajetória da Articulação dentro do Partido dos Trabalhadores.

Faremos uma ampla análise sobre a arena eleitoral da legenda. Nosso objetivo com isso é poder mapear o desempenho eleitoral não só do partido, mas também da própria Articulação. Isso se impõe uma vez que **a hipótese que orienta esta pesquisa é a de que a coalizão dominante formada pela Articulação apresentou um alto grau de coesão interna, promovido pelo desempenho da tendência na arena eleitoral, dando a ela maior capacidade de controlar recursos provenientes de cargos eletivos e, por consequência, um domínio sobre as zonas de incerteza do Partido dos Trabalhadores.**

A metodologia de trabalho incluiu ampla leitura da bibliografia especializada, entrevistas com atores importantes do processo e pesquisas nos documentos internos do partido. Além disso, foi feita uma pesquisa de documentação na Fundação Perseu Abramo que ajudou na coleta de dados, bem como a pesquisa feita junto à assessoria da liderança do PT da Assembleia Legislativa de São Paulo.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro são discutidos os conceitos da dinâmica organizacional interna dos partidos proposto pelo cientista político Angelo Panebianco. Ainda no primeiro capítulo será investigado o funcionamento da estrutura interna do Partido dos Trabalhadores a partir de um balanço das investidas acadêmicas acerca do Partido dos Trabalhadores. Assim, referiremos neste momento da dissertação as abordagens teóricas que cada autor fez das tendências internas do PT e apresentaremos suas conclusões. Também será analisado o funcionamento do partido através de seu mapa organizativo, explicando como era feita a composição da Comissão Executiva Nacional e do Diretório Nacional e quais as influências e funções exercidas por cada instância partidária.

No segundo capítulo abordaremos a origem do Partido dos Trabalhadores, o primeiro teste eleitoral do partido em 1982, a formação da Articulação e a fundação da Central Única dos Trabalhadores.

No terceiro capítulo, analisaremos os efeitos que a evolução da arena eleitoral tiveram sobre o PT e suas disputas e eleições internas e o faremos através dos Encontros Nacionais do partido. Além dos resultados eleitorais internos do partido, investigaremos também as principais resoluções e análises de conjuntura eleitoral que a agremiação fazia à época.

Por fim, no quarto capítulo, analisaremos o desempenho da Articulação na arena eleitoral nas eleições de 1986, 1990 e 1994. Outros dados que serão averiguados neste capítulo são as fontes de captação de recursos do partido, o número de assessores parlamentares do PT na Câmara dos Deputados, mostrando sua evolução nas eleições de 1986, 1990 e 1994, as formas da comunicação interna do partido e a divisão dos cargos ocupados na CEN e suas divisões entre as tendências.

1.1 – Introdução

O objetivo deste capítulo é discutir os conceitos da dinâmica organizacional interna dos partidos proposto pelo cientista político Angelo Panebianco. Alguns dos conceitos elaborados pelo autor, que serão debatidos neste capítulo, nos serviram como importantes argumentos teóricos. Dito de outra forma, esta dissertação é, em grande medida, inspirada nas análises de modelo e organização de partidos elaboradas pelo cientista político italiano em sua obra clássica. (PANEBIANCO, 2005)

Os conceitos de Panebianco que irão delimitar nosso trabalho são os seguintes: *coalizão dominante*, *zonas de incerteza*, *incentivos organizativos* e *grau de coesão*. Através deles nos será permitido fazer uma análise do Partido dos Trabalhadores sob a ótica da disputa interna da agremiação através de seus Encontros Nacionais e de seus resultados eleitorais. Vale lembrar que o recorte temporal proposto vai do início da década de 80, em 1983 mais especificamente, ano do surgimento da Articulação, grupo ligado aos sindicalistas e ao então presidente do partido Luis Inácio Lula da Silva, e segue até o ano de 1995, ano do X Encontro Nacional da legenda.

É também objetivo deste capítulo analisar o funcionamento da estrutura interna do Partido dos Trabalhadores. Para isso, a partir do item 1.4 – Debate sobre as tendências no PT, dividimos a matéria em duas etapas de análise. Na primeira fazemos um balanço sobre as investidas acadêmicas acerca do Partido dos Trabalhadores, referindo-nos, por ora, apenas ao que concerne à abordagem teórica que cada autor faz das tendências internas do PT e suas conclusões. Outros enfoques teóricos feitos por eles, desde que incidam sobre o nosso recorte temporal, serão esclarecidos com mais fôlego nos capítulos seguintes, como a trajetória político-partidária do PT e da Articulação, a arena eleitoral, a evolução da organização partidária e as suas disputas internas. Neste primeiro momento, portanto, nosso debate terá como objetivo esclarecer as diferenças e semelhanças que cada um dos autores apresenta com relação à formação e organização das tendências internas da agremiação. Para isso, serviram como importantes referências bibliográficas algumas obras já consideradas clássicas da ciência política brasileira e da literatura internacional (MENEGUELLO, 1989; GADOTTI & PEREIRA, 1989; KECK, 1991; RIBEIRO, 2005; AMARAL 2010 e SECCO, 2011).

Na segunda parte do capítulo (itens 1.5 e 1.6) esclarecemos o funcionamento do partido através de seu mapa organizativo, explicando como era feita a composição da Comissão Executiva Nacional e do Diretório Nacional e quais as influências recebidas e as funções exercidas por cada instância partidária. Como o recorte temporal vai até 1995,

nosso objetivo foi mostrar a forma como o PT funcionava internamente até este ano. Algumas mudanças fundamentais para entender o partido nos dias atuais foram feitas apenas a partir de 2001, mas apenas as apontamos, pois sua consideração mais detida não faz parte do objetivo do nosso trabalho. Nesta segunda parte também esclarecemos o funcionamento das eleições internas do PT no período proposto. Para isso, explicamos o funcionamento dos Encontros Nacionais (EN) do partido e seus Congressos. Também neste passo delimitaremos quais Encontros Nacionais serão por nós discutidos no capítulo seguinte.

1.2 – O modelo de partido de Panebianco

Há um extenso debate na literatura sobre partidos políticos. Extenso e centenário. Muitos autores se notabilizaram em torno deste tema no início do século XX, como Ostrogorski, Weber e Michels. Maurice Duverger se destacou na metade do século e, mais recentemente, Giovanni Sartori e Angelo Panebianco.

A obra de Panebianco se destaca, pois, além de retomar o sentido organizativo dentro dos partidos, como preconizavam os primeiros estudiosos, se distancia um pouco da noção sistêmica e comparativa entre sistemas, tratando os partidos apenas com relação aos sistemas partidários dos quais eles fazem parte e, em outra vertente, comparando os mesmos sistemas – o que foi feito também, por exemplo, por Sartori. Dito de outra forma, o estudo sobre os partidos como organizações foi retomado por Panebianco em contraposição aos que viam nas análises sobre sistemas partidários a maneira ideal de entender o partido. Neste sentido, ressalva Panebianco:

Certamente, estou convencido de que a teoria comparativa dos sistemas partidários deu grandes frutos. Mas estou igualmente convencido de que as muitas zonas sombrias deixadas por essa teoria podem ser iluminadas somente com um sólido retorno ao estudo dos partidos, considerados sob o aspecto das suas dinâmicas organizativas internas. (PANEBIANCO, 2005: XIV)

É nesta direção, portanto, que caminha nossa análise.

1.2.1 – A coalizão dominante

Um dos conceitos de Panebianco que melhor explica a dinâmica interna das disputas partidárias é o da coalizão dominante.

A *coalizão dominante*, descrita por Panebianco, ocorre quando um grupo consegue controlar o partido através de uma coalizão e esta passa a ser parte integrante indispensável do desenvolvimento dele. (PANEBIANCO, 2005)

A coalizão dominante, entre outros aspectos, permite ao partido centralizar as decisões, dando unidade às ações partidárias, sem, no entanto, exterminar as divergências internas e respeitando a existência de outras tendências.

Para o autor italiano, o termo revela mais do que uma tendência ou facção dominante; afinal, seu conceito abrange também as alianças pessoais entre os filiados, alianças essas que podem ser efetivas ou apenas efêmeras, durando apenas enquanto certos objetivos comuns estão alinhados. Dito de outra maneira, uma coalizão dominante só pode existir se objetivos comuns estiverem sendo almejados.

Segundo Panebianco, o conceito de coalizão dominante permite, ao contrário de outros conceitos que expressam o mesmo sentido, como “oligarquias” em Michels, “circulo interno” em Duverger e “ditadura cesarista-plebiscitária” de Ostrogorski e Weber,

(...) fotografar melhor a efetiva estrutura de poder nos partidos, seja quando ela implica a existência de uma aliança “transversal” (entre alguns líderes nacionais e alguns líderes locais), seja quando implica a aliança entre alguns líderes nacionais e alguns líderes de organizações formalmente externas e separadas do partido. (PANEBIANCO, 2005:74)

Assim, nesta dissertação, tratamos de caracterizar a Articulação como uma coalizão dominante dentro do PT. Para nós, o grupo nascido em 1983, dominou as relações e disputas internas do partido, de maneira que podemos caracterizá-la como uma coalizão dominante.

Como explicamos, o termo, para Panebianco, pode não se referir apenas a uma tendência ou facção interna (independentes e com objetivos comuns), mas, em nosso caso, ele é agenciado para referir-se exatamente à primeira tendência - organizada como coalizão dominante segundo a dinâmica do PT, através de seus grupos internos - que se destacou através da formação, fusões/cisões de tendências internas que disputavam o poder intrapartidário entre si. Assim, neste trabalho, partimos da constatação de que a Articulação - desde sua fundação com o Manifesto dos 113, em junho de 1983 - tem o domínio das relações e disputas internas no PT, pois age como uma tendência que se tornou coalizão dominante no PT, desde sua fundação até o ano de 1993, quando outra

coalizão dominante ganha forma no partido, como veremos nos próximos capítulos. Vale lembrar aqui que outros estudos sobre o partido, como o de Keck (1991), já tratava a Articulação como uma coalizão dominante, bem como os de Amaral (2010) e Ribeiro (2010). Ao longo desta dissertação faremos outras referências a estes trabalhos.

Para nós, a própria natureza política interna da Articulação, como será exposto em outros capítulos, fez com que ela fosse de fato uma tendência interna do PT, aberta a abrigar qualquer militante. Como veremos, a “adesão solidária” sugerida pela corrente, fez dela uma tendência “guarda-chuva”, na qual militantes poderiam transitar, entrar e sair, conforme seus objetivos pessoais, contanto que estivessem de acordo com o objetivo central da corrente, qual seja, o de “dar um centro político unificador ao partido” (SECCO, 2011: 93). Deste modo, mesmo a inscrição individual, já caracterizava o militante como sendo da Articulação. Não foi por outro motivo que, no ideário petista, repetimos, ela recebeu essa alcunha de tendência guarda-chuva.

Para Panebianco, o que caracteriza uma coalizão dominante é o seu predomínio sobre as chamadas **zonas de incerteza**. A ascendência de um grupo de pessoas, de uma facção, ou, como em nosso caso, de uma tendência interna, sobre essas “zonas de incerteza”, faz com que ela tenha a primazia da distribuição de incentivos e recursos, facilitando deste modo a construção de maioria na disputa interna e formando, portanto, uma coalizão dominante.

No entanto, deve ficar claro que uma coalizão não necessariamente se eterniza no poder do partido, ao longo de suas disputas internas. A coalizão não é insolúvel, pois, como alerta Panebianco,

(...) uma coalizão dominante é sempre uma construção potencialmente precária. Ela pode desagregar-se sob o impacto de forças externas (as elites minoritárias) quando mostra não estar mais em condições de controlar as zonas de incerteza organizativa ou pode dissolver-se em razão dos seus conflitos internos, devidos a mudanças no centro de gravidade do poder. (PANEBIANCO, 2005: 74)

Entender o conceito *zonas de incerteza*, destarte, é crucial para desenvolver nosso argumento sobre a coalizão dominante da Articulação no período proposto.

1.2.2 - Zonas de incerteza

Os recursos disponibilizados por uma tendência quanto ao poder organizativo constituem um ponto de desequilíbrio nas disputas internas partidárias. Panebianco chama estes recursos de zonas de incerteza.

O autor esclarece que

Aquele ou aqueles que controlam tais zonas de incerteza, aqueles dos quais depende o exercício dessas prestações, dispõem de um **atout**, de um recurso a ser usado nos jogos de poder internos. (PANEBIANCO, 2005: 65)

As zonas de incerteza são os principais *atouts*² de uma coalizão dominante. O autor define que são seis as zonas de incerteza dentro de um partido, significando que podemos alocar qualquer recurso partidário dentro de uma delas.

São elas:

- a) A competência
- b) As relações com o ambiente
- c) A comunicação
- d) As regras formais
- e) Os financiamentos
- f) O recrutamento

A primeira delas, a **competência**, é o saber especializado das relações políticas. Esta zona de incerteza refere-se ao saber especializado de funcionários ou dirigentes do partido. Decorre da suposição e reconhecimento alheio de que algumas pessoas são indispensáveis para ocupar certos lugares ou cumprir certas tarefas. Seja dentro da burocracia ou na política, esta zona de incerteza traz a importância pessoal que alguns atores partidários têm sobre outros, em suas tarefas internas e externas ao partido.

A segunda zona de incerteza diz respeito às **relações com o ambiente**. Segundo o autor, as relações com o ambiente são a fonte maior de incertezas de uma organização partidária. Portanto, é fundamental tentar controlar ao máximo essa zona, já que sua falta de controle aumenta as chances de erros e derrotas, inclusive internas. Faz parte desta zona de incerteza a relação com outras organizações partidárias ou movimentos não partidários, ou mesmo a definição de alianças com outros partidos.

A **comunicação** é a terceira zona de incerteza. É crucial, segundo Panebianco, o domínio sobre essa zona, já que é ela quem define as comunicações internas dos partidos.

² *Atouts* são definidos como “possibilidades de vitória.” (PANEBIANCO, 2005:45)

O autor afirma que ela tem a capacidade de distribuir, manipular, retardar ou suprimir as informações internas.

A quarta zona de incerteza é constituída pelas **regras formais**. Segundo Panebianco é fundamental o controle sobre esta zona, já que em um partido existem diversas possibilidades quanto à manipulação de informações, ao estabelecimento de regras, à supressão observações ou à imposição de uma interpretação favorável. Sendo assim, as regras formais tornam-se uma zona de incerteza importante no contexto da imprevisibilidade organizativa.

O **financiamento** é a quinta zona de incerteza. Trata-se basicamente do controle sobre a forma de financiamento interno do partido. O contato com atores externos que possam financiar um partido é também função desta zona de incerteza.

A sexta e última zona de incerteza é o **recrutamento**. Trata-se da decisão sobre quem pode fazer parte da organização ou, quando já dentro dela, quem vai subir na carreira interna. (PANEBIANCO, 2005:66)

Uma observação importante é que as zonas de incerteza nunca são completamente dominadas por uma coalizão dominante. Dito de outra maneira, é possível dominar todas as zonas, mas não completamente, ou, ainda, é possível dominar algumas zonas em detrimento de outras. Na medida em que uma coalizão dominante tem predomínio sobre as zonas de incerteza, ela tem, logicamente, maior controle dos recursos de disputa partidária. Isso não significa que outra pessoa, corrente, grupo ou facção não possa também ter alguma influência menor sobre elas conjuntamente, mesmo que de maneira mais frágil ou mais pontual.

O que melhor define o controle sobre as zonas de incerteza é que com ele, a coalizão dominante é capaz de se tornar o maior centro distribuidor de incentivos organizativos do partido, controlando-o.

Sendo assim, é possível medir o domínio que a coalizão dominante detém sobre as zonas de incerteza, **observando características internas da disputa partidária**, como o controle da Comissão Executiva Nacional (CEN), eleita através dos Encontros Nacionais, **mapeando as lideranças de destaque do partido, verificando os políticos eleitos pela legenda e averiguando se eles pertenciam à coalizão dominante**. Como veremos, **essas características nos dão indícios da forma pela qual as zonas de incerteza são controladas pela coalizão dominante**.

Nosso trabalho investigará, portanto, as zonas de incerteza sob a ótica da arena eleitoral do partido e dos cargos da coalizão dominante na instância máxima do partido, a Comissão Executiva Nacional.

O trabalho clássico de Margareth Keck (1991) já apontava nesta direção, mas não aprofundou a questão, até porque ela não fazia parte dos objetivos centrais da autora. Segundo ela, a Articulação

(...) constituiu um grupo de liderança característico, correspondente em vários aspectos à tese de Panebianco segundo a qual a constituição de uma “coalizão dominante” é uma parte integrante do desenvolvimento organizacional de um partido. Panebianco afirma que os trunfos de tal coalizão consistem essencialmente em seu controle sobre uma série de elementos que são fundamentais para a sobrevivência de um partido. (...) a formação da Articulação representou a tentativa de consolidar a liderança dessas áreas. (KECK, 1991: 136)

Buscaremos, nos próximos capítulos, fazer um histórico do partido no período proposto, dedicando parte do texto a demonstrar certas decisões da Articulação na condução da agremiação, principalmente no tocante à arena eleitoral.

1.2.3 - Incentivos organizativos

É necessário aqui fazermos um adendo sobre os incentivos organizativos, que dão forma à teoria organizativa de Panebianco. Apesar de nosso trabalho não se focar exclusivamente neles, cabe fazer algumas observações sobre a natureza destes incentivos.

Como vimos anteriormente, a coalizão dominante é um meio para que se tenha predomínio sobre a distribuição de incentivos organizativos. O objetivo final é dominar essa distribuição e este tem como meta o completo domínio da máquina organizativa partidária.

Incentivos são benefícios, ou promessas futuras de benefícios, oferecidos pelas lideranças para os militantes do partido. Segundo Panebianco eles podem ser divididos da seguinte forma: **incentivos coletivos** e **incentivos seletivos**.

Incentivos coletivos são os incentivos não materiais, sejam uma causa ligada à ideologia ou uma solidariedade coletiva que se exprime na organização. Dito de outra forma, o incentivo coletivo é aquele que é distribuído para que o militante se sinta parte de algo maior, inatingível, que faça com que ele tenha vontade de participar de sua

construção e dedique parte de seu tempo para a organização do partido. O incentivo coletivo é mais ideológico do que ligado à identidade ou às características do favorecido.

Já os **incentivos seletivos**, são aqueles mais ligados ao poder, ao status e a bens materiais. São incentivos que são mais escassos nas organizações e, por isso, faz parte de sua natureza a ideia de serem resultantes de uma seleção. Fazer parte da burocracia partidária, por exemplo, é um incentivo seletivo. Ser, destarte, assessor parlamentar ou funcionário de algum gabinete, também é caracterizado como parte destes incentivos. (PANEBIANCO, 2005: 17)

É importante, ressalta o autor, que haja um equilíbrio entre os dois incentivos já que

[a] necessidade que o partido tem de distribuir, mesmo que em combinações variáveis, incentivos de um ou de outro tipo comporta, ao mesmo tempo, um dilema organizativo: os dois tipos de incentivo estão em contradição recíproca. Se a organização distribui muitos incentivos seletivos de forma demasiadamente visível, isso tira a credibilidade do mito da organização como instrumento totalmente voltado para a realização da “causa” (isto é, enfraquece sua capacidade de distribuir incentivos coletivos). Por outro lado, se a ênfase se desloca muito para os incentivos coletivos, a continuidade organizativa (garantida principalmente pelos incentivos seletivos) fica comprometida. A organização deve, portanto, equilibrar a exigência de satisfazer interesses **individuais** por meio dos incentivos seletivos e a exigência de alimentar as **lealdades** organizativas que dependem dos incentivos coletivos (PANEBIANCO, 2005: 20)

1.3 - Grau de coesão de uma coalizão dominante

Este conceito é importante para medir a influência de uma coalizão dominante nos rumos que o partido vai tomar ao longo de sua história. O grau de coesão se mede pelo domínio exercido pela coalizão dominante sobre as zonas de incerteza e, conseqüentemente, sobre seu poder exercido na dinâmica organizacional interna. Quanto maior o domínio, maior a coesão. Segundo Panebianco,

[o] grau de coesão de uma coalizão dominante depende do fato de o controle sobre as zonas de incerteza estar disperso ou concentrado. (PANEBIANCO, 2005: 75)

Nosso objetivo, portanto, é mensurar, através da análise histórica sobre as zonas de incerteza, o grau de coesão das coalizões dominantes, da composição interna na Comissão Executiva Nacional do partido e dos resultados eleitorais obtidos nas eleições nacionais da sigla - no período proposto, 1983 a 1995. Como afirmamos na introdução desta dissertação, isso é feito para testar nossa hipótese: **a coalizão dominante formada pela Articulação tinha um alto grau de coesão interna, facilitado pelo desempenho da tendência na arena eleitoral, o qual foi fundamental para assegurar os incentivos seletivos, entre os quais a maior capacidade de controlar recursos oriundos de cargos eletivos, cruciais para formar maiorias e controlar o partido.** Além disso, a suposição é de que seu controle sobre as zonas de incerteza se deu de forma concentrada e não dispersa.

No recorte temporal proposto, verificaremos que houve apenas duas coalizões dominantes no PT. Nosso objetivo será analisar a coalizão dominante formada pela Articulação neste período, medindo seu grau de coesão e testando nossa hipótese inicial.

1.4 - Debate sobre as tendências no PT

Um dos aspectos mais ressaltados em trabalhos acadêmicos sobre o PT são suas divisões internas: as tendências. Para um leigo, o partido pode parecer um emaranhado intrincado de grupos dos mais diversos matizes ideológicos, que muitas vezes se comportam, ao olhar externo, como adversários ferrenhos. Mas o contrário também ocorre: para um leigo o partido pode parecer como uma sigla unificada, não transparecendo os conflitos internos que são típicos da história daquele partido.

É preciso destacar que em um aspecto o PT foi único. A sua pluralidade política interna, externada através do papel importante assumido por suas tendências, foi de fato uma novidade no quadro político brasileiro. (SECCO, 2011) As tendências têm o mesmo sentido das frações, ou seja, tal como definido por Sartori, constituem um termo generalizado e sem especificação para definir as subunidades de uma unidade maior, o partido (SARTORI, 1982). Panebianco utiliza termo semelhante: *facções*. Do mesmo modo, também adota o termo *tendências* na definição dos grupos internos dos partidos (PANEBIANCO, 2005: 75). Em outras palavras, as tendências são “grupos que se organizam no interior de um partido a fim de impor sua própria linha política e/ou de conquistar a maior quantidade possível de cargos (internos e externos) para os próprios membros.” (RIBEIRO, 2010:186). No PT, adquirem participação especial pois

[a]s tendências são os partidos do sistema político petista. (...) As tendências fazem parte do DNA petista. O PT sempre foi, mais que um partido com tendências, um partido de tendências. Essa peculiaridade resulta da afluência de diversos grupos da esquerda organizada para o partido – alguns deles com atuação clandestina desde os anos 60. (RIBEIRO, 2010:186 grifos do autor)

Sem dúvida, esse é o aspecto interno mais importante do PT. Mesmo no Partido Comunista (PC) da URSS, ainda sob a direção de Lenin, as tendências internas foram proibidas, uma vez que “em grupos da luta armada elas levavam aos famosos ‘rachas’ e à dispersão continuada” (SECCO, 2011). Dissidências também não eram bem vindas no Partido Comunista do Brasil - PCdoB (SECCO, 2011).

Ao longo deste trabalho usaremos a terminologia “tendência” ou “corrente” para denominar essas “frações” ou “facções” (assim definidas, respectivamente, por Sartori e por Panebianco) e o fazemos uma vez que estas constituem a terminologia adotada pelo próprio ideário petista ao longo de sua formação.

Destacamos que essa pluralidade interna do PT estava intrinsecamente ligada às especificidades de sua formação, já que, como afirma Oswaldo Amaral,

[n]ão há como desvincular a existência de facções no interior do PT de seu processo de gestação e construção no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. (...) a formação do partido foi caracterizada pela confluência de diversos atores políticos de esquerda. (AMARAL, 2010:136)

Essa diversidade foi sempre manifestada nos Encontros Nacionais (EN) do partido, bem como em seu I Congresso, em 1991, que contou, por exemplo, com mais de uma dezena de tendências internas organizadas.

Para Secco, além de as tendências serem vistas como um fator propício à riqueza dos debates, elas eram também as causadoras de crises de direção. Este aspecto levaria à própria criação do grupo majoritário denominado Articulação, com a função de tentar criar um centro político unificador no partido, como veremos no próximo capítulo. (SECCO, 2011:93)

Para Sader, a multiplicidade de movimentos de esquerda que aderiram ao PT dava-se pelo fato de o partido não ter uma estrutura rígida de normas e deveres, sendo desde o início aberto a todos que quisessem participar da construção da legenda. (SADER, 1995:145)

Um estudo interno do partido, de José Dirceu e Wladimir Pomar, explica as linhas políticas das principais tendências partidárias, no ano de 1986. Este estudo mostra que o partido contava naquele período com ao menos 9 tendências mais organizadas. São elas:

Tabela 1.1 - Tendências do PT em 1986	
1	Democracia Socialista (DS)
2	Movimento Comunista Revolucionário (MCR)
3	Partido Revolucionário Comunista (PRC)
4	Partido Comunista Brasileiro Revolucionario (PCBR)
5	O Trabalho (OT)
6	Convergência Socialista (CS)
7	Causa Operária (CO)
8	Partido Revolucionário Operário (PRO)
9	Articulação
10	Outros*

Fonte: (DIRCEU; POMAR, 1986) *Alguns grupos menores não foram citados nas avaliações de Wladimir Pomar e José Dirceu. A justificativa foi a de que apenas os grupos mais organizados orgânica e ideologicamente seriam citados.

Outras análises aprofundam a ideia da pluralidade interna, como, por exemplo, a do ex-dirigente, ex-presidente do PT e ex-deputado federal José Genoíno, que afirma em entrevista que

[o] PT foi um partido que já nasceu com tendências, o que por si só já representa uma completa negação do socialismo de perfil autoritário. Ele também não foi fruto de uma matriz teórica única, mas sim da confluência de matrizes: do socialismo marxista ao socialismo cristão, da social-democracia ao liberalismo. O PT nasceu de uma junção de vertentes que lhe deu riqueza e a grandeza partidárias. (PARANÁ, 2006:184)

Gadotti e Pereira afirmam em seu trabalho argumento semelhante, porém com uma ressalva importante: as divergências entre as tendências internas eram subjugadas em prol do projeto político do partido. Para eles, o PT,

[c]omo partido democrático e popular, (...) não poderia nascer monolítico. Daí a existência, desde o seu nascimento, de várias visões de partido. (...) Norteado por uma proposta política ampla e profunda (...) o partido cuidou de não representar apenas uma espécie de grande frente onde os quadros e as tendências nele se alojassem, inclusive como trampolim para outros objetivos futuros, como a legalidade, por exemplo. Suas principais lideranças acreditavam na possibilidade da construção de um projeto estratégico da transformação da sociedade, de que jamais abririam mão. (GADOTTI & PEREIRA, 1989: 51)

Já o trabalho de Meneguello não faz referência específica às tendências internas, mas ressalta a importância dos grupos da esquerda brasileira que compuseram as forças para o então nascente PT. Diz ela:

Grosso modo, tais grupos eram na sua maioria organizações clandestinas prévias ao PT, emergidas em fins da década de 60 e início da década de 70. Sua aproximação dos debates pela formação do PT deu-se fundamentalmente em função do espaço legal que o partido lhes proporcionaria. (...) É necessário citar, no entanto, que em função de sua principal forma de atuação – a imprensa alternativa – esses grupos exerceram importante papel na organização do movimento sindical petista. (MENEGUELLO, 1989: 62 e 63)

Couto considera debate semelhante, mas com uma observação nova e importante: para ele há um ponto crucial na discussão sobre tendências no PT, que é a apropriação histórica da formação do próprio partido. Segundo ele,

[a] apropriação dos elementos constitutivos da linha política originária do PT se dá de forma diferenciada pelos diversos setores do partido. Essa diferenciação obedece, de modo geral, às fronteiras demarcadas pelas tendências. Além disso, ao propiciarem formas de organização política subpartidária, as tendências criam novos vínculos de lealdade organizacional, novas organicidades políticas que irão repercutir nos embates entre petistas. (...) Em suma, é a divisão intrapartidária em tendências que delinea a estrutura do conflito [interno]. (COUTO, 1995:95)

Keck, na mesma linha, afirma que a pluralidade interna do PT, além de ser uma novidade, foi uma das maneiras pelas quais o partido pode dar um salto institucional ao longo do tempo. Para ela, houve um esforço do partido para incluir de modo mais efetivo a participação dos filiados, ainda que,

[a]o fazê-lo, entretanto, estimulou também uma luta interna contínua sobre a identidade do partido. Embora essa disputa tenha contribuído para criar uma imagem muito difundida do PT como um partido altamente dividido em facções, o processo de aprendizagem de como lidar com as diferenças internas constitui uma parte importante da sua evolução institucional. (KECK, 1991: 105)

Um dos documentos do partido mais importantes, sua carta de princípios, afirma, já de início, a divisão saudável do PT em tendências. Podemos afirmar que isto denota um forte objetivo inicial direcionado à pluralidade interna do partido. A carta, que é de 1979, já afirmava:

Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem que ser ele próprio democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito à facção e às tendências. (CARTA DE PRINCÍPIOS, 1979)

Em 1990, pouco antes do VII EN, o PT passou por algumas mudanças sobre a questão das tendências internas. Elas teriam de ser autorizadas a existir, cumprindo uma série de regras internas do partido. O cumprimento dessas regras era condição indispensável para a implantação da proporcionalidade eleitoral interna na composição da CEN, que até então era de 100% dos cargos para quem ganhasse a eleição interna do partido. Falaremos sobre esse caso no capítulo seguinte, pois ele nos dá indícios fortes do domínio da Articulação sobre a zona de incerteza das “regras formais”. Por ora, é preciso destacar que naquele décimo ano do partido algumas foram aprovadas para participar do VII EN. São elas:

Tabela 1.2 - Tendências que obtiveram o registro antes do VII Encontro Nacional (1990)	
1	Convergência Socialista (CS)
2	Democracia Socialista (DS)
3	Força Socialista (FS)
4	Articulação
5	Tendência Marxista (T.M.)
6	O Trabalho (OT)
7	Vertente Socialista (VS)

8	Voz Proletária (VP)
9	Nova Esquerda (NE)
10	Luta pelo Socialismo

Fonte: AMARAL (2010) e RIBEIRO (2010)

A importância que as tendências tiveram na concepção e na evolução do PT é um fato inequívoco: todos os autores consultados fazem menção ao tema, mesmo que este não seja o viés principal de suas pesquisas, o que nos mostra o valor que o tópico tem dentro do Partido dos Trabalhadores. Quisemos recuperar neste subcapítulo um pouco dos estudos clássicos sobre o PT e suas referências com relação às tendências internas do partido. Reafirmamos que nosso estudo enfatiza este tema e, de maneira geral, utiliza as afirmações dos autores citados como lastro histórico para a compreensão do nosso objeto principal, a Articulação dos 113.

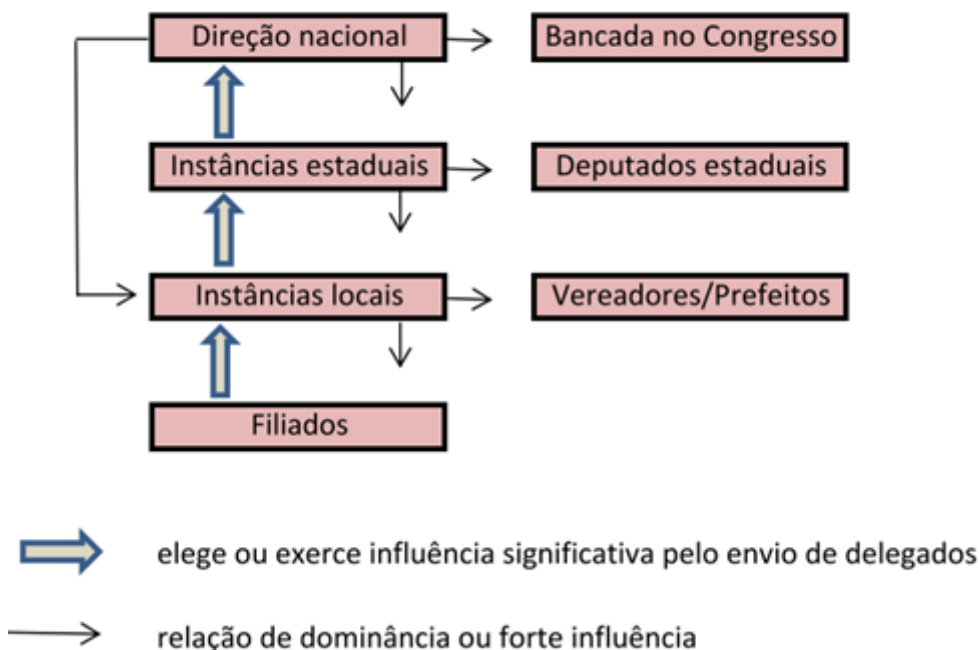
1.5 – Funcionamento da estrutura interna e mapa organizativo do partido

A estrutura interna aqui descrita prevaleceu no partido, de sua fundação, em 1980, até o ano de 2001, quando o partido passou por mudanças importantes na sua organização e eleições internas. Como nosso trabalho visa até o ano de 1995, apontaremos a seguir somente a forma como o PT se organizava neste período.

O poder organizativo se fazia através de três instâncias partidárias: a nacional, estaduais e municipais. Além deles, o filiado tinha papel importante, pois elegia os membros da instância municipal e enviava delegados para as eleições das instâncias estaduais e nacional, como veremos adiante. Além disso, o poder organizativo ainda contava com a bancada federal, no nível nacional, os deputados estaduais, na instância intermediária, e prefeitos e vereadores no âmbito municipal.

O mapa organizativo do PT até meados dos anos 90:

Figura 1.1 - Mapa do poder organizativo do PT (1980 - 1995)



Fonte: RIBEIRO (2008)

Na Figura 1.1 destacam-se as três instâncias partidárias. Segundo Ribeiro, a figura reflete

[u]ma estrutura que é, ao mesmo tempo, desconcentrada (base-cúpula) e centralizada (nacionalmente). O eixo de poder é constituído pelas instâncias partidárias oficiais, e não pelas bancadas. A desconstrução da estrutura decisória é simbolizada pelos vetores ascendentes: por meio de delegados, a influência dos filiados efetivamente chega até a cúpula do partido. (RIBEIRO, 2008:79)

Nota-se que a direção nacional teve forte influência também no âmbito municipal, podendo, pelo estatuto, intervir diretamente no PT dos municípios. Essas intervenções tiveram precedentes no partido, o que mostra que esta estrutura de fato funcionava. Panebianco afirma que a estrutura centralizada nacionalmente é típica de partidos de massas.

Outro fator que notamos no período é a disciplina partidária: os dirigentes partidários tinham mais poder sobre os cargos eletivos, como deputados e vereadores, o que constitui outra característica dos partidos de massas.

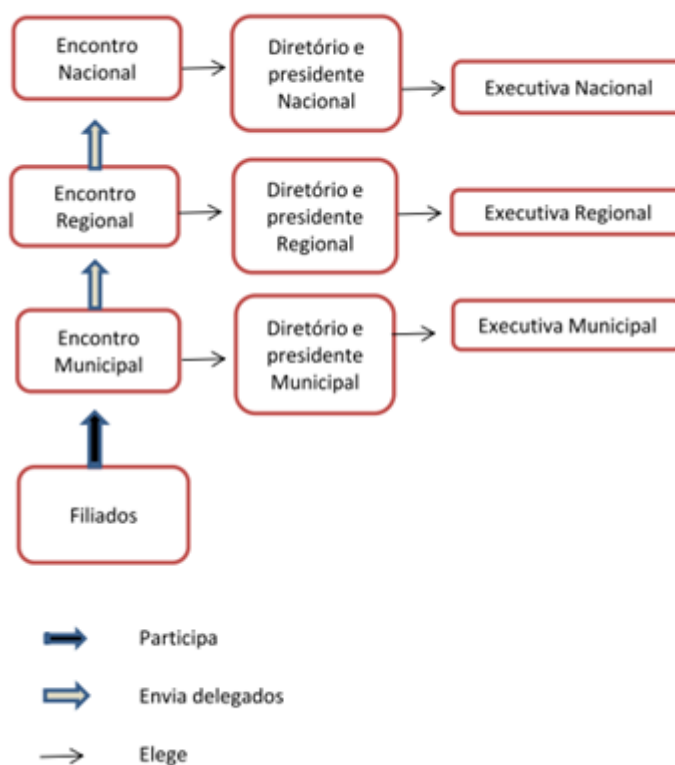
1.6 – Encontros Nacionais, Congressos e sistema eleitoral petista

Neste subcapítulo apontaremos o formato organizativo do partido, através de seus Encontros Nacionais e Congressos e explicaremos o sistema eleitoral petista.

Os Encontros Nacionais apontavam diretrizes políticas para os representantes eleitos do partido e estas provinham também da divisão em três partes: Encontro Municipal, Encontro Estadual e Encontro Nacional. Este último apresentava-se soberano sobre a linha política a ser adotada.

Nem todo Encontro incluía eleição. A média petista era de eleger membros a cada dois Encontros. Nos Encontros intermediários eram discutidas as conjunturas e linhas políticas que teriam validade até o Encontro seguinte.

Figura 1.2 - Sistema eleitoral do PT (1980-2001)



Fonte: RIBEIRO (2008:184)

Na Figura 1.2 podemos observar como era o sistema eleitoral. O filiado do PT participava da primeira etapa, o Encontro Municipal. Este Encontro definia os delegados que iriam eleger a instância intermediária, no Encontro Estadual, e este enviava delegados para o Encontro Nacional, no qual elegeriam os representantes desta instância máxima do partido.

A eleição, em todos os âmbitos, era feita da mesma maneira, dividida em 2 partes. Primeiro a eleição das chapas da disputa, que permitia alianças de correntes, e estas

elegiam, proporcionalmente à votação, a composição do Diretório. Em uma eleição separada acontecia o voto para a presidência do partido.

Há uma observação importante a ser feita sobre a eleição da presidência nacional. Esta eleição, até 1995, sempre foi feita por aclamação e o presidente eleito nos Encontros Nacionais, até então, foi o líder do partido Luis Inácio Lula da Silva.

Com a composição do Diretório definida, era feita a escolha dos membros das Comissões Executivas. Vale lembrar que, como veremos no próximo capítulo, até 1990, antes do VII EN, a composição não era proporcional, ou seja, quem ganhava a maioria levava toda a Comissão Executiva. Após 1990 a composição passaria a obedecer a mesma regra do Diretório, ou seja, a da proporcionalidade de votação das chapas.

Segundo Ribeiro este formato de Encontros “constituía(m) a espinha dorsal do sistema eleitoral, conformando uma linha de representatividade que ia da base à cúpula do PT.” (RIBEIRO, 2008: 184)

Já os Congressos do PT tinham um formato um pouco diferente do dos Encontros Nacionais. Até 1995 o PT realizou apenas um, o I Congresso, em 1991. O Congresso era único, ou seja, não tinha instância municipal nem estadual. Uma de suas características era a de que se compunha por um número de delegados muito maior que o dos Encontros. Esses delegados eram escolhidos em Encontros Nacionais quando havia previsão de realização de Congresso. A composição da delegação obedecia à proporcionalidade dos votos obtidos pelas chapas concorrentes do Encontro anterior ao Congresso.

A pauta do Congresso apresentava-se mais densa. Tinha objetivo mais pretensioso em relação à elaboração programática do partido e mais ousado no referente ao rumo partidário e às linhas políticas adotadas.

Neste trabalho destacamos, para uma análise mais aprofundada, os seguintes Encontros Nacionais e Congressos:

Tabela 1.3 - Encontros Nacionais realizados entre 1983-1995			
Encontros Nacionais e Congressos	Data de Realização	Eleição de qual CEN?	Número de delegados presentes

V Encontro Nacional	Dezembro de 1987	4° CEN	368
VII Encontro Nacional	Junho de 1990	5° CEN	568
1° Congresso	Novembro de 1991	Não teve eleição	1.196
VIII Encontro Nacional	Junho de 1993	6° CEN	530
X Encontro Nacional	Agosto de 1995	7° CEN	414

O V Encontro Nacional foi o último antes da regra de proporcionalidade; por isso ele será analisado mais detidamente, mas o será também por sua importância histórica. Neste V EN o partido aprovou uma resolução para falar das regras de proporcionalidade e da regulamentação de tendências, mas, mais importante, se assumiu enquanto partido que se preparava para governar e chegar ao poder. Como veremos, este V EN foi um marco na história petista e teve papel crucial para a futura derrocada da coalizão dominante até então, formada pela Articulação.

O VII EN foi o primeiro a obedecer a regra de proporcionalidade na CEN, tendo sido a primeira vez que os grupos da esquerda partidária ocuparam cargos no órgão máximo do partido.

O I Congresso será analisado não somente pela sua importância histórica sobre as diretrizes partidárias, mas pelo que mais importa para nós: este Congresso marca o início da cisão que a coalizão dominante formada pela Articulação sofreu.

Já o VIII EN merece análise porque nele há a conformação de uma nova coalizão dominante, desta vez formada pela esquerda partidária.

Por fim, o X EN, realizado em 1995, já ao final do nosso recorte, será analisado sob a ótica da disputa entre a antiga e a nova coalizão dominante.

1.7 - Conclusão

Neste primeiro capítulo abordamos o debate organizacional partidário proposto pelo cientista político Angelo Panebianco. Os conceitos utilizados em nosso trabalho foram expostos de maneira a ajudar na exposição que será realizada nos próximos capítulos. Baseamo-nos em grande medida no modelo de partido proposto por Panebianco.

A *coalizão dominante* é o conceito chave desta pesquisa. Afirmamos que a Articulação foi a coalizão dominante formada no período de 1983 a 1995 e é nela que baseamos nossa coleta de dados.

A formação de uma coalizão dominante é possível quando um grupo, fração, ou tendência interna (o caso da Articulação) tem predomínio sobre as *zonas de incerteza* do partido. Como vimos, são seis as zonas de incerteza descritas pelo autor: a competência, as relações com o ambiente, a comunicação, as regras formais, os financiamentos e o recrutamento.

Outro conceito descrito é o de *grau de coesão* da coalizão dominante. Ele pode ser medido através da análise das zonas de incerteza partidária. Quanto maior o controle delas, maior o grau de coesão. Este conceito está ligado a nossa hipótese inicial de que houve um alto grau de coesão da Articulação enquanto coalizão dominante. Iremos mensurar o grau de coesão através da análise destas zonas de incerteza, através de um mapeamento da Comissão Executiva Nacional do partido, e através dos resultados das eleições nacionais do período.

É nítida a importância das tendências internas na formação do Partido dos Trabalhadores. Foram elas que deram amálgama para a agremiação, nelas foram disputados os rumos partidários e suas diferenças ideológicas. Todos os autores citados expressam a importância das tendências para o PT.

Da mesma forma, a possibilidade de o filiado poder ter influência nas instâncias superiores, por meio de envio de delegados, mostra que a estrutura desconcentrada, combinada com a possibilidade de se organização em tendências, teve um funcionamento efetivo na democracia partidária no período abordado. Ao mesmo tempo, a organização partidária centralizada nacionalmente, como um partido de massas, unificou a linha política adotada pela agremiação. Desta forma, as instâncias partidárias foram o eixo de poder do PT daquele período. Assim, podemos afirmar que os dirigentes nacionais do PT tiveram mais poder do que as bancadas eleitas pelo partido. O mesmo pode-se dizer das tendências internas, já que foi através delas que os dirigentes foram alçados ao poder. Esta disciplina rígida permitiu ao PT ganhar forças para disputar o poder ao longo da década de 80.

O formato dos Encontros Nacionais e Congresso nos permite entender melhor o funcionamento deste rígido sistema partidário. Estes Encontros e Congressos definiam as linhas políticas a serem adotadas nos períodos seguintes e elegiam sua direção, permitindo ao partido se organizar cada vez melhor para as disputas eleitorais. Ao mesmo

tempo, este formato admitia a troca de poder, construção e desconstrução de coalizões dominantes, através da competição entre suas tendências internas.

Capítulo 2 – A Fundação do PT e a conformação de sua primeira coalizão dominante

2.1 – Introdução

O objetivo deste capítulo é abordar a origem do Partido dos Trabalhadores, o primeiro teste eleitoral do partido em 1982, a formação da Articulação e a fundação da Central Única dos Trabalhadores. Optamos por fazer essa investida histórica dividindo-a em três seções e respondendo a algumas questões: quais os motivos que levaram à formação do PT, quem eram seus principais atores, quais as avaliações internas sobre os resultados eleitorais de 1982 e quais as razões para o surgimento da Articulação. O objetivo é entender como a tendência torna-se a primeira coalizão dominante do partido e, a partir disso, entender e desvelar a relação do PT com a CUT, quando de sua formação, investigando os principais atores e as influências que foram importantes nesse processo.

Nesta abordagem histórica, optamos por seguir a linha cronológica dos acontecimentos. Isso não nos impediu, entretanto, de propor saltos históricos quando da explicação de alguns episódios que mereciam ênfase pela importância que têm na compreensão de como se dava o domínio das zonas de incerteza pela Articulação.

O foco do capítulo está na origem do PT e da tendência majoritária, até os antecedentes do V Encontro Nacional, de 1987. Este e os demais EN serão analisados no próximo capítulo. A elaboração analítica sobre a formação do PT e o desenvolvimento da hegemonia da Articulação foi feita com base no estudo da literatura clássica sobre o partido - alinhados, como já dissemos, aos conceitos de modelo de partido de Panebianco - e também de entrevistas realizadas pelo autor.³

2.2 – A fundação do partido

Como é amplamente discutido pela bibliografia especializada, o PT foi fundado em 10 de fevereiro de 1980 no Colégio Sion, em São Paulo, através da aprovação de um manifesto de fundação, fruto da confluência de pelo menos três setores da sociedade: o movimento sindical, os intelectuais e a membros da esfera progressista da Igreja Católica, ligados ao movimento social urbano. (MENEGUELLO, 1989).

³ As entrevistas, realizadas ao longo de 2013 e no início de 2014, foram feitas com os seguintes militantes do partido: José Genoíno, Valter Pomar, Paulo Skromov, Silvio Pereira e Luiz Dulci.

Entretanto, a junção desses diversos setores não se deu naturalmente; ao contrário, foi fruto de muitas discussões. Mas, vale ressaltar, houve também a filiação de militantes “que vinham de trajetórias em organizações de esquerda e que ingressaram no novo partido de modo individual” (COELHO, 2005: 51)

A sugestão de se criar um partido dos trabalhadores foi lançada em julho de 1978 em um congresso na Bahia, pelo líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, depois de encerradas as greves de reposição salarial de 1977 (ANGELO, 2008). A ideia era ainda incipiente, porém, a discussão ampliou-se dentro do movimento sindical, a partir de janeiro de 1979 e ganhou força com a Tese Santo André - Lins, que foi aprovada no IX Congresso dos Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricistas do Estado de São Paulo, realizado em Lins, num evento que seria posteriormente conhecido como Congresso de Lins. O processo detonado pela referida tese culminaria, então, na elaboração da Carta de Princípios, lançada em 1º de maio de 1979 pelo movimento sindical.

E aqui está outro aspecto singular do partido. Há um pioneirismo com relação à construção que culmina em sua fundação. O PT é considerado o primeiro partido de massas brasileiro que inverteu a lógica de fundação, isto é, foi “*criado de baixo para cima e diferente de toda a esquerda anterior*” (SECCO, 2011). Esta particularidade beneficiou-se da conjuntura política do período, como descreveremos a seguir. Além disso, o movimento sindical insurgente ao final da década de 70, descrito por Keck (1991) e Meneguello (1989) como o Novo Sindicalismo, mostrou que a fundação de um Partido dos Trabalhadores era, além de viável, necessária.

O Novo Sindicalismo, principalmente seu cerne metalúrgico, foi o combustível para a formação do PT:

Forjado na região do ABC paulista e consequência das transformações socioeconômicas pelas quais passou o Brasil nos anos 1960 e 1970, que resultaram na formação de uma classe operária numerosa e representativa econômica e politicamente, o Novo Sindicalismo foi assim denominado por enfrentar o conflito entre capital e trabalho de forma distinta do sindicalismo antes verificado no Brasil, atrelado ao Estado. Independente, questionou, por meio de greves e campanhas salariais no final dos anos 1970, as ordens política e econômica estabelecidas durante o período do regime militar. (AMARAL, 2010:50)

Inicialmente acreditava-se que o partido deveria ser um “partido sem patrões”, como afirmado em sua Carta de Princípios. No entanto, as discussões avançariam a partir de maio de 1979:

(...) foram realizadas reuniões entre sindicalistas, intelectuais, políticos e líderes de diversos movimentos sociais na tentativa de chegar a um consenso. (...) As propostas de um partido mais amplo, de massas – tendo, inclusive, o apoio de parte da oposição oficial - e de uma legenda classista, fechada, conviveriam até o início de 1980, quando o PT optou por um caminho aberto à participação de amplos setores. (ANGELO, 2008: 51)

Assim, em 13 de outubro de 1979 foi lançado o Movimento pró-PT em São Bernardo do Campo. Este evento reuniu lideranças sindicais, intelectuais, parlamentares progressistas do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e grupos de esquerda, como a Convergência Socialista, a Ala Vermelha (Dissidência do PCdoB), o Movimento pela Emancipação do Proletariado, o MEP, e um grupo que no fim daquele ano formaria a Democracia Socialista. (ANGELO, 2008).

Menos de uma semana depois do encontro, o governo de João Baptista Figueiredo (1979) enviou ao Congresso Nacional um projeto de nova legislação partidária. Era um projeto de lei⁴ esperado por todos, pois já havia sido anunciado pelo governo, havendo um indicativo de que não tardaria a ser apresentado. Aprovado em dezembro de 1979, a nova lei orgânica dos partidos políticos, além de acabar com o bipartidarismo, dissolvendo os dois únicos partidos legalizados, a ARENA e o MDB, numa clara tentativa de dividir a oposição, estimulando a criação de diversos partidos contra o governo. A lei também impunha requisitos para formação de novas agremiações (KECK, 1991). O mais importante deles determinava a adesão de 10% de congressistas ou que nas eleições seguintes à sua formação o partido obtivesse 5% dos votos em pelo menos nove estados. Além disso, definia como deveriam funcionar as estruturas partidárias e vetava alguns itens considerados importantes para o então incipiente Partido dos Trabalhadores. Entre as proibições estava a relativa a partidos classistas. Apenas dois dias depois da aprovação da lei, as principais lideranças do Movimento pró-PT já se reuniam para discutir o futuro do partido:

⁴ Trata-se da Lei orgânica dos partidos políticos 6.767/79, que, entre outros dispositivos, extinguiu os dois partidos então existentes, ARENA e MDB, e abriu o regime para o pluripartidarismo, com regras definidas para a criação de novas siglas.

Essa restrição, somada a outros fatores, como a proibição aos sindicatos de fazerem doações a partidos políticos e a participação no Movimento pró-PT de grupos com origens políticas bastante diversas, acabou consolidando a perspectiva de construção de um partido de massas, mais amplo, que abrigasse os diferentes projetos em pauta e, ao mesmo tempo, cumprisse os requisitos legais. Por isso, apesar da preocupação inicial das lideranças petistas com a nova lei, o ano de 1979, tão agitado no meio político e sindical, terminaria com um saldo extremamente positivo para os que haviam se engajado na proposta de criação do novo partido. (ANGELO, 2008: 56 - Grifos do autor)

Essa novidade no enfoque político organizacional em nosso sistema partidário, no entanto, não conseguiu romper - como, de resto, nenhum outro partido o fez - com uma peculiaridade em nossa estrutura político-partidária: *o clientelismo estatal* (SOUZA, 1983). Campello de Souza já apontava que a burocracia estatal centralizada surgiu antes da organização política da sociedade e do nosso sistema partidário, fazendo com que estes dois últimos orbitassem obrigatoriamente em torno da primeira. Deste modo,

(...) o acesso a recursos institucionais e financeiros decisivos à sobrevivência dos partidos se dá primordialmente em espaços estatais, e não nas esferas societárias. Qualquer análise realista dos partidos brasileiros não pode desconsiderar o ângulo de suas relações privilegiadas com o Estado – não como “deformação”, mas como fenômeno simplesmente existente, decorrente de específicas evoluções histórico-políticas. (RIBEIRO, 2010:10)

Com o PT não foi diferente. Ao mesmo tempo em que se inseria solidamente nos movimentos sociais e no movimento sindical, o partido levava a sério a “questão da representação (tanto na sua organização interna quanto em relação às bases eleitorais) e formulava propostas em termos programáticos” (KECK, 1991). No entanto, isso não seria suficiente para que o partido, ao longo dos anos, conseguisse romper com a lógica descrita por Campello. A história do partido mostra que ele se tornou cada vez mais dependente dos espaços no Estado.

2.3 – A estreia do PT na arena eleitoral: as eleições de 1982

Tratamos no primeiro capítulo acerca do amplo debate sobre as tendências internas no PT e vimos que o reconhecimento e a valorização de sua pluralidade interna levou o partido a muitas discussões sobre a organização e as definições de linhas políticas,

programáticas e táticas eleitorais. Todas elas foram sendo construídas e alteradas ao longo dos anos. Uma das primeiras crises internas vividas pelo PT referia-se justamente a uma dessas discussões: o “tipo” de partido que o PT deveria ser.

Foram muitas as críticas que algumas tendências à esquerda sofreram pelas alas mais moderadas do PT, principalmente a ala sindical. As acusações eram diversas, dentre elas a percepção de que as tendências gastavam mais energia brigando internamente do que construindo e fortalecendo o partido. Criticava-se, portanto, a

(...) duplicidade de disciplina, fidelidade e militância, que denotaria uma concepção do PT como partido-frente, com finalidades táticas, e não estratégicas. A tentativa de obter a hegemonia da “frente” (...) gerava acusações de vanguardismo, doutrinário, aparelhismo, internismo, entrismo e etc. Também se criticava a atuação internacional das correntes à revelia da direção nacional. Os alvos principais eram as diversas facções trotskistas, bastante atuantes e organizadas. (RIBEIRO, 2010:186)

Assim, a discussão interna sobre o tipo de partido que o PT deveria ser centrava-se na dualidade que, em síntese, apregoava as diferenças entre um partido tático e partido estratégico. Os grupos mais à esquerda, no espectro ideológico petista, apontavam o PT como partido tático, ou seja, um *partido meio* para se chegar aos objetivos revolucionários. Já grupos menos ideológicos e mais à direita no espectro, queriam o PT como partido estratégico, ou seja, um *partido fim*, que estivesse, ele mesmo, apto a apontar e gerir mudanças no atual sistema partidário brasileiro.

Com relação a esta discussão, José Genoino explica a intensidade com que ela se dava nesse período. Ele avalia que

[h]avia uma situação paradoxal. Você tinha uma grande liderança carismática, um movimento de massas, a esquerda organizada nos campos e inserida nele, mas tinha uma concepção de partido de vanguarda dogmática. E alguns grupos, (...) tinham programa próprio, estatuto próprio e atuavam dentro do PT. (...)Havia um debate muito intenso dentro da esquerda sobre o papel estratégico do PT, o papel de vanguarda, o papel das organizações de esquerda. Esse debate era permanente, principalmente nos primeiros anos do partido. (PARANÁ, 2006: 111)

Mas, independentemente dos debates internos, o PT passou a ter de enfrentar situações em que cabia a resistência institucional. Um dos primeiros testes institucionais

pelo quais o PT passou foram as eleições de 1982. Esta seria a primeira avaliação eleitoral do partido após sua fundação. Os resultados, como descreveremos, não foram muitos positivos para a legenda.

Os resultados foram muito aquém do esperado – o PT elegeu apenas 8 deputados federais, sendo 6 por São Paulo, 1 por Minas Gerais e 1 pelo Rio; para deputado estadual elegeu 9 em São Paulo, 2 no Rio de Janeiro e 1 em Minas Gerais; apenas 2 prefeitos, em Santo André (SP) e Santa Quitéria (MA) e 117 vereadores, sendo que destes, 78 no estado de São Paulo (MENGUELLO, 1989). Deste modo, após as eleições de 1982, os rumos e a natureza do partido seriam objeto de muitas discussões internas sobre os resultados eleitorais.

Destarte, a inovação demonstrada pelo partido no que se refere ao enfoque político organizacional não demonstrou alcance real de poder, no que seria seu possível equivalente eleitoral. Como mostram os números daquela eleição, o PT revelava-se bastante limitado nesse sentido. Mas há autores que discordam desta análise, como Daniel Araão Reis Filho, que afirma que os resultados “considerando-se a inexperiência e a falta de recursos e de tradição, não foram medíocres.” (REIS FILHO, 2007)

Contudo, os resultados eleitorais de 1982 mostraram que

(...) o apelo classista e a ideia de inovação política, tônicas do discurso petista, não tiveram o alcance esperado pelo partido. (...) A decepção com o desempenho eleitoral levou o partido a repensar sua estratégia para tornar-se um partido mais abrangente. (MENGUELLO, 1989: 195-198)

Segundo Gadotti e Pereira, o PT passou por difíceis crises internas após esta derrota, chegando mesmo ao limite de ser objeto de gozação da imprensa. (GADOTTI & PEREIRA, 1989: 129)

Keck descreve que o resultado das eleições de 1982 “constituíram um choque e uma decepção profunda para o PT.” (KECK, 1991: 175). Tudo isso gerou resultados no partido: passou-se, após o período pós-eleitoral, a discutir as eleições de 1982 de maneira a entender o ocorrido e a objetivar uma possível mudança de postura do partido na arena eleitoral, para que se obtivesse maiores êxitos.

Os dilemas do partido giravam em torno da posição defendida pelas diversas tendências que, internamente, eram mais à esquerda e se opunham a tal mudança de postura, independente dos resultados limitados das eleições de 1982.

Muitas discussões internas foram feitas em torno dos resultados eleitorais de 1982. Segundo Keck, a derrota forneceu aos dirigentes petistas uma espécie de espelho, que

refletia as virtudes e fraquezas do partido, mostrando-lhes sua força real e, ao mesmo tempo, a sua peculiar configuração interna.

O grupo ligado aos metalúrgicos do ABC começou a fomentar a ideia de que faltava ao PT um grupo dirigente capaz de dar unidade às ações partidárias.

De posse desta discussão, segundo Ribeiro (RIBEIRO,2010:187) “a construção de uma grande tendência foi a medida encontrada para tentar refrear a atuação dos grupos de esquerda.”. É deste modo que surge, portanto, a Articulação dos 113, ou, como passaria a ser conhecida, a Articulação.

Este grupo buscou “dar um centro político unificador ao partido” (SECCO, 2011:93). Segundo a avaliação de Keck,

[a] formação de uma coalizão dominante, a Articulação, foi uma tentativa, por parte de sua liderança, de consolidar a identidade do partido, de modo a garantir sua sobrevivência. (KECK, 1991:192)

Ganhava força no PT a compreensão de que era preciso uma nova diretriz política ao partido. A derrota de 1982 fez com que seus dirigentes refletissem sobre os próximos passos da legenda. Entenderam que era preciso atrair setores até então muito desconfiados em relação ao PT e que, para isso, seria preciso uma mudança de atitude dos petistas, numa intensa política de “expansão de base social”. (MENEGUELLO, 1989:198)

2.4- Origens da Articulação dos 113 e seus primeiros anos

Nesta seção vamos retroceder um pouco no tempo e fazer uma revisão histórico-bibliográfica sobre a Articulação. A ideia é responder a questões sobre sua formação, seus principais atores, sua formalização enquanto corrente interna e os seus primeiros anos de existência.

Poucos estudos deram a devida atenção à principal tendência conformadora do Partido dos Trabalhadores: a chamada Articulação dos 113 nasceu em 1983, tornou-se, depois de 1995, o Campo Majoritário e hoje chama-se Construindo um Novo Brasil. Os diversos nomes do principal núcleo de poder do PT já são reveladores da sua pretensa hegemonia na condução da trajetória petista, que começou no movimento Pró-PT e caminhou até a atual institucionalização.

Após muitos debates internos sobre as eleições de 1982 o partido parecia ainda não ter encontrado saída para suas divergências internas. Mas, em 02 de junho de 1983, é lançado o Manifesto dos 113, certidão de nascimento da nova tendência, a Articulação. Segundo o manifesto de fundação,

(...) a Articulação formou-se para combater (...) os que o viam [o PT] como uma vanguarda que atuava em nome da classe trabalhadora. O grupo procurou promover um sério processo de debate democrático no interior do partido. Do seu ponto de vista, o PT, para combater o isolamento da classe trabalhadora a que estaria sujeito se o governo promovesse a conciliação através de um pacto social, deveria procurar mobilizar as forças sociais em torno de demandas sociais. Os membros do partido teriam de aumentar sua participação nos movimentos sociais, culturais e no movimento operário, intensificar o recrutamento e as atividades de organização partidária e, por fim, dar mais atenção à educação política dos filiados. (...) A formação da Articulação foi uma tentativa de consolidar a liderança do partido (...) não ao ponto de eliminar as diferenças derivadas das tendências, mas pelo menos com uma expressão de uma clara maioria. (KECK, 1991:135 Grifos do autor)

Essa também é a opinião de Antônio Ozaí da Silva que afirma que a Articulação dos 113 “a despeito dos seus limites e dificuldades, cumpriu papel fundamental para que o PT superasse a crise desencadeada logo após as eleições de 1982 e resgatasse seus princípios originais” (SILVA,2003: 08).

O Manifesto dos 113 (ver nos Anexos) tinha uma peculiaridade: todos os seus signatários eram paulistas. Ou seja, era um movimento que se iniciou claramente dentro do PT-SP. Observando a formação do partido, podemos entender o porquê desta singularidade, já que São Paulo foi o berço do PT e também o berço de sua maior liderança política, Lula. O grupo paulista que assinou o Manifesto dos 113 era um grupo muito ligado ao então presidente do PT.

Além disso, a Articulação era composta pela ala sindical, intelectuais e militantes católicos, além de ex-combatentes da luta armada, principalmente da extinta Ação Libertadora Nacional, a ALN⁵. Assim, abrigava os principais nomes do PT da época, como José Dirceu, Francisco Weffort, Hélio Bicudo, Eder Sader, Rui Falcão, Paul Singer, Clara Ant, Jair Meneguelli, Geraldo Siqueira, Devanir Ribeiro, além do líder sindical Luis Inácio Lula da Silva. Como já observamos, era um centro político nitidamente paulista esse que se buscava formar com a criação do grupo.

⁵ A Aliança Libertadora Nacional, ALN, surgiu em 1968 no combate à ditadura militar sob a liderança de Carlos Marighella. O ação mais emblemática do grupo foi, juntamente com o MR-8, o sequestro do embaixador americano, Charles Elbrick, em 1969, visando a libertação de presos políticos da esquerda brasileira pelo regime militar. Entre os participantes da ALN que posteriormente viriam a atuar no PT (e na Articulação) estão Paulo de Tarso Venceslau, Paulo Vannucchi e José Dirceu.

A discussão centrada no PT e seu mito fundador merece algum destaque antes de continuarmos, ainda que não seja o centro de nossa pesquisa. Sem dúvida a maior liderança do partido sempre foi Lula e o fato de ele mesmo ser signatário do Manifesto dos 113 trouxe um enorme peso político interno tanto para o surgimento como para os passos seguintes dessa agremiação:

Nesse sentido, o mito é um instrumento valioso na disputa pela memória do partido e pela legitimidade que esta memória pode conferir. Com efeito, este discurso sobre a fundação do PT cumpriu um papel importante nas disputas internas do próprio partido, ao atribuir a um grupo, especificamente, a legitimidade decorrente do ato de fundação. Não por acaso, o grupo sindicalista ligado a Lula constitui o núcleo inicial da tendência majoritária que, posteriormente, seria denominada Articulação. O “mito fundador” seria, ao longo da existência do PT, muitas vezes transformado em argumento desta tendência para caracterizar teses adversárias como não autenticamente petistas. (COELHO, 2005:50, grifos do autor)

Vale ressaltar o aspecto da **formação predominantemente marxista** de muitos dos membros da nova tendência. Entre os fundadores da Articulação encontravam-se grupos que “formados predominantemente no caldo cultural stalinista, romperam com o reformismo e a teoria da revolução por etapas e, em sua maioria, abraçaram, desde o início, o projeto de construção do PT como partido estratégico” (SILVA, 2003: 4).

Para Paulo Skromov, fundador do PT, “a Articulação dos 113 surgiu por iniciativa dos grupos de esquerda de origem stalinista que queriam eliminar a influência no PT dos grupos de esquerda de origem trotskista” (Entrevista ao autor em 09/12/3013, via e-mail)

Do mesmo modo, é bem ilustrativa a entrevista de Valter Pomar à Antônio Ozaí da Silva, onde se demonstra a importância dessa origem marxista nos membros da Articulação. Ele afirma:

Há as mais variadas pessoas que tinham influência sobre Lula ou que tinha um papel importante na estrutura do partido. Paulo Vannuchi, que teve papel importante como assessor de Lula; O José Dirceu, que cumpriu um papel importante como organizador da própria Articulação durante um bom tempo; Wladimir Pomar, cumpriu um papel importante como ideólogo, autor de teses de resolução, secretário de formação política, (...) o próprio Rui Falcão. Essas pessoas não eram marxistas apenas porque utilizavam como fundamento as referências

marxistas, eram marxistas do ponto de vista militante. (...) Não é que eles fossem o núcleo dirigente. Mas o núcleo dirigente da Articulação era um núcleo marxista. (SILVA, 2003: 21)

Este aspecto predominantemente marxista no núcleo dirigente da Articulação nos dá pistas da forma pela qual se pensava a construção de uma maioria dentro do partido. Dito de outra maneira, trata-se da ideia, majoritária na elite da tendência, do partido com finalidade estratégica, centralizado nacionalmente e dotado de uma linha política unificada.

Diversos autores descrevem o surgimento e crescimento da Articulação como ponto chave para a compreensão da própria história do PT. De fato, a trajetória da corrente se confunde com a própria evolução do partido.

Couto acredita que a fundação da Articulação foi um ponto importante para que o PT conseguisse manter a unidade partidária, afirmando que a ela foi capaz de afirmar-se “como um centro partidário capaz de criar um consenso majoritário voltado para a construção do PT como um partido estratégico” (COUTO, 1995:96)

Oswaldo Amaral afirma que os primeiros anos do partido foram marcados por disputas internas entre as correntes, entre os moderados e as facções leninista e trotskista, e que isso “dificultaria a organização da agremiação e sua consolidação como um ator institucional viável. Essa foi uma das razões para o surgimento da tendência Articulação dos 113” (AMARAL, 2010: 136)

Fica claro que as eleições de 1982 tiveram como consequência a formação da Articulação, já que este grupo, formaria a então coalizão dominante, que viria a controlar as zonas de incerteza do partido. Nesse sentido, Keck afirma que “a formação da Articulação representou uma tentativa de consolidar a liderança na maioria dessas áreas” (KECK, 1991: 136)

Vimos que a ideia de coalizão dominante, entre outros aspectos, é o que permite ao partido centralizar as decisões, dando unidade às ações partidárias, sem, no entanto, exterminar as divergências internas, respeitando a existência das diversas tendências. Por outro lado, no caso do PT, essa estratégia, própria à coalizão dominante, levou a dissensões internas no partido, e também na própria Articulação. Apesar do discurso democrático que permeava a Articulação, notamos que a prática autoritária também era recorrente, como, por exemplo, quanto ao enquadramento das tendências internas, matéria que analisaremos no próximo capítulo. Lembramos que esse enquadramento culminou, inclusive, na expulsão da corrente trotskista Causa Operária, que viria a se

tornar um partido autônomo desde então. Outro exemplo de autoritarismo foi a expulsão, no início da década de 90, de outra corrente trotskista, a Convergência Socialista, que mais tarde daria origem ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, o PSTU.

O posicionamento diferenciado nas eleições, uma linha política para o partido e a ampliação de sua base social foram os argumentos utilizados para a consolidação da Articulação na coalizão dominante e isso definiu a ampliação da tendência ao longo dos anos seguintes a sua fundação. Meneguello afirma que a Articulação poderia ser vista como um setor moderado, “que coloca a democracia como valor inquestionável: os ‘lights’, denominados dessa forma por traduzirem sua posição numa linguagem mais ‘suave’ de campanha” (MENEGUELLO, 1989: 200). Sobre isso, vale também citar Keck, para quem “a legitimidade do grupo de liderança decorria essencialmente de sua capacidade de forjar uma visão plausível de **identidade** do partido” (KECK, 1991: 137 grifos do autor)

Além disso, a tendência passou a ser uma opção para aqueles que não estavam satisfeitos com os rumos das tendências mais à esquerda e foi importante, segundo Keck, porque “ajudou a esclarecer posições diferenciadas no interior do partido e a dar aos seus membros a oportunidade de escolher entre elas, contribuindo, assim, para a democracia interna da agremiação” (KECK, 1991:136).

Como explica Lincoln Souza, o Manifesto dos 113 visava

(...) claramente a disputa interna, e o documento defendia um campo classista, criticava a conciliação com os liberais que começava a ocorrer com parlamentares petistas na Assembleia Legislativa paulista, combatia a autonomização parlamentar, ratificava o lema ‘Trabalho, Terra e Liberdade’ das eleições de 1982 e dirigia-se, igualmente, contra os grupos de esquerda que agiam como partidos no PT. O Manifesto, na realidade, buscava consolidar uma direção hegemônica ou uma coalizão dominante. (SOUZA, 2007:14, grifos do autor)

Outro autor que corrobora essa tese sobre a Articulação e seu Manifesto dos 113 é Antônio Ozaí da Silva. Para ele “a formação dessa corrente insere-se no esforço de consolidar um núcleo dirigente” (SILVA, 2003:4)

Já Coelho (2005) explica que a disputa por um projeto de partido passava necessariamente pela disputa interna de hegemonia na organização, ou seja, o grupo que compunha a Articulação

(...) só se tornou a tendência hegemônica porque se saiu vencedor nesses embates. Sua arma mais

poderosa nos confrontos foi sempre o número de militantes, mas não foi a única. Havia o peso da figura de Lula, identificado como o grande líder das greves metalúrgicas. (COELHO, 2005:52, grifos do autor)

O autor Gilney Viana é mais peremptório na afirmação: “O caráter da Articulação é o caráter do PT” (VIANA, 1991:1). Essa afirmação traduz o caráter autoritário que a tendência instituiu ao próprio partido. De fato, a história da Articulação se confunde com a própria história do partido, mas é preciso reafirmar que o autoritarismo da coalizão dominante levou a dissensões internas, expurgos e crises nos anos seguintes à sua consolidação.

Para Valter Pomar, que foi da Articulação entre 1985 e 1993, a Articulação conseguia reunir em torno de si os militantes e formar uma maioria porque

[o] principal instrumento, naquele período, foi a linha política (cuja síntese está na resolução do quinto encontro nacional, de 1987) e a defesa do Partido (contra os partidos dentro do Partido, contra os desvios de direita etc). O resto foi sempre detalhe: neste período, ganhávamos maioria principalmente no debate político. O PT era outro. (Entrevista ao autor, em 18/01/2014, via e-mail)

Cabe ainda notar que a Articulação dos 113 inicialmente não se assumia como uma tendência; afinal, seu surgimento estava justamente ligado às **críticas sobre as demais tendências**. O que esta agremiação propôs, em seu início, era assumir o núcleo dirigente do partido, mas para isso não lhe parecia necessário formalizar-se como tendência interna, bastava que os filiados simpáticos às lideranças do Manifesto se dispusessem a votar em conjunto.

No entanto, na prática, a partir do III Encontro Nacional do PT, realizado em 1984, a Articulação passou a atuar como uma tendência, expandindo-se ainda, inclusive para outros Estados, mas sem perder sua centralidade paulista. (RIBEIRO, 2008)

O maior grau de organicidade da Articulação vai acontecer logo após o V Encontro Nacional, ao qual dedicamos uma seção mais detalhada no próximo capítulo. Em resumo, podemos dizer que o V Encontro Nacional teve importância histórica para o partido pois nele foi aprovada, com o aval da coalizão dominante, uma resolução contendo as regras de proporcionalidade e de regulamentação de tendências. E, o mais importante: pela primeira vez o PT se assumia enquanto partido que se prepara para chegar ao poder e governar. Como veremos, este V EN é um marco na história petista e

teve papel crucial para a futura derrocada da coalizão dominante de então, formada pela Articulação.

Cabe, neste momento da revisão histórica, dar um pequeno salto na cronologia, para explicar o movimento dentro da Articulação que é importante para nossa compreensão quanto aos métodos desta coalizão dominante, sua institucionalização enquanto tendência e a conquista de sua maior organicidade.

No ano de 1987 acontece a chamada “Revolta dos Bagrinhos”. O nome é uma alusão a um dos **textos** apresentados durante o I Seminário Nacional da Articulação, no mesmo ano, pela chamada “base” da Articulação, sem signatários específicos. Sua importância está nas consequências que iria causar internamente na corrente; afinal tratava-se de um movimento não previsto pela elite dirigente da tendência e que dava clara demonstração da saturação de sua base em relação ao autoritarismo e à falta de diálogo existente entre eles.

Em resumo, a revolta se dá quando, nos momentos que sucedem o V EN em 1987, “a base passa a exigir a democratização das discussões e decisões e se mostra favorável às propostas consideradas inadmissíveis pela direção [da Articulação]” (SILVA, 2003:3). Ou seja, clamava-se por maior democratização e mais poder às bases da tendência.

Como ressalta Gilney Viana:

De repente se quer falar e ser ouvido, um processo que assume logo o caráter de questionamento das direções ou lideranças estabelecidas no partido, em todos os níveis. É uma verdadeira revolta dos bagrinhos (VIANA, 1991:6)

Em resposta a este clamor, no ano de 1988 a elite dirigente forma uma coordenação provisória, a Coordenação Nacional da Articulação⁶, e propõe para o mesmo ano o I Seminário Nacional da Articulação, que deveria ocorrer em Cajamar nos dias 23 e 24 de abril e que seria organizado formalmente pela corrente. Esta mesma Coordenação Nacional reconheceria, então, que a “reflexão partidária tem sido muitas vezes improvisada e superficial e que sua prática política carece de planejamento e operacionalidade” (SILVA, 2003:5).

⁶ Eleita em 14 de janeiro, era uma Coordenação Nacional provisória, visto que a definitiva seria eleita no Seminário Nacional a ser realizado em 23 e 24 abril de 1988. Teve exclusivamente o papel de preparar o Seminário Nacional. Compunham a Coordenação Nacional provisória: Luiz Gushiken, Luiz Dulci, José Dirceu, Gilberto de Carvalho, Avelino Ganzer (Articulação sindical) e Eugênio Pasqualini (Articulação estudantil).

A proposta do I Seminário surge como fundamental, nesta etapa da história do partido, e foi feita pelo núcleo marxista que tanto influenciaria os passos da Articulação, capitaneado principalmente por José Dirceu, Wladimir Pomar e Rui Falcão. Este núcleo usou sua influência nos debates para que a base da Articulação tivesse as respostas que queria, principalmente no que toca à formalização da Articulação enquanto corrente. Dito de outra forma, os sentimentos de falta de democratização interna, diálogo e formalização, que no início pouco importavam e nem faziam parte dos planos da elite dirigente da Articulação, acabaram sendo capitaneados pela mesma em função de dois fatores.

O primeiro e mais claro fator precipitador da mudança foram as iminentes perdas de controle e dissensão que a falta de democratização poderia gerar no seio da Articulação. Fica claro que, mesmo não tendo sido o desejo inicial da elite dirigente, era preciso democratizar o acesso às decisões da tendência, formalizá-la enquanto tal, para que a mesma não sofresse um revés nas suas próprias hostes. O autoritarismo interno da corrente parecia ter atingido seu limite.

O segundo fator para a decisão de formalizar a tendência, realizar Seminários Nacionais e eleger uma coordenação foi a oportunidade percebida por sua elite para a interiorização da Articulação e sua expansão para os outros estados.

Antônio Ozaí da Silva extraiu do texto do Seminário Nacional um trecho que merece destaque, no qual a Coordenação Nacional afirmava que:

É consenso entre nós que nossa Articulação apresenta limites. Não podemos mais admitir que uma Articulação com vida episódica, que funcione apenas durante o período que precede as pré-convenções nas diversas instâncias partidárias. (...) Não temos condições de persistir convivendo com uma Articulação inorgânica, onde ninguém sabe direito quem é quem, onde os critérios de pertencimento não eram explicitados. Não sobreviveremos se persistirmos numa prática de desorganização, das discussões “em-cima-da-hora”, dos “tiros-para-todo-lado”, das contradições não resolvidas. Articulação Nacional, 1988. (SILVA, 2003)

Assim, após o I Seminário Nacional, pode-se afirmar que a tendência estava formalizada e isso incluía uma nova Coordenação Nacional eleita⁷, que tinha o papel de

⁷ Luiz Gushiken (SP), Luiz Dulci (MG), José Dirceu (SP), Gilberto de Carvalho (SP), Avelino Ganzer (Articulação sindical) e Eugênio Pasqualini (Articulação estudantil), Valdi Camarcio (GO), Laerte Dorneles Meliga (RS). Percebe-se que, os dois últimos foram os únicos “novos”, ou seja, que não integravam a Coordenação provisória.

unificar o discurso e a ação da corrente em todos os estados. Ademais, o Seminário serviu para que a corrente se tornasse mais coesa. (SILVA, 2003)

Independente de estar formalizada oficialmente é importante lembrar que, antes de seu I Seminário, a tendência já vinha agindo como tal. O que faltava, como foi destacado, era tanto a coesão quanto a unificação de seu discurso político. Essa tarefa foi dada à nova Coordenação Nacional, que viajou pelo Brasil com o propósito de organizar a corrente para os próximos anos. Os resultados práticos disso poderão ser vistos no capítulo que tratará da arena eleitoral.

Essa tentativa de dar maior organicidade à corrente, inicialmente surgida nas bases por conta da falta de diálogo existente, acabou sendo aprovada por sua elite dirigente. No entanto, pode-se dizer que isso ocorreu mais pelo senso de sobrevivência e continuidade de controle destas mesmas bases do que pela concordância. O que notamos é que nos primeiros quatro anos de formação da tendência a elite dirigente tocava os trabalhos chamando as bases apenas para as decisões no voto. Se o descontentamento não tivesse ocorrido, certamente seria desta maneira que a elite da Articulação continuaria a exercer seu poder. O senso de sobrevivência e a oportunidade de expansão foram vitais para a mudança de direção.

Neste sentido, podemos concluir que houve de fato um alargamento das decisões com a constituição de uma coordenação nacional. Porém é preciso notar que este alargamento e a renovação de quadros que dele adveio se deram sob o controle da própria elite dirigente. Basta notar a composição de sua coordenação: nomes como Luiz Dulci, Gilberto de Carvalho e José Dirceu, ligados a Lula, continuavam na direção da Articulação.

O que houve, portanto, foi apenas um reajuste interno, com a distribuição de incentivos coletivos, buscando unificar o discurso da tendência e dando-lhe um caráter democrático, com Seminários Nacionais e locais para discussão. Certamente podemos concluir que incentivos seletivos também tiveram importância neste processo, como a aproximação de líderes destacados das bases com a elite do partido. Infelizmente não foi possível mapear esses incentivos, mas o reajuste interno aponta para isso.

2.5 – O movimento sindical e a formação da CUT

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), que foi fundada em agosto de 1983, estava diretamente ligada aos metalúrgicos do ABC, os mesmos que estavam no cerne do

grupo interno que se firmava como grupo dirigente do PT. Para o historiador Emir Sader, o surgimento da CUT soava quase como natural já que

[d]epois de afirmar sua força nas greves de 1978-1980, o movimento sindical conseguiu se construir nacionalmente através da formação de centrais dos trabalhadores, pela primeira vez consideradas legais no Brasil. (...) A CUT [foi] hegemonzada pelo PT. (SADER, 1996: 151)

Nos primeiros dois anos do PT a política sindical foi amplamente debatida internamente:

(...) afirmava-se a necessidade de se criar uma Central Única dos Trabalhadores (CUT) a partir da Conclat (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras). Ocorre que a reunião da Conclat na Praia Grande, em agosto de 1981, não havia chegado a um acordo. Dois Conclat, orientados por duas correntes de pensamento sindical opostas, seriam convocados. O PT apoiaria a realização do Conclat de São Bernardo do Campo em agosto de 1983, que criaria a CUT, enquanto o de novembro de 1983 deu origem à CGT – Central geral dos Trabalhadores. (SECCO, 2011: 74)

A primeira eleição com chapas separadas na CUT acontece no ano de 1986, três anos após a fundação, quando três chapas disputam a eleição. A direção anterior da CUT consegue vencer as eleições e se mantém no poder. No entanto, a disputa mostrou à direção que era preciso mais organização interna, para garantir mais força e centralidade. É assim que surge a Articulação Sindical (AS), braço da Articulação do PT.

Esta corrente interna da CUT foi fundada um ano após a disputa de chapas, em 1987, e agregava todo o antigo comando da direção sindical. As eleições da direção na CUT também eram feitas sem proporcionalidade, ou seja, quem ganhava a eleição levava 100% dos cargos. Isso significa que a Articulação Sindical manteve 100% da direção da CUT.

Os membros da AS também eram membros da Articulação do PT. Desta maneira, podemos supor uma grande influência destes nos debates sindicais e na própria CUT. Como já dissemos, a própria Articulação era majoritariamente formada por membros do grupo sindical do partido. Sobre isso, Lacerda afirma: “A articulação sindical praticamente tinha a mesma composição de sua correspondente petista. Isso mostra a forte influência que o setor sindical detinha na Articulação como um todo” (LACERDA, 2002:74)

A Central Única do Trabalhadores (CUT) é um bom exemplo das “relações com o ambiente”, através das quais o PT exerceria sua grande influência. Para Valter Pomar

“[t]anto a CUT quanto o MST foram fortemente influenciadas pela maioria do PT, leia-se Articulação” (Entrevista ao autor, 18/01/2014, via e-mail).

Sobre esta influência, Keck afirma:

A formação da Articulação dos 113, reafirmou o papel central da liderança dos sindicalistas no partido. A formação da CUT tornou ainda mais evidente a interligação da liderança partidária com a sindical no nível nacional. As negociações entre diversas facções do movimento sindical envolvidas na formação da CUT demonstraram a contínua importância de Lula, cuja influência pessoal era necessária para que se alcançasse um acordo. (KECK, 1991: 211)

O fato é que a coalizão dominante do PT, formada pela Articulação, tinha o trunfo político de ter forte influência na maior central sindical do país. Para nós este é o dado mais importante, pois está diretamente ligado não apenas à zona de incerteza de “relações com o ambiente”, mas também a outras dessas zonas, cruciais para um partido político numa democracia representativa, como recrutamento, financiamento, comunicação e competência, tendo em vista o tamanho da máquina sindical.

Podemos afirmar, portanto, que o PT tinha hegemonia na CUT e que, dentre os petistas, a já então tendência majoritária Articulação era quem tinha relações mais sólidas com a central sindical, já que Articulação Sindical era o braço da tendência na CUT.

2.6 – Conclusão

Dos diversos matizes ideológicos que ajudaram na fundação do PT não há dúvidas quanto à grande importância que teve o movimento sindical. A própria liderança de Lula ajuda a entender esse processo. O chamado Novo Sindicalismo sentiu a necessidade de ter um braço político, um partido de trabalhadores.

Em seu primeiro teste eleitoral, em 1982, o PT obtém uma votação muito mais baixa do que a esperada pela direção do partido. Esse desastre eleitoral fez com que o debate interno se acirrasse, apontando a tática classista como o maior erro cometido naquelas eleições. A tática, capitaneada principalmente pela ala da esquerda partidária, faz surgir no partido um movimento de tentativa de centralidade de poder em torno do grupo de Lula.

Dáí nasce o Manifesto dos 113, certidão de nascimento da Articulação. Este grupo, inicialmente não organizado enquanto tendência mas já detentor do poder dentro

do partido, sente a necessidade de organizar-se ao menos para as disputas internas. Sem as regras de proporcionalidade, este grupo detinha 100% da direção desde a fundação.

A singularidade da Articulação está no fato de que o Manifesto dos 113 tinha paulistas como a totalidade de seus signatários. Isso evidencia o poder que o partido em São Paulo tinha sobre a direção nacional, já que os principais dirigentes da sigla eram deste estado.

A unificação nacional do PT e de sua agenda, a proposta eleitoral e as linhas políticas, bem como o combate às correntes de esquerda, foram os objetivos que fundamentaram a formação deste grupo enquanto coalizão dominante.

Ressaltamos que o aspecto crucial na formação da tendência foi o fato de que o grupo que viria a lançar o Manifesto dos 113 já detinha o poder na direção nacional do partido. Mas este grupo não tinha organicidade e direção definidas. Estava baseado apenas na liderança de Lula e de seu grupo mais próximo. Mesmo não se assumindo enquanto tendência, após o lançamento do Manifesto, o grupo de fato agia como se fosse uma delas. Essa atitude inicial de não se organizar enquanto tendência veio a trazer crises internas na Articulação no ano de 1987, com a chamada revolta dos bagrinhos, e exigiu mudanças importantes de postura por parte da elite dirigente da tendência.

A crise trouxe para a Articulação a possibilidade de ter mais organicidade interna. Primeiramente essa demanda partiu de uma exigência das bases, que criticavam a falta de democracia interna e o diálogo. Posteriormente, esta mesma demanda foi entendida pela sua direção como uma necessidade de sobrevivência da própria corrente, sem dissensões, bem como a oportunidade de distribuição de incentivos coletivos e seletivos por parte de sua elite dirigente, a fim de manter sua unidade. Esse novo rearranjo da Articulação permitiria ainda sua expansão para outros estados, porém nunca deixando de lado sua centralidade dirigente no núcleo paulista. O rearranjo permitiu apaziguar os ânimos internos e os descontentamentos.

Voltando ao ano de 1983, vimos que nele foi fundada a Central Única dos Trabalhadores, ligada aos petistas. Três anos depois, a Articulação Sindical (AS), corrente interna da CUT, surgirá claramente como braço sindical da Articulação do PT. Desde a fundação, portanto, a CUT foi hegemônica pelo PT, e dentro dele, essa hegemônica passou pela Articulação.

Esse dado é importante para entendermos como a coalizão dominante do partido conseguiu ter tanto poder no PT. Além de dominar a zona de incerteza das “relações com o ambiente”, outras zonas de incerteza também sofreram sua influência, como o

recrutamento, a comunicação, finanças e competência, já que a máquina sindical é um importante braço do partido nas disputas da sociedade.

Capítulo 3 – A arena eleitoral e os Encontros Nacionais do PT

3.1 – Introdução

O objetivo deste capítulo é analisar a evolução do PT na arena eleitoral e nas suas disputas e eleições internas, através dos Encontros Nacionais do partido. Para isso, seguiremos dando continuidade à nossa abordagem cronológica.

O debate sobre a arena eleitoral é importante para elucidar nossa hipótese sobre o grau de coesão da Articulação, já que o nosso pressuposto é de que esta arena contribuiu para que a Articulação tivesse domínio sobre as zonas de incerteza partidária.

Acerca deste debate é importante esclarecer os dados que virão a seguir. Optamos por utilizar os dados eleitorais das eleições proporcionais. Desta maneira as eleições para deputado federal do partido constituem o nosso foco, embora tenhamos optado por utilizar também os dados para deputados estaduais eleitos pela sigla no estado de SP e o fazemos pelo fato de a Articulação estar centralizada neste estado. Portanto, é interessante para esta dissertação averiguar a evolução da sigla também nas conquistas dentro da Assembleia Legislativa paulista.

O sistema eleitoral petista, observado do ponto de vista dos Encontros Nacionais, por outro lado, nos ajudará a elucidar tanto a evolução da coalizão dominante da Articulação quanto sua queda, em 1993, quando o PT passou a ter uma nova conformação de coalizão dominante, desta vez composta pela esquerda partidária.

Da mesma forma, a análise dos EN não versará apenas sobre o resultado eleitoral interno do partido, mas também sobre suas principais resoluções e análises de conjuntura eleitoral que o partido fazia à época.

Em resumo, este capítulo busca responder a questões quanto à evolução do PT na arena eleitoral, bem como sua configuração interna através dos EN. O modo como o formato da coalizão dominante muda neste período será outra questão a que tentaremos responder.

3.2 – Eleições de 1986 e o V Encontro Nacional

As eleições de 1986 elegeram os deputados e deputadas constituintes. Foi uma eleição importante para o PT porque permitiu ao partido participar ativamente dos debates nacionais da Assembleia Nacional Constituinte, seja através do parlamento, seja através de seus braços sindicais, como a CUT. O resultado eleitoral de 1986 pode ser analisado na Tabela 3.1.

Tabela 3.1 -Deputados eleitos em 1986	
Deputados Federais no Brasil	16
Deputados Estaduais em SP	10

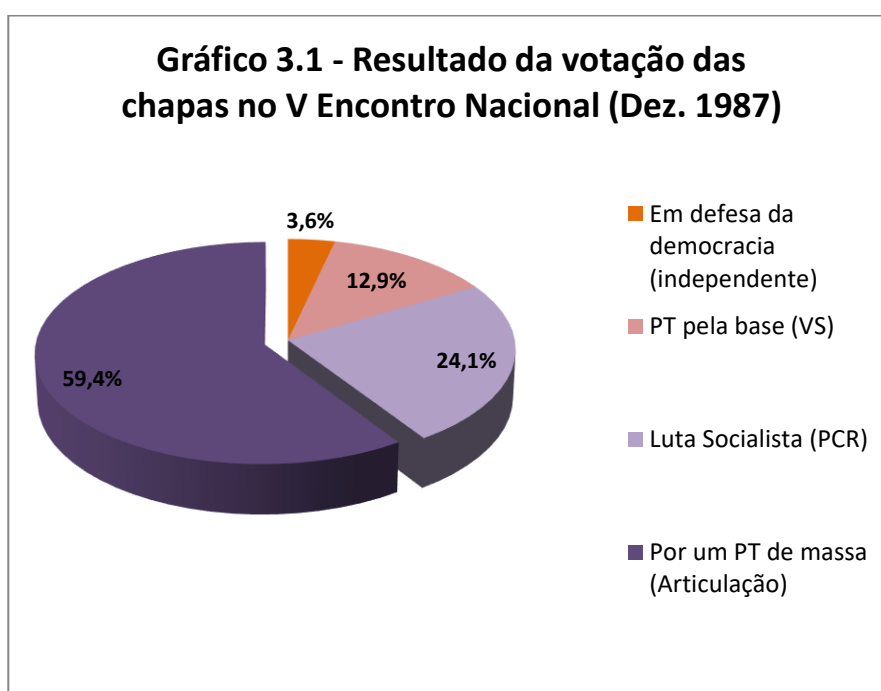
As eleições de 1986 mostram que o partido, apesar da pouca capilaridade nacional, dobrou o número de representantes em relação a 1982. Outro trunfo da sigla nesta eleição, mais particularmente um trunfo da Articulação, foi o fato de Lula ter sido eleito o deputado federal mais votado do Brasil. O debate eleitoral, menos classista do que o de 1982, permitiu ao PT ampliar sua votação e dobrar o número de candidatos eleitos.

Este relativo sucesso nas eleições de 1986 fez com que o debate sobre a arena eleitoral fosse um dos temas do V EN, realizado no ano seguinte. Este pode ser considerado o Encontro Nacional (EN) mais importante da história do Partido dos Trabalhadores. A questão organizativa e a linha política estratégica adotada pelo PT foram os pontos mais destacados deste EN. Devido ao sucesso eleitoral das eleições, estes temas ganharam fôlego, bem como a tese da Articulação - que ela já havia exposto no debate eleitoral de 1982 - sobre a necessidade de as campanhas eleitorais terem um caráter menos classista, a fim de atingir melhores resultados. Este foi justamente um dos pontos da tese-guia da Articulação, que foi a mais votada no V EN. Assim, a linha política deste grupo hegemônizou-se por ocasião deste EN, ganhando a maioria dos delegados e conseguindo implantar sua visão de partido para os próximos anos, conformando-se como coalizão dominante no período.

Os resultados desta eleição interna podem ser visualizados a seguir. O espectro ideológico da tabela é baseado no trabalho de Ribeiro (2010).

Tabela 3.2 – Resultados eleitorais do V Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores (Dez. 1987)					
Espectro ideológico	Esquerda			Centro	Direita
Nome da Chapa e Tendência	Em defesa da democracia (independente)	PT pela base (VS)	Luta Socialista (PCR)	-	Por um PT de massa (Articulação)

Resultado da votação por chapa	3,6%	12,9%	24,1%	-	59,4%
Resultado da votação por espectro ideológico	40,6%			-	59,4%



Neste momento ainda não estava em vigor a regra de proporcionalidade da Comissão Executiva Nacional. Portanto, a Articulação compôs 100% dela. A regra de proporcionalidade, vale lembrar, era aplicada somente ao Diretório até este momento. Mesmo assim, no V EN, a Articulação detinha cerca de 60% das cadeiras.

Neste Encontro o texto base teve influência direta dos dirigentes partidários José Dirceu, Rui Falcão e Wladimir Pomar, todos vinculados à tradição marxista da Articulação. De acordo com o texto era necessário formular um projeto estratégico mais preciso para o PT e esse papel foi assumido pela Articulação no V EN, que se propunha naquele momento a responder a essa realidade. (SILVA, 2003)

Como afirmam as Resoluções Políticas aprovadas neste V EN (Diretório Nacional, Resoluções de Encontros e Congressos, 1998: 301), o partido já era uma

realidade na política brasileira. Necessitava agora de um salto para aprofundar seus laços com a sociedade e ser mais representativo politicamente. Dito de outra forma, o partido começava a aprofundar a ideia de que era preciso participar mais ativamente da arena eleitoral, ganhar espaço político através de representantes eleitos.

Esse é outro indício importante sobre o nosso pressuposto de que a arena eleitoral ajudou a Articulação a se consolidar como coalizão dominante no PT. O que o PT afirmou neste V EN foi sua vocação para ser governo, governar municípios, estados e o país. Para isso, ampliar o número de vereadores, deputados, senadores e governadores passou a ser fundamental para estratégia partidária de chegar ao poder.

Neste Encontro foram aprovadas algumas questões sobre a temática organizativa e elas nos permitem entender como o PT, naquele momento, pretendia dar prosseguimento na sua luta política: aprofundar as relações com os movimentos populares, trazendo as lideranças – já filiadas - para dentro do PT, para que pudessem participar e, ao mesmo tempo, seguir a linha política do partido; reorganizar e ampliar os núcleos de base, dando mais sustentação a esta prática tipicamente petista; não deixar que apenas os núcleos fossem os espaços de participação, buscando ampliar, com plenárias e reuniões, a maior aproximação de militantes não tão assíduos; criar Secretarias setoriais, como a Agrária, tanto em nível nacional como regional, dando maior espaço para outros setores de trabalhadores participarem mais ativamente do PT; construir continuamente a CUT e os sindicatos próximos ao partido; buscar a **centralização partidária e o melhor funcionamento da direção, dando aval para a centralização de algumas decisões** e, finalmente, estabelecer a regulamentação das tendências internas e sua proporcionalidade nos cargos da Executiva Nacional. (REC).

O que se nota é que o PT, governado pela Articulação, passava naquele momento por mais um processo de oligarquização, centralizando decisões em sua elite dirigente.

Sobre a linha política, a declaração mais importante deste EN é a afirmação do **socialismo como horizonte estratégico**, por meio da conquista de espaços no Estado e pela afirmação da democracia como *ethos* político do PT. Na verdade, percebemos neste momento mais uma etapa de distribuição de incentivos coletivos pelo partido. A não ser pelas palavras, nada mais apontava sobre o que seria este socialismo, nem como o PT pretendia atingi-lo. Esta distribuição de incentivos coletivos, tal como descritos por Panebianco (2005), tem caráter ideológico e nos permite avaliar que o PT precisava naquele momento, reafirmar seu modelo originário, mas deixando claro aos seus

militantes a necessidade de ter bons resultados eleitorais para que este socialismo fosse atingido...

Gadotti e Pereira sintetizam o V EN, afirmando que ele foi realizado

(...) num clima de transparência, recoloc[ando]-se no partido a discussão de um novo plano político-organizativo, visando os anos 1988-1989, vistos como definitivo para seu futuro. E, na retomada profunda de suas origens, a posição ideológica da construção do socialismo como objetivo estratégico prioritário que não pode ser abandonado (GADOTTI & PEREIRA, 1989: 130,131)

Em resumo, pode-se afirmar que um dos objetivos centrais do V EN era o estabelecimento de um governo democrático e popular, através da disputa de hegemonia na sociedade, através da política de acúmulo de forças na arena eleitoral. Observamos que este era um dos objetivos, mas por trás disso corria outro mais importante para a Articulação, a saber, o de dar continuidade à hegemonia interna da coalizão dominante formada por ela. Na prática, a disputa partidária era mais importante para manter as rédeas do partido do que qualquer outra coisa e, para isso, a disputa do partido na arena eleitoral seria crucial:

A implementação dessa política pressupõe uma definição mais precisa dos aliados táticos e estratégicos: a frente democrática e popular e a frente única classista. Pressupõe ainda a realização das seguintes atividades interligadas entre si: 1) a organização do PT como força política socialista, independente e de massas; 2) a construção da CUT e a organização do movimento popular independente; e 3) a ocupação dos espaços institucionais. (SILVA, 2003 10)

No mesmo sentido afirma Novaes: “O partido já não é visto como expressão dos movimentos sociais, mas estes é que devem ser expressão das ‘propostas previamente debatidas nas instâncias do PT’.” (NOVAES, 2003:224) Nota-se que houve uma inversão dos valores iniciais do partido, e isto não veio por acaso. Se antes o PT se curvava às decisões dos movimentos sociais, naquele momento definia-se o contrário, as instâncias partidárias eram tidas como mais importantes.

Neste V EN a Articulação foi vitoriosa não somente nos votos, mas também na linha política a ser seguida pelo partido:

A Articulação expressa a realidade partidária: seu caráter, sua composição, seu discurso e sua prática, sua estratégia etc. Nesse momento ela se coloca como guardião do partido. Seu objetivo é garantir a

aplicação das resoluções do V EN e “assegurar a plena execução das definições fundamentais do Partido, superando obstáculos e as indefinições” que o entravavam. Para cumprir esse objetivo de forma eficaz, ela procura superar a fase dispersiva anterior e atuar de forma mais orgânica, com um funcionamento permanente e cotidiano. (SILVA, 2003: 07)

Consolidava-se deste modo a coalizão dominante que comandava o PT até então.

3.3 - A proporcionalidade da Comissão Executiva Nacional e regulamentação das tendências

Duas outras questões preocupavam as tendências da esquerda do PT no fim da década de 80. A primeira diz respeito à questão da proporcionalidade dentro da Comissão Executiva Nacional (CEN) do partido, pois até então o grupo que conseguisse votação maior ganhava todas as cadeiras, já que o processo eleitoral intrapartidário era regido pelo princípio majoritário. A outra questão girava em torno da regulamentação das tendências. A Articulação só se propunha a discutir a questão de proporcionalidade se houvesse primeiramente uma regulamentação das tendências. (RIBEIRO, 2010). Em 1986, durante o 4º EN, a discussão sobre as tendências se acirrou muito. Foi o que a Articulação precisava para abrir o debate dentro dos próximos anos sobre o enquadramento das tendências e penalizar os “petistas de duas camisas”, como eram chamados pela ala sindical.

Como vimos, durante o V EN, realizado em 1987, houve avanços nesse sentido. A Articulação apresentou um documento intitulado Regulamentação das Tendências Internas, mas, como este documento só seria aprovado em 1990, durante o VII EN, a questão da proporcionalidade ficou inalterada até sua posterior aprovação.

O texto aprovado no V EN indicava o início de uma construção de diálogo sobre o posicionamento da Articulação com relação ao tema. Internamente não havia posição definida na corrente e isto foi motivo de muitas discussões internas em seus seminários e até mesmo de disputa entre grupos dentro da Articulação.

Com o passar do tempo, a discussão amadureceu e chegou-se a um consenso sobre as tendências. O documento apresentado pela Articulação sobre regulamentação das tendências estabelecia que

(...) as tendências deveriam se submeter ao programa e às resoluções do PT, reconhecendo-o “(...) explicitamente como partido estratégico na

construção do socialismo”. A tendência foi então definida como um agrupamento de filiados do PT, com atuação estritamente interna, constituída “(...) para defender posições políticas e organizacionais e disputar postos nas instâncias e nos organismos do partido”. (RIBEIRO, 2010:189)

Este documento, além de exigir a formalização do registro das tendências, também proibia, entre outras coisas, políticas particulares que confrontassem a orientação geral do PT, sedes próprias, jornais públicos, estrutura clandestina, subordinação a órgãos políticos internacionais etc. Nota-se que a ideia de partido-frente ficaria eliminada com as novas regras, forçando o conjunto das correntes a participarem do PT enquanto partido estratégico, ou seja, partido que de fato pretendia encabeçar as mudanças propostas pelo conjunto das forças que dele faziam parte.

Foi um duro golpe sofrido pelas tendências de esquerda. Todavia, apenas uma delas não se enquadrou nas regras e, portanto, não conseguiu aprovação de seu registro: a Causa Operária se desligaria do PT no dia de seu VII EN, em 31 de maio de 1990. Esta corrente viria a fundar posteriormente o Partido da Causa Operária (PCO), partido revolucionário que existe até os dias atuais.

Foram registradas 10 tendências internas no PT naquele VII Encontro: Articulação, Convergência Socialista, Democracia Socialista, Força Socialista, Luta pelo Socialismo, Nova Esquerda, O Trabalho, Tendência Marxista, Vertente Socialista, Voz Proletária.

Assim, com a regulamentação aprovada, a Articulação concedeu a contrapartida prometida: a proporcionalidade entre as tendências na Comissão Executiva Nacional. Importante notar que, com a proporcionalidade, o custo da cisão passaria a ficar menor; afinal, seria possível costurar acordos entre correntes para ocupar uma cadeira na CEN, por exemplo. Veremos que este cálculo, apesar de previsto, trouxe sérias consequências para a hegemonia da própria Articulação dentro do PT. A regulamentação trouxe maior liberdade para que as tendências se organizassem e estipulassem estratégias para tentar quebrar a hegemonia da Articulação e apostar, deste modo, na conformação de uma nova coalizão dominante.

A Articulação, por outro lado, teve papel fundamental para a maior institucionalização interna do partido neste período e, assim, continuaria a se constituir, pelos anos seguintes, como o mais importante ator político do partido.

Aqui é importante lembrar outro aspecto sobre a busca de hegemonia deste grupo dentro do PT. São muitos os exemplos de quando “como parte das disputas para se tornar

hegemônico, este grupo incorporou, muitas vezes, aspectos parciais dos projetos concorrentes” (COELHO, 2005:52), o que pode demonstrar que esses outros grupos tinham realmente poder. Mas também pode demonstrar que interessava à Articulação que eles se mantivessem no partido, por conta, também, do ambiente externo da disputa eleitoral com outros partidos.

A proporcionalidade pode ser vista como um desses exemplos de incorporação. No entanto, essa incorporação aconteceu através da pressão das correntes à esquerda, quando o processo já não mais suportava a tensão interna no partido.

Esse importante debate sobre as tendências e a proporcionalidade revela uma faceta importante da Articulação:

Não é exagero dizer que a progressiva aplicação da resolução nos anos seguintes afastou plenamente o fantasma do partido-frente (coisa que a resolução explicita e rejeita vigorosamente) que perseguia o partido desde a sua fundação. E, apesar de ser uma ação disciplinar, legitimou a existência da contestação interna organizada. (LACERDA, 2002:50)

Contestação esta, como veremos, que acabou por colocar em cheque os membros da Articulação no início da década de 90, fazendo com que o núcleo dirigente do partido não tivesse a maioria nos Encontros Nacionais subsequentes. A Articulação entrava em crise, formava dissidências e, sobretudo, perdia as rédeas do processo eleitoral pós-1989.

No entanto, há um importante aspecto a se ressaltar sobre este tema organizacional. Como veremos mais adiante, essas mudanças de regras aconteceram somente quando passaram pelo crivo da Articulação, pois era ela quem ainda detinha o controle das regras formais do partido.

3.4 – As eleições de 1989

Apesar da derrota eleitoral de 1989, o PT sentia-se um partido vitorioso no início da década de 90. Era a primeira eleição direta para presidência da república após o fim da ditadura militar e foi uma eleição muito disputada, com mais de duas dezenas de candidatos à presidência⁸. Com todas as dificuldades, Lula foi ao 2º turno contra Fernando Collor de Mello. A Frente Brasil Popular - composta pelo PT, PCdoB e PSB –

⁸ Os principais candidatos eram: Ulysses Guimarães (PMDB); Leonel Brizola (PDT); Mario Covas (PSDB); Paulo Maluf (PPB); Aureliano Chaves (PFL); Roberto Freire (PPS); Fernando Collor de Mello (PRN); Ronaldo Caido (PSD); Guilherme Afif Domingos (PL) e Luis Inácio Lula da Silva (PT)

recebeu o apoio, no 2º turno, de Mario Covas e Brizola e conseguiu mais de 31 milhões de votos, que não foram suficientes para bater o ex-governador de Alagoas Fernando Collor, que recebeu mais de 35 milhões de votos.

O sentimento geral no partido, apesar da frustração pela derrota, era de alegria por ter conseguido ir tão longe. O PT e sua liderança mais popular, Luis Inácio Lula da Silva se cacifavam como candidato e partido prontos para ocupar a hegemonia da esquerda no contexto brasileiro e mesmo na América Latina, mais adiante.

O resultado eleitoral mostrou ao partido que era possível chegar ao poder eleitoralmente. Este resultado reforçou internamente as resoluções políticas aprovadas anteriormente no V EN, que apontavam o PT como um partido com compromisso com a democracia e com disposição de disputar espaços institucionais, o que fortalecia ainda mais, por sua vez, a Articulação. Mas ao mesmo tempo **creciam os conflitos tanto entre as tendências quanto no próprio seio da Articulação, entre seus grupos internos, por conta da disputa por espaços políticos e da divisão de recursos escassos oriundos da ocupação de cargos eletivos e também por conta do controle das zonas de incerteza.**

Assim, se para fora o PT ia bem, internamente a disputa entre as tendências estava se acirrando cada vez mais, por conta da disputa de espaço interno. Uma crise estava atingindo, em particular, a própria Articulação. Valter Pomar expõe sua opinião sobre este fato da seguinte maneira:

A Articulação foi a "maioria dirigente" do Partido, pelo menos entre o quarto encontro nacional (1986) e o sexto encontro nacional (1989). A partir da derrota de Lula em 1989, da ascensão do neoliberalismo e da crise do socialismo, teve início uma luta interna no PT, especialmente dentro da Articulação. Esta luta interna durou de 1990 até 1995. (Valter Pomar, em entrevista ao autor)

Em junho de 1990 acontece o VII Encontro Nacional do partido, marcado por indícios de uma dura disputa interna, que se desenvolveria nos anos seguintes.

3.5 – O VII Encontro Nacional e eleições de 1990

Neste período o PT exercia cada vez mais força na América Latina, consolidando-se como partido de esquerda de oposição institucional, seguindo o caminho feito por muitos outros partidos de esquerda latino-americanos.

A crise do socialismo real, com a queda do muro de Berlim, teve como efeito um esforço maior de diálogo entre as forças de esquerda do nosso continente. Uma das

implicações deste esforço foi a criação do Foro de São Paulo, naquele ano, como veremos em uma seção mais adiante. O resultado prático disso foi que o “socialismo” teve 90 menções nos documentos do VII EN. A disputa pelo termo, apesar da moderação, mostrou-se consensual. (SECCO, 2011:150) Apesar de intensa, esta discussão sobre socialismo seria definida somente no ano seguinte, durante o 1º Congresso do partido. A grosso modo, o VII EN apenas rejeitou novamente as práticas ocorridas no Leste Europeu e reafirmou sua contrariedade em relação à social-democracia europeia.

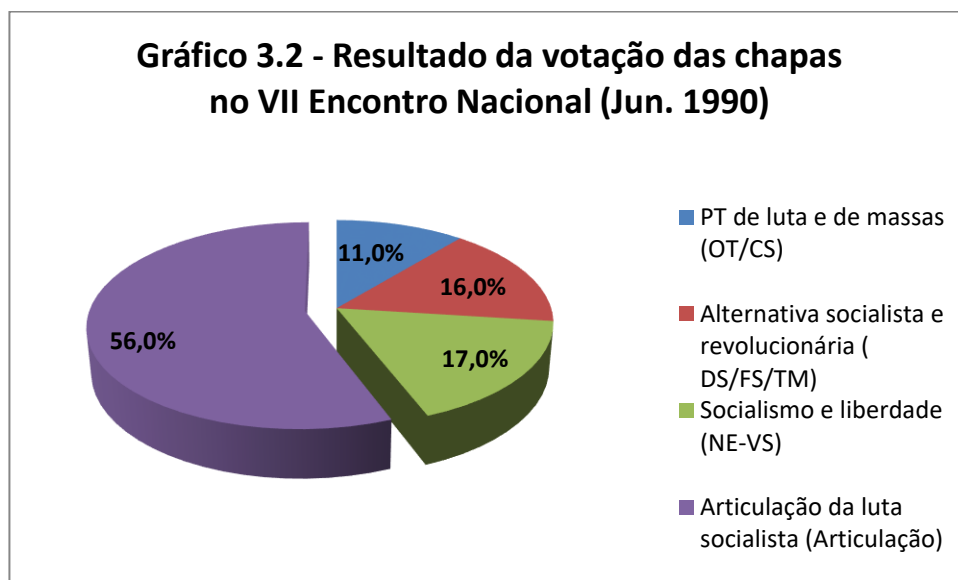
Os resultados eleitorais deste VII EN podem ser observados abaixo:

Tabela 3.3 - VII Encontro Nacional do PT (Jun. 1990)				
Espectro ideológico	Esquerda		Centro	Direita
Nome da Chapa e Tendência	PT de luta e de massas (OT/CS)	Alternativa socialista e revolucionária (DS/FS/TM)	Socialismo e liberdade (NE-VS)	Articulação da luta socialista (Articulação)
Resultado da votação por chapa	11,0%	16,0%	17,0%	56,0%
Resultado da votação por espectro ideológico	27,0%		17,0%	56,0%

Fonte: RIBEIRO (2010)

A questão da proporcionalidade na Comissão Executiva Nacional foi finalmente regulamentada neste VII EN. Essa questão já habitava o partido havia muito tempo e já contava até mesmo com a aprovação no V EN, em 1987. Para fazer a inscrição de chapas para o VII EN era preciso enquadrar-se na resolução de regulamentação das tendências, visto que, como foi acordado, seria então decidida a questão da proporcionalidade. Sobre

esta questão, já relatamos anteriormente. A composição do Diretório Nacional e da Comissão Executiva Nacional ficaria conforme pode ser observado no Gráfico 3.2:



Apesar da proporcionalidade a Articulação ainda contava com 56% dos votos. Por outro lado, podemos notar que a esquerda partidária ganhava espaço na direção do PT.

A democracia, neste VII EN, é mais uma vez incorporada aos documentos do PT, porém de forma mais enfática, já que, neles, ela era agora definida como um valor estratégico: “Para nós, ela é, a um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada.” (REC 429)

As eleições de 1990, ocorridas logo após o VII EN do partido, mostram avanços do PT na luta institucional da arena eleitoral. Os resultados foram os seguintes:

Tabela 3.4 -Deputados eleitos em 1990	
Deputados Federais no Brasil	35
Deputados Estaduais em SP	14

Observa-se que o partido ganha cada vez mais espaço institucional, mais do que dobrando o número de deputados federais eleitos em 1986, o que permitirá aos deputados e aos membros da elite dirigente uma maior distribuição de incentivos seletivos por conta dos recursos obtidos através da ocupação de cargos eletivos.

3.6 – O VIII Encontro Nacional e a nova coalizão dominante

O VIII EN do PT foi realizado em junho de 1993, em Brasília, contou com a presença de 530 delegados e representou um marco na história política do partido, já que produziu uma ruptura na então coalizão dominante, a Articulação.

Assim como afirma o dito popular “raio não surge em céu azul”, esta ruptura já vinha se desenhando desde o início da década de 90. Ribeiro afirma que havia uma crise de direção no PT neste período (RIBEIRO, 2010: 201). Essa crise levou a uma paralisia decisória interna, já que não se conseguia chegar a consensos na própria coalizão dominante, como foi o caso no I Congresso do PT, na questão relativa à regulamentação das tendências, quando a Articulação fez uma proposta para rever a regulamentação que acabara de entrar em vigor. A proposta previa a permissão de existência de tendências somente nos EN do partido, sendo dissolvidas após o encerramento dos mesmos.

Essa proposta não passou, foi reprovada com os votos de uma cisão nas bases da própria Articulação. Esse grupo era o mesmo que agora se organizava no VIII EN para tentar impor uma derrota à Articulação e formar uma nova coalizão dominante. O fato ocorrido no I Congresso, portanto, era o indício de que a coalizão dominante estava perdendo força, ou, em outras palavras, que a Articulação começara a perder espaço para a esquerda partidária.

Ribeiro observa que

[a] paralisia decorria do crescente tensionamento no interior da coalizão dominante, cada vez menos capaz de obter acordos tanto em torno dos temas de longo alcance quanto em relação a desafios conjunturais. Na medida em que toda decisão particular resulta de negociações em seu seio, a acentuação das divergências no interior da coalizão dominante, ao dificultar uma resolução eficaz dessas negociações (a obtenção de um equilíbrio), tende a conduzir a agremiação a uma situação de paralisia decisória (RIBEIRO, 2010:201)

As consequências desta paralisia desaguiam neste VIII EN. Antes do Encontro, houve o lançamento de um manifesto, pela dissidência da Articulação, que foi chamado **A Hora da Verdade (HV)**, que, a grosso modo, criticava a dedicação apenas institucional de alguns membros da direção nacional e o seu distanciamento dos referenciais socialistas. (RIBEIRO, 2010:203). A HV, como ficou conhecida, chegou unida ao VIII Encontro e teve o apoio de outra importante corrente de esquerda, a Democracia Socialista.

Antes de dar prosseguimento ao que se desenrolaria no VIII Encontro, vale destacar aqui o momento político pelo qual o Brasil e o PT vinham passando. O país passava por crises econômicas e políticas: a inflação continuava alta, os salários defasados e questões sociais importantes continuavam sem solução. O país tinha vivido no ano anterior, politicamente falando, uma ebulição, com o *impeachment* do presidente Collor, acusado de corrupção. O vice-presidente Itamar Franco havia tomado posse e tentava fazer um governo de ampla coalizão. O PT tomou a decisão de não participar do governo Itamar, por acreditar que ele não representava os interesses dos trabalhadores e da esquerda. Havia, mormente, uma euforia entorno da candidatura de Lula para o próximo ano, nas eleições de 1994.

A principal pauta do VIII EN, portanto, tinha como pano de fundo a disputa presidencial que se aproximava. Setores do partido tinham incertezas quanto à não participação no governo Itamar, o que suscitou intensos debates internos. Sobre o tema, é ilustrativa a declaração de Valter Pomar:

A direita do Partido perdeu a maioria da base, por um motivo fundamental: a base acreditava que seria possível vencer 1994 e a tática da direita do Partido evidentemente não resultaria nisto. Eles tentaram adotar a política de centro-esquerda (que hoje é majoritária) num partido de esquerda. Foram vanguardistas demais... (Valter Pomar, em entrevista ao autor, via e-mail)

Mais do que a disputa em si, o tema central do Encontro foi a política de alianças a ser adotada pelo partido. Isso é demonstrado na resolução política aprovada neste encontro, a partir da qual o PSDB surgia como um possível campo para alianças. O documento, porém, fazia ressalvas ao que chamava de “comportamento ambíguo” (REC, 569) dos tucanos, exemplificado no componente fisiológico presente em algumas figuras do partido, na inspiração neoliberal presente em seu programa partidário, nas alianças com setores da direita em alguns municípios (notadamente no governo Maluf, com a presença de um secretário tucano) e por ser o partido que representava setores conservadores em alguns estados. O mesmo documento, no entanto, ressaltava a importância que o eleitorado dos tucanos poderia vir a ter numa futura candidatura de Lula, lembrando que dentro do PSDB, a despeito do mencionado anteriormente, também havia parcela importante da esquerda brasileira.

Algumas figuras da Articulação defendiam uma aliança orgânica com o PSDB, como era o caso do então deputado federal Eduardo Jorge, do PT-SP, que, vale lembrar,

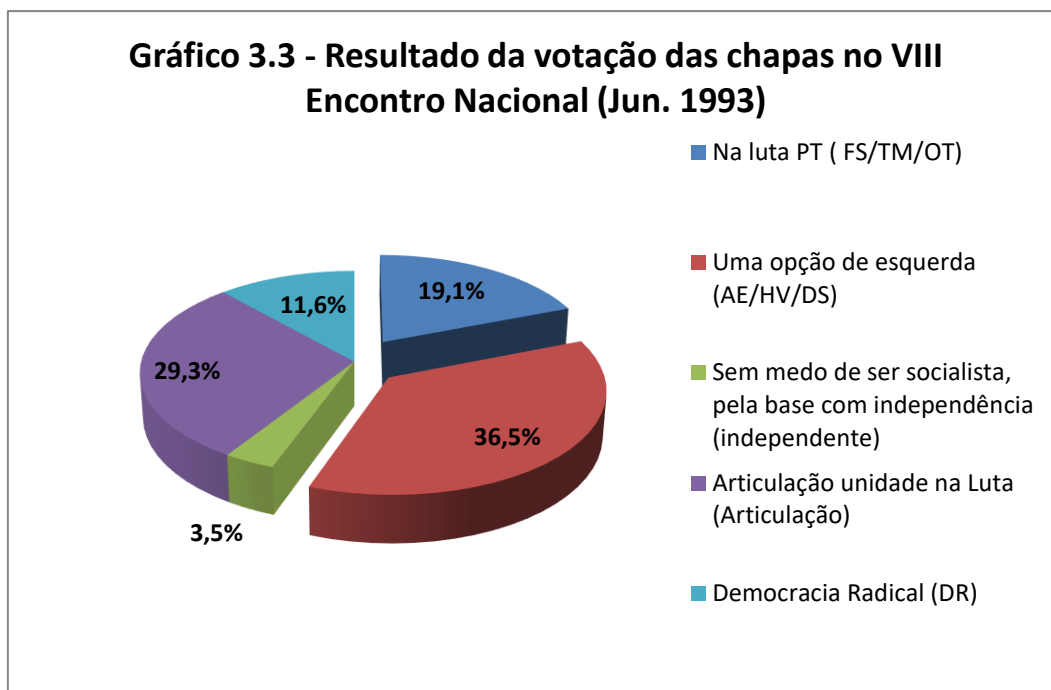
fora signatário do Manifesto dos 113. Outros setores do partido, como a Democracia Radical, representada pelo deputado federal José Genoino, do PT-SP, também admitiam a hipótese de uma aliança de maior fôlego com os tucanos. Genoino relata um pouco sobre o tema, em entrevista à autora Denise Paraná:

Ainda em 1993, eu defendia uma aliança com o PSDB se o Lula fosse candidato. Mas aí fizeram só a composição do PSDB ser vice. Infelizmente as condições foram inviáveis, e acho que nunca tivemos condições de acertar isso. Tinha um setor do PSDB, principalmente organizado e liderado por Mario Covas, que defendia a aliança com o PT. Mas não fizemos esse movimento de disputa do PSDB, e deixamos o PSDB à vontade para fazer uma aliança com o PFL. (PARANÁ, 2006: 127)

Com toda essa divergência interna, o VIII Encontro teve inscritas cinco chapas: **Unidade na Luta**, que era a chapa da Articulação; **Democracia Radical**, grupo considerado mais à direita no PT; **Uma opção de Esquerda**, chapa que congregava a Hora da Verdade – formada pela dissidência à esquerda da Articulação – que contou com apoio da DS; a **Sem medo de ser socialista, pela base com independência**, grupo ligado a alguns deputados federais no PT, e **Na luta PT**, chapa da extrema esquerda petista, que congregava as correntes Força Socialista, Tendência Marxista e O Trabalho. Esse momento das tendências pode ser visualizado na tabela abaixo:

Tabela 3.5 - VIII Encontro Nacional do PT (Jun. 1983)					
Espectro ideológico	Esquerda		Centro	Direita	
Nome da Chapa e Tendência	Na luta PT (FS/TM/OT)	Uma opção de esquerda (AE/HV/DS)	Sem medo de ser socialista, pela base com independência (independente)	Articulação unidade na Luta (Articulação)	Democracia Radical (DR)
Resultado da votação por chapa	19,1%	36,5%	3,5%	29,3%	11,6%
Resultado da votação por espectro ideológico	55,6%		3,5%	40,9%	

A HV foi a grande vitoriosa com 36,5% dos votos. A chapa Unidade na Luta (29,3%) e a DR (11,6%), juntas, eram consideradas a direita do PT e conseguiram somadas 40,9% dos votos. A chapa Na luta PT, de extrema-esquerda, obteve incríveis 19,1% dos votos. Deste modo a esquerda petista – HV mais Na Luta PT – conseguiram 55,6% dos votos naquele Encontro. A fragmentação das chapas foi fruto das novas regras de proporcionalidade, conforme mostra o Gráfico 3.3.



Naquele mesmo ano, em setembro, meses depois do VIII Encontro, os membros do HV se formalizaram enquanto corrente e, assim, nascia a Articulação de Esquerda (AE), grupo existente até hoje no PT.

A coalizão dominante Articulação perdia a direção do partido às vésperas das eleições de 1994. Formava-se uma nova coalizão, mais à esquerda, que ditaria os rumos do partido em um momento muito importante de sua história.

Interessante notar aqui uma discussão existente até no próprio PT sobre a questão da nomenclatura. Os membros que compuseram a chapa Unidade na Luta continuavam a ser conhecidos como Articulação (SECCO, 2011: 158). Mesmo anos depois, com a formação do Campo Majoritário, a maioria mais orgânica da corrente continuaria a se tratar por Articulação. O Campo Majoritário, por sua vez, muda de nome em 2005 e passa a ser chamado de Construindo um Novo Brasil, CNB, mas ainda hoje muitos membros da direção do CNB continuam a se autodenominar como Articulação.

Voltando ao VII EN, cabe destacar que a derrota da Articulação não foi evidenciada pelos membros da AE. Como afirma Valter Pomar em entrevista:

A Articulação não perdeu. A Articulação rachou em dois campos: Unidade na Luta e Hora da Verdade. Portanto, a Articulação deixou de existir antes do encontro. Ela não perdeu nada, porque ambos os setores já não expressavam mais o que ela era. A

Hora da Verdade aliou-se a outros setores, criando a Opção de Esquerda. Esta, mais o Na Luta PT (que também era uma frente de grupos), somados, tivemos 60% e mais um pouco do oitavo encontro. O mais exato é dizer, portanto, que a direita da Articulação perdeu o oitavo encontro para uma aliança da esquerda da Articulação com outros grupos. (Valter Pomar, em entrevista ao autor)

Isso revela a tática dos dois grupos no sentido de tentar manter a hereditariedade sobre a nomenclatura e, mais do isso, representa a dificuldade de aceitar a fragilidade da Articulação naquele momento de racha interno.

3.7 – A esquerda na direção do PT e as eleições de 1994

A Articulação de Esquerda teve dificuldades para construir e manter uma coalizão que fosse de fato dominante. As dificuldades foram diversas. Uma das críticas do novo grupo dirigente apontava contra os “centros paralelos de poder” existentes tanto dentro quanto fora da estrutura do PT. (SECCO, 2011:161) Essa crítica referia-se ao Instituto Cidadania, o IC, (que não estava formalmente constituído, mas já atuava como uma ONG organizada por Lula), ao Governo Paralelo (também organizado pelo IC) e até mesmo às decisões tomadas a portas fechadas por dirigentes “iluminados”. Na verdade, era uma crítica velada a Lula e ao seu grupo mais próximo.

Outra dificuldade, de ordem mais prática, era a composição da nova CEN. De um total de 18 cargos para composição da CEN, a composição HV/DS ficou com 10 cargos, a Articulação com 5 e o restante foi dividido entre as forças de esquerda que não participaram do HV, mas o apoiavam (RIBEIRO, 2010:200). No próximo capítulo apresentaremos as tabelas relativas a essa divisão e medir o grau de coesão. O dado relevante para nós neste momento é saber que a coalizão de esquerda era ainda mais heterogênea internamente do que foi na Articulação:

Em termos aritméticos, a divisão de cargos (...) se repetiria (...): três postos estratégicos controlados pela maioria e dois pela minoria. Porém, é preciso levar em conta que os cargos atribuídos à maioria foram repartidos entre tendências tão díspares quanto a DS, da esquerda moderada, e O Trabalho, da extrema esquerda petista. (RIBEIRO, 2010: 200)

Isso resultou em uma paralisia decisória ainda maior do que a que existiu nos tempos da Articulação. Além de ideologicamente muito distintas, a nova maioria contava com dificuldades para controlar as zonas de incerteza, pois se apresentava menos coesa, princípio fundamental para efetivar esse controle.

Em resumo, “padecendo desses males, a gestão 1993-1995 foi incapaz de conduzir o PT com um mínimo de eficácia e unidade.” (RIBEIRO, 2010:205).

As eleições de 1994 aconteceram durante a gestão da coalizão dominante do HV. Apesar das críticas feitas pelo próprio Lula e membros da Articulação, a derrota eleitoral não foi fruto da coalizão dominante que acabara de assumir o poder.

Com Lula em primeiro lugar nas pesquisas, parecia que ia ser uma eleição fácil para o PT. Não foi: Lula perdeu no primeiro turno para o ex-ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, que conseguiu eleger-se graças ao êxito do Plano Real.

Essa eleição gerou no PT uma onda de discussões e tentativas de jogar a derrota no colo de alguém. Como previam documentos internos da AE no período, uma derrota colocaria em cheque a nova maioria formada. Em parte foi exatamente isso que ocorreu. Mas as dificuldades pelas quais a coalizão dominante vinha passando não tinham relação alguma com as eleições, mas com os problemas encontrados para unificar o discurso e a ação da coalizão. O controle de recursos partidários foi dificultado pela Articulação, que já se preparava para retomar a maioria do partido.

Porém, um dado importante sobre as eleições de 1994 é que o PT cresceu novamente nas Casas Legislativas, como mostra a tabela:

Tabela 3.6 -Deputados eleitos em 1994	
Deputados Federais no Brasil	50
Deputados Estaduais em SP	16

Além de aumentar significativamente o número de deputados eleitos, o PT ainda elegeu, pela primeira vez, governadores e quadruplicou os senadores, visto que em 1990 apenas o senador Eduardo Suplicy fora eleito. Os dados da eleição de 1994 estão na tabela abaixo:

Tabela 3.7 - Eleitos em disputa majoritária de 1994	
Senadores	4
Governadores	2

Ou seja, a ideia de que a HV era responsável pela derrota do partido não passava de mero discurso da Articulação para tentar fragilizar a coalizão dominante.

Para Valter Pomar, o período em que a AE dirigiu o partido teve também aspectos positivos para o PT:

A consequência fundamental da nossa vitória, naquele momento, é que o PT não foi submetido ao processo de descaracterização que outros partidos foram, por todo o mundo. Sem isto, não teríamos vencido 2002. Outra consequência é que impedimos que o PT fosse cúmplice da revisão constitucional, da privatização da Petrobrás e de outras estatais etc. (Valter Pomar, em entrevista ao autor)

Os diversos problemas enfrentados pela nova maioria, aqui já relatados, como a dificuldade de unificar a maioria conquistada, resultaram no problema da paralisia decisória do partido, o que se somou ao discurso de fracasso eleitoral nas eleições de 1994, difundido pela Articulação. Estes fatores fizeram com que a correlação de forças internas mudasse novamente.

3.8 - O X Encontro Nacional e a conformação do Campo Majoritário

Com a perda das eleições em 1994 e as dificuldades em se manter um equilíbrio na coesão da direção do PT, o X EN foi palco das discussões sobre a derrota e os rumos do partido.

Vale destacar que, com a derrota para o PSDB em 1994, o PT sofrera perdas significativas, com a saída de alguns militantes ilustres, como os professores da USP José Álvaro Moises e Francisco Weffort. (SECCO, 2010)

Neste X EN houve, pela primeira vez, uma disputa para a presidência do PT. O presidente do partido, Lula da Silva, havia se negado a disputar e indicou o nome de José Dirceu como o candidato da Articulação, na tentativa de retomar o controle do partido. A esquerda partidária, por sua vez, lançou o nome de Hamilton Pereira. Essa decisão acirrou os ânimos do Encontro, estimulando uma polaridade que já estava se desenhando anteriormente.

Segundo Ribeiro, “O equilíbrio direita-esquerda era tão grande que qualquer dos lados venceria a disputa com a **cooptação** de alguns poucos delegados.” (RIBEIRO, 2010:208 grifos do autor)

A Articulação viu a oportunidade de retomar o controle do partido e foi mais hábil na cooptação de delegados. Uniu-se com a direita partidária representada pela

Democracia Radical, liderada por Genoino e estimulou defecções da AE, fazendo acordos com Rui Falcão e Candido Vacarezza, lideranças que formaram a HV e haviam rachado a Articulação, dois anos antes do X EN. A Articulação costuraria, então, o retorno deles, com o acordo de continuarem na direção do partido.

Quatro chapas lançaram-se, como podemos observar na tabela, para disputar esta eleição. A primeira delas chamava-se **Socialismo e Democracia** e representava a chapa da situação, composta pela direção de esquerda do PT no momento, ou seja, AE, OT, FS e TM; a segunda, chamada **Velhos Sonhos, Novos Desafios**, era uma pequena mas importante dissidência da AE, capitaneada pelos dirigentes Rui Falcão, Candido Vacarezza, Silvio Pereira e pelo deputado federal Vladimir Palmeira, que era representante da esquerda petista no parlamento; a terceira era a **Articulação Unidade na Luta**, chapa da antiga coalizão dominante e, por último, a chapa **Democracia Radical**, que tinha como principal líder o deputado federal José Genoino.

Este foi o resultado:

Tabela 3.8 - X Encontro Nacional do PT (Ago. 1995)				
Espectro ideológico	Esquerda	Centro	Direita	
Nome da Chapa e Tendência	Socialismo e Democracia (Toda a esquerda)	Velhos Sonhos, Novos desafios (Dissidência centrista da AE)	Articulação Unidade na Luta (Articulação)	Democracia Radical (DR)
Resultado da votação por chapa	46,2%	5,9%	40,3%	7,6%
Resultado da votação por espectro ideológico	46,2%	53,8%		

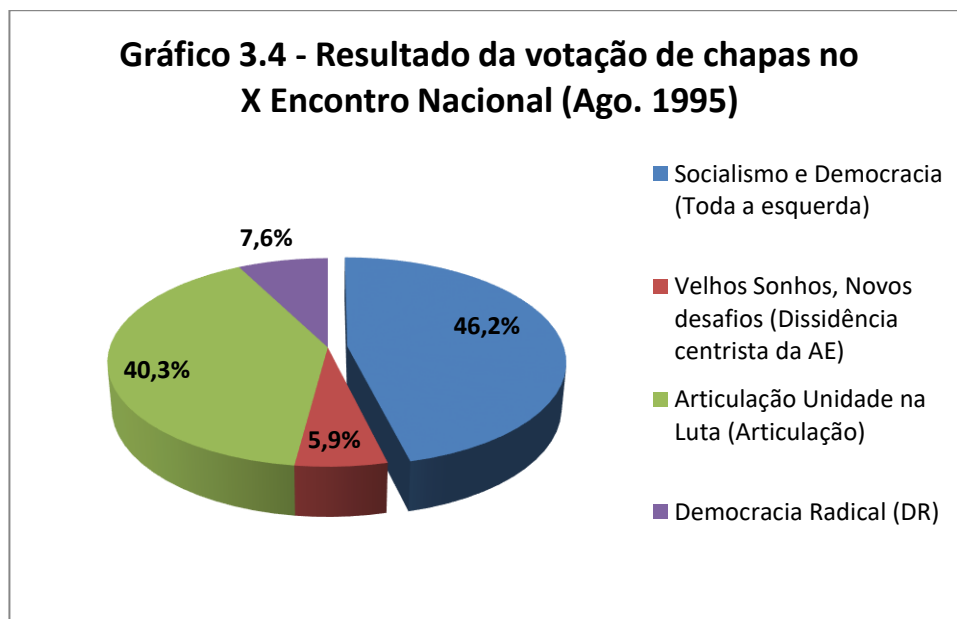
Resultado da Votação para Presidente*	Hamilton Pereira	José Dirceu
Resultado percentual	45,9%	54,1%

*Este é o primeiro Encontro Nacional em que houve disputa para presidente do partido.

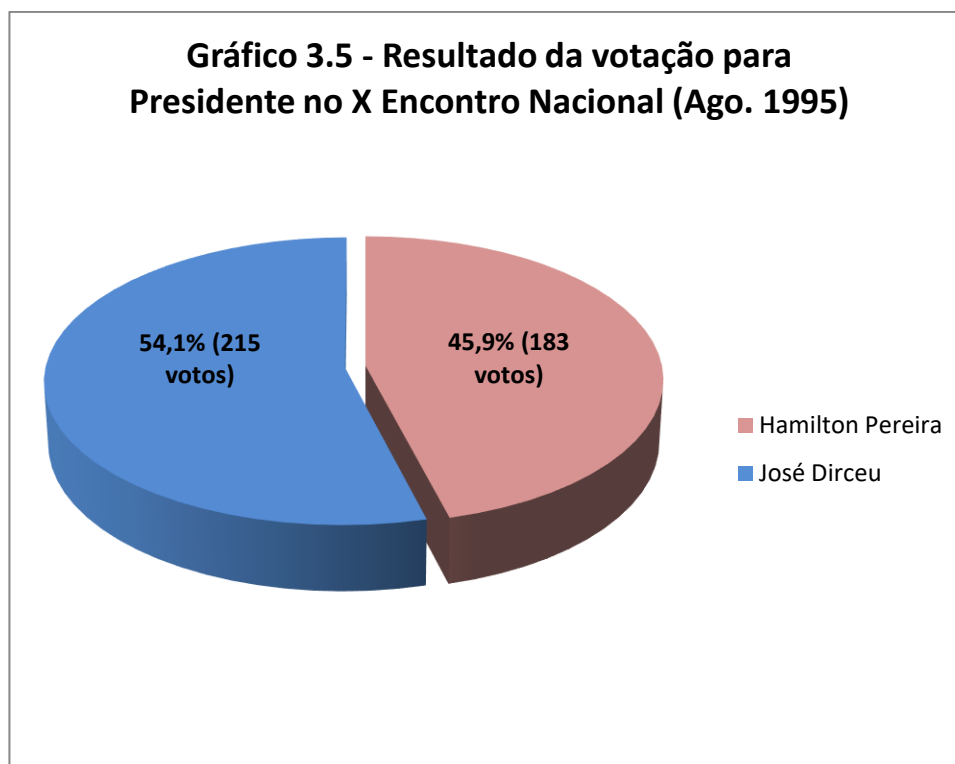
A correlação de forças interna ao PT havia mudado e, na prática, existiam três chapas contra a nova maioria: Articulação Unidade na Luta, Democracia Radical e Velhos Sonhos, Novos Desafios. Podemos observar o resultado na tabela: três chapas apoiavam tanto a candidatura de José Dirceu contra Hamilton Pereira como a tese-guia da Articulação.

A eleição, por sua vez, foi disputada. José Dirceu foi eleito com a diferença de apenas 16 votos. A tese-guia do Encontro, de autoria da Articulação, foi vencida por apenas dois votos de diferença. Desta maneira, observa-se que o Campo Majoritário acabou nascendo com pouca força.

Segue-se o Gráfico 3.4, relativo à disputa do X EN:



O Gráfico 3.5 é relativo à disputa para presidência do PT:



Assim, “[o] PT voltava a pender à direita. Articulação e Democracia Radical selavam a aliança que seria conhecida posteriormente como Campo Majoritário do partido.” (RIBEIRO, 2010:208)

Nota-se aqui a predominância da cooptação da Articulação sobre a coalizão de esquerda. O acordo feito com os dissidentes da AE revelou quando o cargo na CEN de secretário-geral foi para as mãos de Vacarezza, o que gerou uma revolta da esquerda e uma tentativa de boicote ao EN. Eles reivindicavam a posição para o líder da AE Arlindo Chinaglia. José Dirceu endureceu o processo e não admitiu revolta. Além disso, articulou para nomear Vacarezza para a secretaria-geral. O impasse somente seria resolvido em 1997, com a chapa de esquerda indicando para o cargo de Vacarezza, Joaquim Soriano, da DS, após um longo acordo feito com a Articulação.

Esse é apenas um dos muitos exemplos do que viria a ser esta nova coalizão dominante. Ao contrário da Articulação, esta nova evolução da corrente acabou por representar ainda menos diálogo com as forças de esquerda. O novo campo político passaria a ser conhecido como Campo Majoritário.

Com o passar do tempo, este campo político, representado pela Articulação e pela Democracia Radical, tratava-se internamente como Campo Democrático e Popular. O nome Campo Majoritário seria dado posteriormente pela imprensa, sendo assumido pela

própria coalizão em 1999, pois havia se tornado popular entre os militantes do PT. (segundo Luiz Dulci, em entrevista ao autor, no Instituto Lula)

A partir daí a face pública do PT passou a ser o Campo Majoritário e a face pública deste era o presidente do PT, José Dirceu. Sua gestão foi marcada por uma reestruturação interna do partido, que incluía a informatização dos Diretórios, a profissionalização de quadros e o centralismo. Com o crescimento eleitoral do partido a cada eleição e a futura conquista da presidência da república em 2002, José Dirceu passaria a ser conhecido como o homem forte de Lula.

Amaral relata a importância da nova coalizão dominante para o partido:

O PT dava início a um amplo processo de remodelagem na sua organização, desenho institucional e ideologia, com consequências não só no âmbito da participação na política institucional, mas também na sua relação mais ampla com a sociedade. (AMARAL, 2010: 75)

No entanto, a face pública desta coalizão, Dirceu, sempre ficaria marcado internamente por sua rigidez com relação às outras tendências. Para exemplificar essa imagem de José Dirceu, os próprios militantes de outras correntes forjaram um grito de guerra, entoado nos encontros seguintes do partido: “Stalin não morreu, reencarnou no Zé Dirceu!”.

O presidente do PT, apesar disso, gozava da plena confiança de Lula da Silva e de seu grupo mais próximo. Quadro histórico do partido e da esquerda brasileira, ele comandou com mão de ferro o PT nos anos seguintes e ficou com fama de autoritário. Justificada, por sinal.

Secco resume bem a eleição de Dirceu para presidência do partido:

Sacramentava-se uma dupla que Lula há muito procurava. Alguém que pudesse domesticar o PT enquanto ele se dedicava às ruas. No período do Governo Collor ele se voltou para as Caravanas da Cidadania, mas enquanto isso o PT pegou fogo e quando ele voltou encontrou uma maioria de esquerda. Agora, o partido seguiria sob a mão firme de José Dirceu e a campanha eleitoral não estaria separada do partido, como em 1994. (SECCO, 2011: 189)

É inegável que as consequências eleitorais para o PT durante a gestão de José Dirceu foram boas para o partido, bem como a informatização dos principais diretórios municipais. No entanto, houve outras consequências que devem ser ressaltadas. Valter Pomar, então dirigente da AE no período, explica:

As consequências? O PT foi sendo "acostumado", domesticado, submetido à estratégia de centro-esquerda e a dinâmica de um partido eleitoral e de filiados-eleitores. Por ironia, graças ao freio de arrumação que demos entre 1993-1995, este giro à direita foi feito sem que o PT perdesse características que foram fundamentais para a vitória nossa em 2002. Agora, o preço que pagamos é fazer um governo que não se propõe a fazer nem mesmo reformas estruturais. Um governo melhorista. (Valter Pomar, em entrevista ao autor, via email)

Uma outra consequência que podemos apontar foi a mudança na forma das eleições do PT, com a criação do Processo de Eleições Diretas, o PED, que ocorreria em 2001, quando a direção e a presidência do partido passaram a ser eleitas por votação direta de todos os filiados aptos do partido. A grosso modo, observamos que as críticas feitas ao PED pela esquerda do PT se davam no sentido de que este processo dava maior peso aos filiados, em detrimento dos "militantes". Além disso, o PED desfez a política que consistia em debater as teses nos encontros antes das votações de chapa. Dito de outra forma, o debate político-partidário saíra prejudicado, já que, anteriormente ao PED, o debate programático antecedia qualquer escolha de direção. Já a ala da direita argumentava que as eleições diretas foram a melhor forma de escolha, mais democrática e real, já que nos Encontros o peso da esquerda partidária era superestimado demais para a realidade cotidiana do partido. O debate sobre o PED é complexo e não é nosso objetivo aqui fazer uma análise profunda sobre ele⁹, até porque ele não está dentro do nosso recorte temporal. O fato concreto é que com o passar dos anos o PT foi se distanciando cada vez mais de seu modelo originário de partido, descrito no primeiro capítulo.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o retorno da coalizão dominante, capitaneado pela Articulação, deu mostras de sua consistência no domínio das zonas de incerteza do partido. No próximo capítulo analisaremos alguns dados sobre as tendências e essas zonas de incerteza, bem como poderemos testar a hipótese inicial de que a coalizão dominante formada pela Articulação tinha um alto grau de coesão interna no partido enquanto formou uma coalizão dominante e isso foi facilitado pelo desempenho da tendência na arena eleitoral, dando a ela os recursos necessários para controlar as zonas de incerteza.

⁹ Duas boas referências acadêmicas que fazem uma análise mais aprofundada sobre o PED são Amaral (2010) e Ribeiro (2010).

3.9 - Conclusão

A análise da arena eleitoral entre os anos de 1986 a 1994 se mostrou positiva, pois mostrou a significativa ampliação de cargos eletivos pelo partido. As eleições foram a oportunidade para que o partido pudesse disputar os escassos recursos partidários.

A coalizão dominante, formada pela Articulação, se fortalecera em meados da década de 80 e conseguiu impor ao partido a sua linha política, qual seja, a relativa a eleições com caráter menos classista, com vistas à ampliação da base eleitoral e a fazer do PT um partido centralizado nacionalmente, partido de governo, da ordem, que disputa eleições para eleger mais vereadores, prefeitos, deputados, senadores e governadores, no intuito de construir a chegada ao poder nacional. A Articulação conseguiu dar esse caráter ao PT, principalmente através do seu histórico V EN.

Outro ponto importante foi a questão da proporcionalidade na CEN. Ela permitiu que se tivesse uma chance de quebrar a coalizão dominante, além do fortalecimento da esquerda partidária. A proporcionalidade foi consentida pela coalizão dominante pelo fato de a pressão interna para isso ter sido muito grande, e, talvez com receio de perder quadros partidários, a Articulação optou pela viabilidade desta mudança.

Após a proporcionalidade ter sido implantada, começou um racha interno na Articulação, fruto das disputas por espaço, mas também da saturação com o modelo centralizado de decisões. Esse modelo autoritário de condução interna impôs à tendência majoritária sua maior derrota, no ano de 1993, quando a dissidência formada pela Hora da Verdade/Articulação de Esquerda conseguiu êxito na unificação de toda a esquerda partidária. Ali, a Articulação foi derrotada e nascia uma nova coalizão dominante.

Vimos as dificuldades com que essa nova coalizão dominante conduziu sua gestão. A paralisia decisória, causada principalmente pela desunião das esquerdas no momento de gerir o partido, causou dramas internos que levaram esta coalizão à derrocada, dois anos depois. Somadas às próprias cisões, a AE viu seus quadros sendo cooptados novamente pela Articulação.

Essa nova realidade, adicionada à aliança de direita feita pela Articulação com a Democracia Radical, do então deputado José Genoíno, levou à conformação de uma nova coalizão dominante, novamente capitaneada pela Articulação. Desta formação irá nascer o chamado Campo Majoritário, comandado por José Dirceu, que seria lembrado pelo esmagamento interno da esquerda partidária, mas também por sua condução nos êxitos eleitorais do partido.

Fica nítido o papel importante que a arena eleitoral cumpriu neste período de eleições, de 1986 a 1994. Com mais cargos eletivos, a distribuição de incentivos seletivos tornou-se mais favorável à coalizão dominante.

No próximo capítulo analisaremos como foi feita a distribuição destes cargos dentro da tendência Articulação. Com esses dados, junto a outros fatos que serão analisados, será possível testar nossa hipótese inicial de que a coalizão dominante formada pela Articulação teve um alto grau de coesão interna no partido enquanto formou coalizão dominante. Isso foi facilitado pelo desempenho da tendência na arena eleitoral, que deu a ela maior capacidade de controlar recursos oriundos de cargos eletivos.

Capítulo 4 – A Articulação na arena eleitoral

4.1 – Introdução

O objetivo deste capítulo é analisar o desempenho da Articulação na arena eleitoral nas eleições de 1986, 1990 e 1994. Desta forma, poderemos averiguar qual o peso que a corrente majoritária tinha dentro da bancada. Como já descrito no início deste trabalho, nosso pressuposto parte da teoria organizativa dos partidos de Panebianco, ou seja, o modelo no qual a arena eleitoral tem uma importância fundamental para a formação da coalizão dominante, já que garante mais acesso aos recursos partidários, via cargos eletivos, e, por isso, encontra maior facilidade no domínio das zonas de incerteza do partido, pela capacidade na distribuição de recursos, como já foi explicado no capítulo 1.

Considerando que já foi analisada a trajetória interna da Articulação no partido, suas disputas nos EN, os dilemas da tendência enquanto coalizão dominante, a disputa para a implantação de sua linha política para o PT e suas cisões internas, falta agora finalizar o trabalho com a coleta dos dados eleitorais da corrente para averiguar se seu desempenho nesta arena contribuiu para sua consolidação.

Outros dados que serão averiguados são as fontes de captação de recursos do partido, dentro do recorte temporal. Com isso poderemos ter mais clareza sobre o que importava para o partido quando o assunto eram os recursos financeiros, discernindo as fontes e analisando a importância de cada uma delas na composição final dos recursos partidários.

Outro dado que terá destaque é o número de assessores parlamentares do PT na Câmara dos Deputados, mostrando sua evolução nas eleições de 1986, 1990 e 1994. De posse destes dados é possível estimar quantos destes cargos pertenciam à bancada da Articulação. Deste modo, é possível entender o controle de recursos e de incentivos seletivos desta tendência.

Abordaremos também a forma da comunicação interna do partido e a relação desta com a Articulação.

Neste capítulo também será feita uma análise do que Secco (2011) chama de “centros paralelos de poder”. São organizações externas ao PT, mas que tiveram importância para o grupo ligado ao líder da sigla, Lula da Silva, e seu grupo político mais próximo, a Articulação. Essa análise busca o melhor entendimento da relação do partido

com o ambiente externo. A questão que queremos compreender aqui é se a Articulação tinha alguma relevância na condução desta relação.

Neste capítulo também abordaremos os cargos ocupados na CEN e suas divisões entre as tendências. Desta maneira será possível compreender quais tendências eram responsáveis pelas secretarias. Os cinco principais cargos que serão analisados são: Presidência, Secretaria Geral, Organização, Comunicação e Finanças. Estes sempre foram os cinco cargos principais da CEN. A dinâmica da ocupação deles pelas tendências do PT nas diferentes gestões do CEN é fundamental para compreender o domínio das zonas de incerteza e os limites apresentados para essa dominância. Deste modo é possível medir o grau de coesão interna das coalizões dominantes em suas gestões, um dos objetivos finais deste trabalho.

Como já afirmamos anteriormente, estes dados poderão viabilizar o teste de nossa hipótese inicial, a de que a coalizão dominante formada pela Articulação obteve um alto grau de coesão interna no partido, em seu período como coalizão dominante, o que foi facilitado pelo desempenho da tendência na arena eleitoral e que deu a ela maior capacidade de controle sobre os recursos oriundos dos cargos eletivos; daí, como consequência, o domínio sobre as zonas de incerteza.

4.2 – A bancada da Articulação nas eleições de 1986, 1990 e 1994

Vimos no capítulo anterior a disputa que o PT travou internamente para impor uma linha política que almejasse bons resultados eleitorais. Neste sentido, o V EN da sigla teve papel importante no detalhamento da estratégia a ser adotada. Como vimos, o PT, pela primeira vez, se colocara como um partido que se preparava para disputar o poder. Isso seria feito através da ampliação da base eleitoral petista, de eleições com caráter menos classista e da consequente eleição de vereadores, prefeitos, deputados, senadores e governadores. O intuito era claro: o PT almejava chegar ao poder nacional e este objetivo passava pela ampliação das vitórias eleitorais.

Esta nova linha política adotada pelo partido teve influência, como vimos, da coalizão dominante formada pela Articulação. Esta era a linha política que a tendência majoritária queria implantar no partido. Com a vitória de sua tese-guia no V EN, foi possível impor ao PT essa estratégia. Vale lembrar que, apesar de suportar divergências internas, o partido estava centralizado nacionalmente, o que significava que sua nova linha política seria de fato adotada. Esse é um exemplo de como a Articulação manteve o

domínio sobre as **regras formais do partido**, uma zona de incerteza importante para manutenção da coalizão dominante.

O resumo da evolução do quadro eleitoral pode ser avaliado na tabela abaixo:

Tabela 4.1 - Quantidade de deputados federais (Brasil) e estaduais (SP) eleitos pelo PT			
Eleições	1986	1990	1994
Deputados federais	16	35	49
Deputados estaduais (SP)	10	14	16

Fonte: RIBEIRO (2010)

Nota-se que houve uma evolução constante na quantidade de cargos eletivos do partido. Isso demonstra o relativo sucesso da sigla em cumprir sua agenda política.

Através de entrevistas com ex-deputados petistas e assessores da liderança da Assembleia Legislativa de SP e também da Fundação Perseu Abramo, foi possível mapear o número de cargos eletivos que foram conquistados por membros da Articulação.

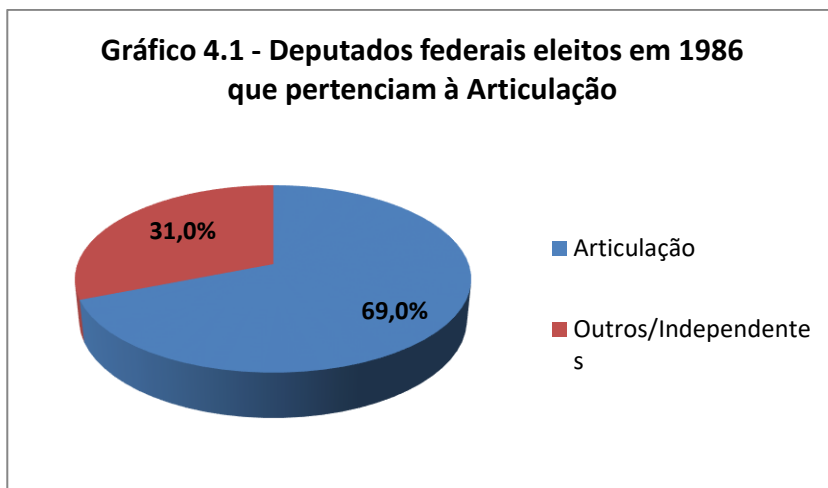
Como nosso objetivo é mapear a Articulação, optamos por dividir esses cargos em dois grupos: o dos candidatos eleitos que pertenciam à Articulação e o dos que pertenciam a outra tendência ou eram independentes.

O número de membros eleitos da Articulação nas eleições de 1986 segue abaixo, na Tabela 4.2:

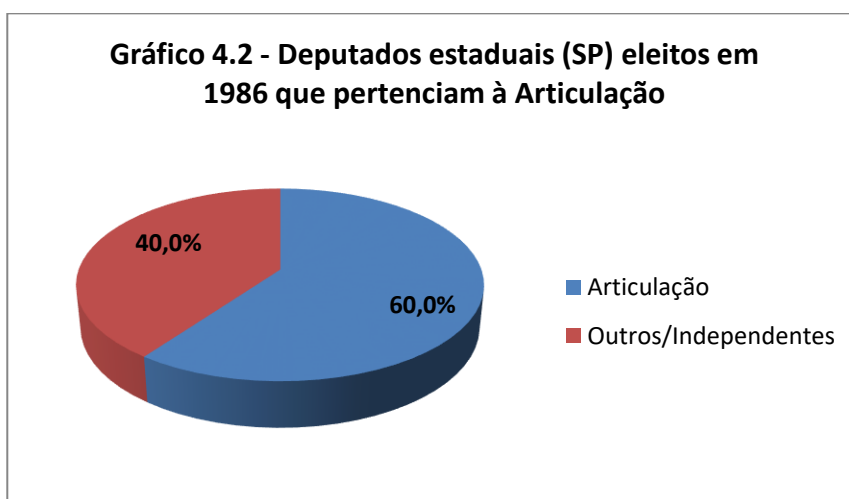
Tabela 4.2 - Quantidade de deputados federais (Brasil) e estaduais (SP) eleitos pela Articulação em 1986	
Eleições	1986
Deputados federais	11
Deputados estaduais (SP)	5

Os dados completos, com os nomes dos políticos eleitos, bem como sua divisão, estão disponíveis nos Anexos a este trabalho.

A porcentagem dos grupos com relação à bancada federal eleita pode ser analisada no Gráfico 4.1:



Sobre a bancada estadual, a porcentagem com relação ao total de eleitos naquele ano pode ser averiguada abaixo, no Gráfico 4.2:



Notamos que há de fato uma predominância de membros da Articulação, entre os que foram eleitos nesta eleição. Isso ajuda a explicar a linha política que a Articulação vinha tentando adotar para o partido.

A Articulação obteve 69% das cadeiras para a Câmara dos Deputados e 60% da Assembleia Legislativa de SP.

Visto que estas eleições ocorreram antes do V EN é possível entendermos os reais objetivos da tendência ao querer adotar uma linha política que privilegiasse o crescimento eleitoral, uma vez que, até o momento do V EN, era a Articulação a tendência mais beneficiada nesse sentido.

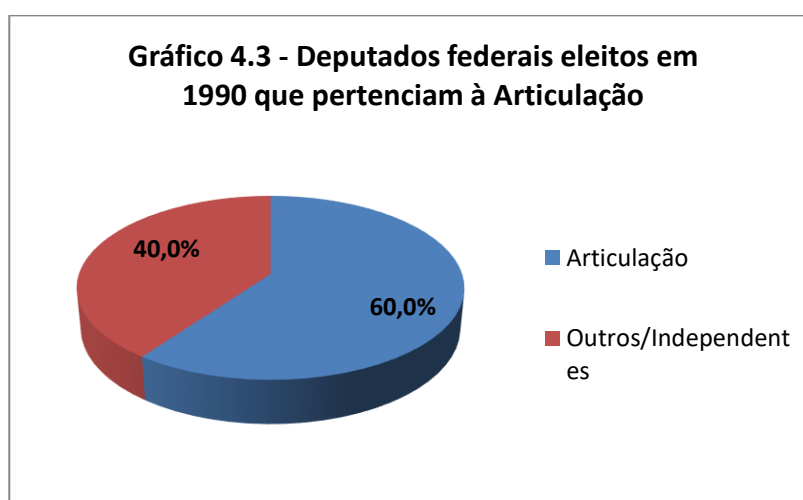
De outro lado, podemos observar também que líderes da corrente foram eleitos neste ano: Lula da Silva, eleito o deputado federal mais votado do país, e José Dirceu, então dirigente da Articulação de SP, eleito deputado estadual.

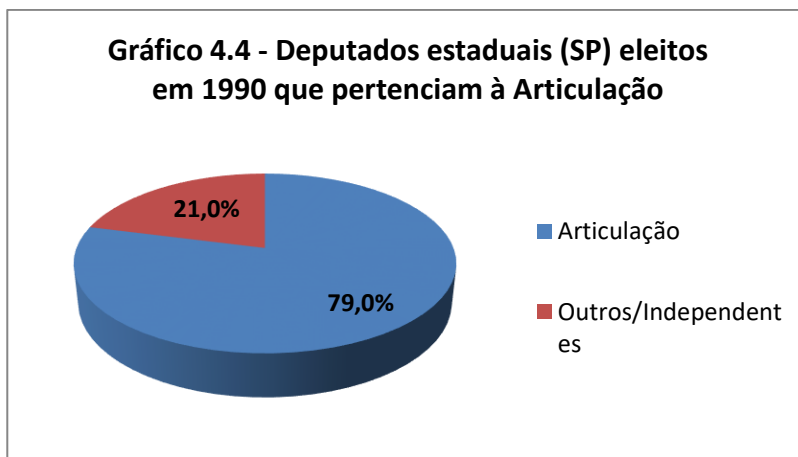
Vamos analisar agora as eleições de 1990. Como observamos na Tabela 4.1, neste ano o PT elegeu 35 deputados federais e 14 deputados estaduais em SP.

Estas eleições ocorreram já sob o auspício das resoluções do V EN. Vejamos então o quadro de membros eleitos da Articulação nas eleições de 1990, na Tabela 4.3:

Tabela 4.3 - Quantidade de deputados federais (Brasil) e estaduais (SP) eleitos pela Articulação em 1990	
Eleições	1990
Deputados federais	21
Deputados estaduais (SP)	11

A seguir, no Gráfico 4.3 e no Gráfico 4.4, é possível observarmos a porcentagem dos eleitos da Articulação em relação às bancadas federal e estadual (SP) eleitas em 1990.





Notamos que mesmo com a evolução de candidatos eleitos, o percentual de parlamentares pertencentes à Articulação continuou alto. Foram eleitos pela tendência 60% da bancada federal e 79% da bancada da Assembleia Legislativa de SP.

Estes números comprovam a eficácia da linha política adotada pelo partido, mas mais do que isso, comprovam também que esta linha viria a beneficiar a própria Articulação.

Como vimos no capítulo anterior, a Articulação começou a sofrer uma cisão interna a partir de 1990, pelos motivos já apresentados. Os dados aqui apresentados já consideram essas cisões internas, portanto, nenhum deputado considerado nos 60% e nos 79% obtidos pela Articulação teria saído dela, pois os que saíram já foram considerados como pertencentes a outra tendência ou independentes.

Mesmo com a disputa interna e o início de uma cisão no próprio bloco podemos afirmar que a Articulação, com maior número de deputados, ainda mantinha o privilégio da distribuição de incentivos seletivos do partido, o que trazia como consequência também ser privilegiada na disputa das zonas de incerteza do partido.

É importante ressaltar que, novamente, um membro da Coordenação Nacional da Articulação foi eleito deputado federal, o deputado José Dirceu.

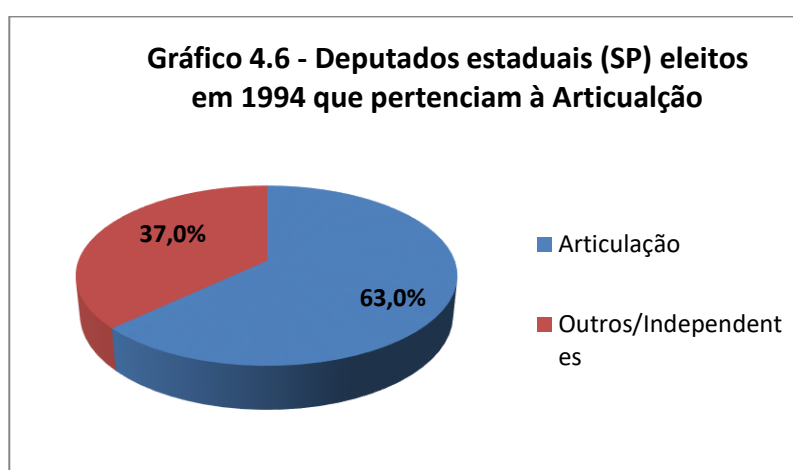
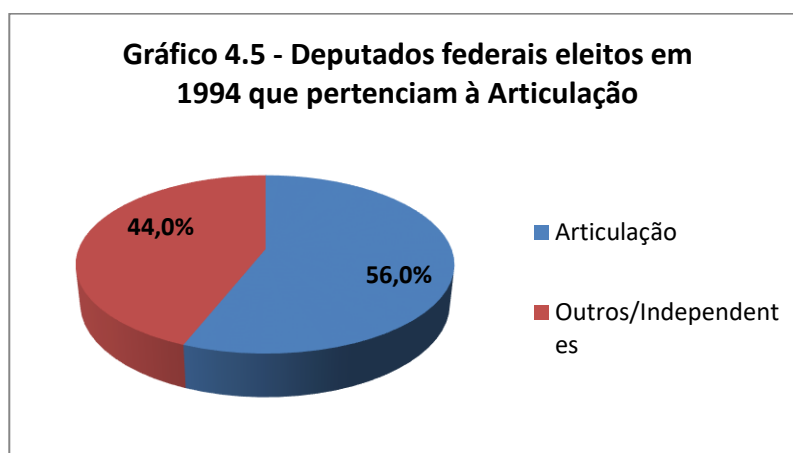
É preciso verificar agora, no que toca às eleições seguintes, se teria havido alguma perda significativa de força da bancada da Articulação. Para isso, vamos avaliar os dados obtidos das eleições de 1994.

Nestas eleições o PT obteve mais um salto eleitoral, elegendo 49 deputados federais e 16 deputados estaduais (SP), como pode ser observado na Tabela 4.1.

Os dados sobre os candidatos da Articulação nestas eleições são os seguintes:

Tabela 4.4 - Quantidade de deputados federais (Brasil) e estaduais (SP) eleitos pela Articulação em 1994	
Eleições	1994
Deputados federais	28
Deputados estaduais (SP)	10

É possível observar que a Articulação continuou obtendo um grande número de deputados eleitos. Nos Gráficos 4.5 e 4.6 podemos constatar a evolução das bancadas federais e estaduais (SP) nas eleições de 1994:



Percebe-se que a Articulação, nesta eleição, ainda tinha o predomínio dentro das bancadas, elegendo 56% da bancada da Câmara dos Deputados e 63% da bancada da Assembleia Legislativa.

É interessante observar que, internamente, a Articulação já não era mais a coalizão dominante do partido, mas seus candidatos conseguiam não só se reeleger como serem eleitos em maior número. Um dos motivos para isso seria o tipo de perfil social de seus candidatos, oriundos da militância em diversos movimentos sociais de base. Como vimos, foi conformada uma nova coalizão dominante, no ano de 1993, durante o VIII EN, capitaneada pelo grupo intitulado Hora da Verdade, que, meses depois, fundaria a corrente Articulação de Esquerda, a dissidência mais importante da Articulação.

Esta nova coalizão teve dificuldades para manter sua coesão interna, pois era composta, na verdade, por todos os outros grupos da esquerda petista do período, como analisamos no capítulo anterior.

Essa dificuldade em ter completo domínio sobre as zonas de incerteza partidária passou também, como agora percebemos, por um desfalque na arena eleitoral, já que a Articulação, mesmo não sendo mais a coalizão dominante, ainda mantinha a maioria dos cargos eletivos do partido.

Vale notar que o PT elegeu ainda quatro senadores e dois governadores nestas eleições de 1994. Destes, metade da bancada do senado, 50%, pertenciam também à Articulação. Era a primeira eleição que o PT elegeia candidatos a governador. Os dois governadores eleitos também pertenciam à corrente. Nos Anexos, consta a lista com os nomes dos candidatos eleitos e seus respectivos estados.

De posse desses dados, podemos afirmar que a Articulação continuou controlando a maioria dos recursos partidários obtidos através dos cargos eletivos. Essa maior concentração de incentivos partidários contribui muito para a manutenção da coesão interna da corrente. Dito de outra maneira, mesmo não sendo a coalizão dominante do partido neste período, a Articulação ainda tinha algum domínio sobre as zonas de incerteza partidária.

Os cargos eletivos da Articulação através das eleições podem ser observados em resumo na Tabela 4.5:

Tabela 4.5 -Evolução percentual da bancada federal e estadual (SP) da Articulação				
Eleição	1986	1990	1994	Média %
	69%	60%	56%	62%

% de deputados federais da Articulação				
% de deputados estaduais (SP) da Articulação	60%	79%	63%	67%

Percebemos que, na média das três eleições, a Articulação teve 62% dos cargos de deputado federal e 67% de deputados estaduais (SP). Mesmo nos piores desempenhos, como é o caso de 1994, ela nunca ficou abaixo de 56% de domínio sobre estes cargos. Isso demonstra justamente a solidez na arena eleitoral que foi importante para o seu retorno enquanto coalizão dominante do partido, que aconteceria, como vimos, no X EN do PT em 1995.

Vale lembrar que, neste ano de 1994, a Articulação ainda obteve a eleição de um membro de sua Coordenação Nacional: Luiz Gushiken, eleito deputado federal.

Antes de analisarmos os cargos internos do PT no nosso recorte temporal, vamos avaliar os dados sobre os recursos financeiros do partido neste período, analisando conjuntamente os dados que se referem às assessorias da Câmara dos Deputados. Também as formas de comunicação interna do PT, que compõem outra importante zona de incerteza, merecerão alguma análise

4.3 O controle interno sobre os recursos partidários

As fontes de captação de recursos do partido variaram. Para nossa análise, usaremos o modelo criado por Ribeiro (2008) para explicar a origem dos recursos financeiros do partido.

A divisão utilizada pelo autor para análise desses recursos foi a seguinte:

As receitas foram divididas em quatro categorias: a) cotizações dos filiados: fatias repassadas ao DN das inscrições e anuidades pagas pelos filiados aos Diretórios subnacionais; b) outras receitas próprias: recursos obtidos em eventos e na comercialização de produtos, doações de pessoas físicas e jurídicas, entre outros (aplicações, empréstimos bancários etc); c) fundo partidário; d) contribuições estatutárias obrigatória: oriundas de detentores de cargos públicos (eleitos no executivo e legislativo e

ocupantes de cargos de confiança). As duas primeiras categorias foram classificadas como recursos próprios, e as outras duas como aportes diretos/indiretos de recursos públicos. (RIBEIRO, 2008: 104)

Os dados sobre a forma de financiamento do Partido dos Trabalhadores seguem abaixo, na Tabela 4.6:

Tabela 4.6 - Fonte de captação de recursos do DN, 1985-1995 (em %)					
Ano de prestação de contas	Recursos públicos		Recursos próprios		Total %
	Fundo Partidário	Contribuições estatutárias	Filiados	Outras receitas próprias	
1985	7,4	57	-	35,6	100
1986	0,7	-	-	99,3	100
1989	1,2	36,9	30,4	31,5	100
1990	1,8	56,4	6,4	35,4	100
1991	1,1	47	-	51,9	100
1993	2,8	39,2	11,9	46,1	100
1995	12,3	60,7	-	27	100

Fonte: Elaboração a partir dos balanços financeiros e demonstrativos de receitas e despesas entregues pelo DN ao TCU (até 1993) e ao TSE (de 1995). Os anos faltantes referem-se a prestações de contas não localizadas pelos funcionários do TCU. Elaborado por RIBEIRO (2010)

Para nós é importante chamar a atenção para os dados das chamadas contribuições estatutárias. Elas são compostas pela contribuição, prevista em estatuto, para os ocupantes de cargos eletivos e comissionados, como as assessorias parlamentares. Percebe-se que, de 1985 até 1990, elas compunham a principal entrada de receita do PT. Em 1991 e 1993, aparecem como a segunda maior entrada de receitas do partido e, em 1995, voltam ao patamar como a receita mais importante, atingindo até 60% do total de recursos.

O número de assessores parlamentares do PT na Câmara dos Deputados cresceu com as eleições na mesma medida em que sua bancada aumentava. É o que se observa na Tabela 4.7:

Tabela 4.7 -Assessores do PT na Câmara dos Deputados (1987-1999)			
	1987-91	1991-95	1995-99
Deputados petistas	16	35	49
Assessores dos gabinetes – estimativa	224	490	686
Assessores da liderança /bancada	19	33	44
Total estimado de assessores	243	523	730

Fonte: RIBEIRO (2010:154). Pesquisa feita por Ribeiro sobre os dados de assessoria da Câmara dos Deputados.

A partir do cruzamento de informações, e compondo os dados de Ribeiro com os dados sobre o número de deputados eleitos pela Articulação no mesmo período, podemos concluir, com números estimados, a quantidade cargos disponíveis pela Articulação e sua capacidade de distribuição de incentivos seletivos.

Os dados estimados aparecem na Tabela 4.8:

Tabela 4.8 -Assessores do PT na Câmara dos Deputados (1987-1999)			
	1987-91	1991-95	1995-99
Deputados da Articulação	11 (69%)	21 (60%)	28 (56%)
Assessores dos gabinetes - estimativa	155	294	384
Assessores da liderança /bancada	13	19	44
Total estimado de assessores	168	313	428

Esses dados são importantes, pois se os compararmos com dados anteriores sobre a Articulação, podemos constatar que era ela, na verdade, quem tinha maior predominância nas receitas internas do PT. Era a Articulação quem mais contribuía para a receita partidária, já que ela tinha mais cargos eletivos e assessorias. Dominar esta zona de incerteza assegurou tanto o controle das fontes e distribuição de recursos partidários

quanto o privilégio na relação com financiadores externos do partido. Além disso, a tendência passou também a controlar outra zona fundamental para o partido: o recrutamento político dos candidatos que poderiam ter acesso às arenas governativas.

Os dados mostram o controle exercido pela tendência sobre a **zona de incerteza das finanças**. Além disso, a partir desses dados, percebemos que a Articulação ganhava o controle de outras duas zonas de incerteza, o **recrutamento** e a **competência**. Como afirma Panebianco, ter maior poder de distribuição dos incentivos seletivos, leva a ter maior sucesso no domínio destas três zonas de incerteza. Como a Articulação tinha mais cargos disponíveis nesse âmbito, ela acabou tendo o privilégio sobre estas zonas de incerteza.

Sobre a comunicação partidária é preciso fazer algumas observações. Panebianco afirma que dominar a comunicação resulta na capacidade de distribuir, manipular, retardar ou suprimir as informações internas. Trata-se, portanto, de uma importante ferramenta na disputa política interna. Ter informação privilegiada resulta em poder.

Luiz Dulci, em entrevista ao autor, afirmou que a comunicação interna do partido era frágil no período do nosso recorte temporal e feita principalmente através de cartas e boletins para a militância e telefonemas para outros dirigentes.

Ele recorda que o único período em que alguém da Articulação não esteve no comando da comunicação interna do partido foi entre 1993 e 1995, quando Marcos Sokol, da corrente O Trabalho, ocupou a cadeira. Veremos em detalhes a distribuição de cadeiras na próxima seção.

No entanto, cabe destacar que não é apenas do cargo formal que depende esta zona de incerteza, mas do domínio que exerce sobre outras áreas do partido, não apenas as institucionais.

Neste ponto é preciso explicar um importante aspecto sobre a comunicação do PT. Algumas tendências possuíam seus próprios jornais, como *O Trabalho*, pertencente à corrente de mesmo nome, o *Página 13*, a partir de 1993, da AE, e o *Em Tempo*, jornal da Democracia Socialista. Vimos que, com a regulamentação das tendências, ficou proibida a impressão de jornais externos aos militantes, ou seja, os jornais eram permitidos apenas para os militantes do partido. A Articulação nunca teve um jornal. Sobre esse fato, Luiz Dulci afirmou que

[e]ssa decisão de não termos nenhum jornal da tendência foi porque estávamos preocupados em fazer um jornal para o próprio PT. Como maioria, ficaria estranho fazer um jornal apenas da tendência,

a dificuldade era tamanha que optamos por trabalhar com boletins do próprio partido ao invés de jornal próprio. (Luiz Dulci, em entrevista ao autor, no Instituto Lula)

Dulci ressalva que as reuniões internas da Articulação não eram tão regulares e que a corrente reunia as pessoas apenas quando havia algum problema a ser resolvido ou quando a discussão sobre um tema apresentava muitas divergências. Deste modo tudo que era decidido nas reuniões era passado aos militantes líderes da Articulação, de maneira que todos eram acionados **através de redes de relacionamento** para que estivessem cientes das decisões tomadas nas reuniões. Com passar do tempo a Articulação adquiriu, como vimos, uma estrutura mais parecida com as correntes mais organizadas. Essas redes de relacionamento eram importantes para o acesso e transferência de informações.

O relativo sucesso da Articulação na arena eleitoral é um ponto fundamental para entender a comunicação de massas no PT. A lógica da proporcionalidade não imperou quando o assunto eram as propagandas de rádio e TV ou os programas eleitorais a que o partido tinha direito quando das eleições. Neste sentido, Ribeiro constata que

[a] estratégia petista de comunicação nos meios de massa se caracterizou, até pelo menos o final dos anos 1990, por seu caráter coletivista: tanto nos programas institucionais, nos quais somente os líderes mais destacados apareciam, quanto nos programas eleitorais, das candidaturas proporcionais, em que os símbolos, o apelo ao voto de legenda e os líderes “puxadores de votos” substituíam a repartição do tempo em frações mínimas para todos os candidatos (...) Os líderes de maior representatividade e peso eleitoral foram sempre privilegiados, **sendo todos ligados à Articulação**. A esquerda petista não tinha, no rádio e na televisão, nenhuma presença assegurada. (RIBEIRO, 2010: 134, grifos do autor)

Essa foi a maneira encontrada pelos principais dirigentes do partido para compensar a fragilidade da comunicação interna do PT: “Esse desequilíbrio era referido internamente como o confronto entre os ‘líderes com voto’ – quase sempre da Articulação – e os ‘líderes sem voto’ – com atuação mais interna.” (RIBEIRO, 2008: 134)

Constatamos que a influência da arena eleitoral na comunicação interna do PT era muito grande. **A Articulação, portanto, era também dominante na zona de incerteza da comunicação.**

Sobre as relações externas do partido com o ambiente, é preciso destacar o papel que tiveram os chamados “centros paralelos de poder” (SECCO, 2011)

Como observamos no capítulo anterior, o papel de liderança de Lula foi muito importante no controle interno para a formação de maioria no partido. Partiu dele e de seu grupo mais próximo a ideia de criar a Articulação para conformar um centro político no PT, capaz de assegurar a linha política que viria a ser hegemônica. Certamente, portanto, sua presença, sua liderança e seu grupo político ajudavam muito nas relações com o ambiente.

Valter Pomar, em entrevista ao autor, afirmou que entidades criadas ou influenciadas pelo petismo, como CUT, MST e Foro de São Paulo¹⁰, “foram fortemente influenciadas pela maioria do PT, leia-se Articulação”. (Valter Pomar, em entrevista ao autor). Keck e Lacerda também afirmam a influência petista na CUT com o argumento de que, mesmo no sindicato, a Articulação estava presente através da corrente Articulação Sindical. Da mesma maneira, Luiz Dulci argumenta que Lula, por ter sido líder sindical, tinha forte influência sobre os líderes e a base da CUT e mesmo no MST.

Dulci ainda afirma que o mesmo ocorreu quando da criação do Foro de São Paulo, no início da década de 90. Para ele houve uma forte influência de Lula, principalmente no início. Mas ressalta que, com o passar dos anos, a influência de outras correntes também aumentou, com o aval da própria Articulação.

Sobre o Instituto Cidadania¹¹ podemos afirmar que nele havia forte influência da tendência majoritária, visto que ele foi criado por Lula e por seu grupo mais próximo. Como vimos, Secco afirma ainda que o Instituto passou a ser uma espécie de poder paralelo de Lula. Em entrevista ao autor, Luiz Dulci rejeita esta tese afirmando que o Instituto foi apenas um lugar de criação de políticas públicas e estudos profundos sobre o país. Podemos, no entanto, notar a proximidade do Instituto Cidadania com os intelectuais e membros da academia brasileira, visto que muitos estudos, seminários e palestras foram realizados no Instituto ao longo da década de 90. Vale ressaltar que o PT tinha pouca

¹⁰ O Foro de São Paulo nasceu em julho de 1990, na capital paulista. A ideia de realizar uma ampla reunião com os partidos e organizações de esquerda do continente partiu de uma conversa entre Fidel Castro, então primeiro-secretário do Partido Comunista de Cuba, PCC, e o fundador do PT Luis Inácio Lula do Silva, durante uma visita de Lula a Cuba, em 1990. (POMAR & REGALADO, 2013:09)

¹¹ O Instituto Cidadania tinha por objetivo realizar palestras, discussões e reuniões que dessem mais substância técnica aos programas de governo do PT. É dele também que provém a experiência do Governo Paralelo e das Caravanas da Cidadania. Formalmente o IC só vai ser fundado em 1995, mas, na prática, já existia desde o início da década de 1990. Em 2011, voltou a funcionar, então sob o comando do ex-presidente Lula e sendo rebatizado como Instituto Lula.

influência nas tarefas executadas no mesmo, mas que sua diretoria, bem como seus colaboradores petistas eram todos da Articulação.

Esse **domínio das relações externas** ao PT implicou à Articulação um poder que não ficou apenas restrito ao círculo partidário. No caso dos movimentos como CUT e MST, esse domínio mostra a capacidade para a organização de claques de militantes para os encontros e eventos ou filiações em massa, maior capacidade, enfim, de **recrutamento**, outra zona de incerteza fundamental para que a Articulação pudesse manter seu domínio no partido. Essa capacidade de reunir militantes com votos na base é um dos motivos de a Articulação ter sido majoritária, como vimos anteriormente.

No caso das relações privilegiadas com o Instituto Cidadania, a predominância da Articulação implicou na capacidade de distribuição de incentivos coletivos. Afinal, os programas de governo de algumas cidades “vitrine” de políticas públicas, como Santo André, nasceram dentro do IC. A relação privilegiada com o Foro de São Paulo permitiu à tendência ter relação com e ser a ponte entre o PT e os partidos de esquerda na América Latina. Essa relação vai incentivar o partido na distribuição de incentivos coletivos. Isso se explicita quando o PT, por exemplo, fala sobre o “horizonte estratégico socialista” em suas resoluções de Encontros Nacionais, como mostrado no capítulo anterior.

Para Luiz Dulci, por ser maioria, a Articulação tinha mais facilidade nestas relações externas ao PT. No entanto, ele faz a ressalva de que as ideias do candidato Lula importavam muito nas decisões sobre essas políticas, visto que Lula sempre teve um “instinto político apurado para o tema”. Ou seja, Lula da Silva foi o responsável pela acomodação do partido ao *status quo*, desde o início.

4.4 – Distribuição dos cargos da CEN e o grau de coesão da coalizão dominante

No capítulo anterior pudemos entender como se deu a disputa interna entre as correntes do PT. Nesta seção, nosso objetivo é fazer uma análise sobre o grau de coesão das coalizões dominantes no partido. Portanto, nossa análise será feita em três partes, de maneira cronológica.

Como já dissemos anteriormente, nossa opção foi classificar os principais cargos da CEN e mapear sua distribuição entre as tendências do PT. O fizemos de maneira a observar seu lugar no espectro ideológico dentro do partido. Os cargos a serem analisados são os relativos à: Presidência, Secretaria Geral, Organização, Comunicação e Finanças.

O método que adotamos é o mesmo utilizado pelo pesquisador Ribeiro (2010), quando simplifica o cálculo estipulando um valor igual para os cinco cargos classificados, ou seja, 20% para cada cargo.

Na Tabela 4.9 podemos observar a composição da CEN, de 1981 até o ano de 1993. Ou seja, nesse início da seção poderemos elucidar os dados da **primeira coalizão dominante do PT, formada pela Articulação**.

Tabela 4.9 - Coesão da coalizão dominante: distribuição dos cargos do núcleo do CEN (1981-1993)*				
Gestão	Distribuição dos cargos estratégicos entre as tendências			Grau de Coesão (%)
	Esquerda	Centro	Direita	
De 1981 a jul. 1990	-	-	Todos: Articulação	100%
De Jul. 1990 a Jul 1992	Comunicação: DS	-	Presidência; Sec. Geral; Organização e Finanças: Articulação	80%
De Jul. 1992 a Jun. 1993	Comunicação e Finanças: DS	-	Presidência; Sec. Geral; Organização: Articulação	60%

Fonte: Dados retirados de Ribeiro, (2010:211)

*Núcleo da Comissão Executiva Nacional: Presidência, Secretaria Geral, Organização, Comunicação e Finanças.

Observamos que, de 1981 até 1990, a composição era de 100%, pois não havia regra de proporcionalidade, como já relatado anteriormente.

Percebemos que houve uma queda de 20% no grau de coesão para cada EN do partido, o que mostra a perda de vitalidade da Articulação nesse período. Entretanto, mesmo em seu pior período, o grau de coesão da coalizão dominante ainda batia em 60%, quase o mesmo percentual de candidatos eleitos pela corrente no mesmo período.

A história de como essa coalizão chega ao fim já foi relatada no capítulo anterior. A partir do VIII EN, em 1993, uma nova coalizão é formada.

Vejamos os dados sobre o seu grau de coesão na Tabela 4.10:

Tabela 4.10 - Coesão da coalizão dominante: distribuição dos cargos do núcleo do CEN (1993-1995)*				
Gestão	Distribuição dos cargos estratégicos entre as tendências			Grau de Coesão (%)
	Esquerda	Centro	Direita	
De Jun. 1993 a out. de 1995	Comunicação: OT; Organização: DS; Finanças: AE.	-	Presidência e Secretaria Geral: Articulação	60%

Fonte: Dados retirados de Ribeiro (2010:211)

*Núcleo da Comissão Executiva Nacional: Presidência, Secretaria Geral, Organização, Comunicação e Finanças.

A nova coalizão, formada pela esquerda partidária, teve o mesmo grau de coesão obtido no último período da antiga coalizão dominante: 60%. Já tratamos aqui das dificuldades encontradas por esta nova coalizão para manter uma unidade interna.

Se observarmos os dados acima, podemos subdividi-los por corrente, medindo o tamanho de cada uma separadamente para entendermos as dificuldades encontradas pela nova coalizão dominante: Articulação 40%; AE 20%; OT 20%; DS 20%.

Ou seja, apesar de ter 60% de coesão interna, quando tentamos entender as dificuldades da coalizão em conseguir unidade, observamos que de fato o que houve foi uma unidade no sistema eleitoral petista, mas que essa unidade não estava funcionando durante a gestão. De posse desses dados podemos entender o porquê da paralisia decisória do PT no período.

Da mesma forma, se lembrarmos da capacidade de distribuição de recursos da Articulação no período, será possível explicar sua forma de sobrevivência. Mesmo com minoria interna, ela ainda elegia cerca de 60% dos deputados federais e estaduais (SP) do partido. Ou seja, mantinha-se como tendência com forte capital eleitoral, pois concentrava muitos recursos oriundos da arena representativa.

Agora, na terceira parte do nosso recorte, vamos analisar o período após a realização do X EN. Como vimos anteriormente, a Articulação volta a ser a coalizão dominante dentro do partido, ganhando as eleições internas.

Podemos verificar os dados na Tabela 4.11:

Tabela 4.11 - Coesão da coalizão dominante: distribuição dos cargos do núcleo do CEN (1993-1995)*				
Gestão	Distribuição dos cargos estratégicos entre as tendências			Grau de Coesão (%)
	Esquerda	Centro	Direita	
De out. 1995 a jan. 1997	-	Secretaria Geral: Velhos Sonhos...	Presidência, Organização, Finanças e Comunicação: Articulação	80%

Fonte: Dados retirados de Ribeiro (2010:211)

*Núcleo da Comissão Executiva Nacional: Presidência, Secretaria Geral, Organização, Comunicação e Finanças.

O X EN, como vimos, foi palco de um grande embate entre as duas maiores forças do partido, a Articulação e sua cisão direta, a Articulação de Esquerda. Após perder o EN, o grupo se recusou a indicar nomes para compor a CEN. Deste modo, todos os cargos ficaram com a aliança formada pela chapa Articulação Unidade na Luta e a chapa Velhos Sonhos, grupo dissidente da AE que foi cooptado pela Articulação.

É preciso lembrar que nas eleições de 1994, que precederam este X EN, a Articulação continuou a eleger a maior bancada da Câmara dos Deputados e da Assembleia Legislativa paulista.

Antes de dar prosseguimento, com a medição que faremos do grau de coesão da Articulação ao longo dos anos, é preciso voltar à zona de incerteza de domínio das regras formais do partido.

O primeiro exemplo desse domínio já foi dado no início deste capítulo: a vitória da linha política da Articulação durante o V EN. O segundo, e não menos importante, tem a ver com **a discussão de Panebianco sobre esta zona de incerteza, no que concerne à sua imprevisibilidade organizativa**, visto que a questão da proporcionalidade da CEN, que durante muitos anos foi reivindicada por outras tendências, quando aprovada com aval da Articulação, mostrou-se ser **uma das causas que levaram à perda de maioria no período de 1993 a 1995**. Os incentivos para formação de alianças nos Encontros mostraram que, com a proporcionalidade, **o custo da cisão passaria a ser menor**; afinal, seria possível costurar acordos entre correntes para a ocupação de cadeiras na CEN. Esses

incentivos deram combustível, como vimos, para novas divisões internas, inclusive a da própria Articulação, fato que a levaria à derrota no VIII EN.

Ironicamente, essa mesma imprevisibilidade seria reforçada mais adiante, mas então com um revés para a esquerda partidária. Quando da retomada do controle do partido, no X EN, em 1995, sob a presidência de José Dirceu, houve um fortalecimento de um campo político do PT que estava mais ao centro no espectro ideológico. Além dos eventuais erros que possam ter sido cometidos na condução organizativa do partido pela nova maioria formada entre 1993 e 1995, **os mesmos baixos custos de cisão levaram a Articulação de Esquerda a perder importantes lideranças** e essa perda foi, de certa maneira, responsável pela derrota da AE para José Dirceu e a Articulação Unidade na Luta, porque, como observamos no capítulo anterior, a disputa foi ganha por uma margem pequena de votos.

O que havia se mostrado como um dos mecanismos para derrotar a Articulação, ao mesmo tempo, passaria anos depois a ser um dos motivos pelos quais se deu sua ascensão como grupo político consolidado, como a nova coalizão dominante no PT. Com as alianças feitas com as forças de centro, a Articulação passou a ser um campo político muito importante no PT, mais até do que havia sido nos anos 80, e, de certo modo, um campo interno quase imbatível, eleitoralmente falando. Esse grupo político a partir da eleição de José Dirceu seria formalizado como Campo Majoritário.

Ainda dentro do debate sobre as regras formais, há um aspecto importante na questão dos nomes adotados pela tendência: Articulação, Articulação Unidade na Luta e Campo Majoritário. Tomo aqui uma das características desta zona de incerteza para tratar do tema: **a imposição de interpretação favorável**. A interpretação não se dá apenas no que se refere às regras, mas também se dá na forma particular de interpretar a própria trajetória.

Existem poucas informações sobre a origem dos nomes adotados ao longo do tempo pela tendência. No entanto, nas entrevistas realizadas, conseguimos alguns elementos que os podem explicar.

Luiz Dulci, em entrevista ao autor, esclarece como se deu a escolha do nome Articulação:

A Articulação não se colocava enquanto tendência no início. E era uma coisa deliberada, consciente. Nós não queríamos a estrutura rígida e centralizada das outras tendências. Daí a palavra Articulação. Não é uma metáfora, não. A palavra Articulação é

isso, é um mosaico de pessoas que tem preocupações comuns, mas de origens diferentes, inserções diferentes etc. A escolha do nome também foi deliberada internamente, era para dar uma ideia de soma de esforços e de pessoas que tem objetivos comuns. Lembro-me bem que alguém sugeriu o nome “corrente” antes, mas aí disseram, não, este nome é muito rígido. Daí surgiu a palavra Articulação, dando a ideia de maleabilidade, como uma articulação mesmo. (Luiz Dulci, em entrevista ao autor, no Instituto Lula)

Observamos que a denominação do modelo de disputa interna, ou seja, as correntes, era controversa e tinha a oposição do grupo majoritário. Como observado, a aversão às formas de condução política das facções internas do PT e de suas interpretações sobre o partido levou a Articulação a propor a mudança para a forma nominal das facções. Há aqui um dado importante a observar. O fato de deter o controle dessa área de incerteza levou a Articulação a propor a mudança da denominação “corrente”, que representava algo rígido, para “tendência”, com um significado mais suave no que toca às divergências internas. Mesmo o nome Articulação veio desta interpretação, já que, como afirmado por Luiz Dulci, dava uma tonalidade mais maleável, menos imutável e rígida. Pode parecer pouco, mas o domínio sobre este tipo de interpretação ajuda a explicar o *ethos* do grupo majoritário. É interessante notar que esta conotação “menos rígida” ficou na história do partido apenas no nome mesmo, como comprova o autoritarismo e o centralismo com que as lideranças da Articulação agiam dentro do PT.

Ainda neste debate sobre a nomenclatura, outro ponto importante se deu quando da cisão entre Articulação de Esquerda e Articulação Unidade na Luta. Esta última continuou a adotar o nome Articulação, com a complementação que julgava representar o sentimento do partido no período: a ideia de unidade. Após a derrota de 94, com a perda de importantes militantes para o PSDB e com **a cooptação** de parte daqueles que conduziram a maioria formada a partir de 93, uma nova nomenclatura interna vai surgir para denominar o retorno da Articulação sob o comando da sigla: **Campo Majoritário**.

Com a eleição de José Dirceu em 1995 e a aliança formada com a Democracia Radical, do líder José Genoíno, e a chapa Velhos Sonhos, formada por dissidentes cooptados da AE, a Articulação passou a ser maior que ela mesma. Passou-se então a chamar essa conjunção de tendências internas alinhadas politicamente de campo político, campo democrático e popular ou somente **Campo**, sendo está última a denominação

adotada por muito tempo, usada pelos próprios membros da tendência. Segundo Luiz Dulci, o adjetivo “majoritário” foi incluído pela imprensa. Para ele, depois que a imprensa cunhou o termo “Campo Majoritário”, houve uma cristalização do nome dentro do PT e da própria corrente que, em meados de 1999 já passaria a ser chamada oficialmente desta forma.

É importante nos determos no adjetivo “majoritário”, pois ele mostra como houve, por parte dos próprios militantes da tendência, uma tentativa de impor uma **qualificação dominante**. Vejamos como o domínio das regras formais do partido foi importante neste processo, ainda que possa parecer até mesmo irrelevante.

Para exemplificar o que estamos afirmando, lembremo-nos do caso da Revolução Russa, que permite um paralelo interessante sobre este tema. O partido comunista soviético era dividido, grosso modo, entre duas facções: Bolcheviques e Mencheviques. O professor britânico especialista em sistemas comunistas, Archie Brown, relata que Lenin, após a contra-revolução de outubro

(...) conseguiu sua maioria tão rapidamente quanto nomeou seu grupo de bolcheviques (os “maioristas”, da palavra russa para maioria, bol’shinstvo) e seus opositores de mencheviques (os “minoristas”). Como escreveu Bertram Wolfe sobre Lenin há cerca de sessenta anos: “Embora ontem estivesse em minoria, e estaria em minoria com frequência no futuro, ele jamais renunciaria à vantagem psicológica desse nome [...] Que orgulho poderia ser para seu caucus – independentemente do quanto este poderia diminuir – chamar-se sempre de maioristas. Que convicção, que ar de [...] sanção da maioria, de democracia, isso daria no apelo às bases e às massas não partidárias” (BROWN, 2009: 57)

Ao projetar este mesmo paralelo sobre o Campo Majoritário, fica claro, para nós, que a denominação foi calculada, uma vez que já não havia mais a necessidade, como antes, de que ela soasse “menos rígida”. Por outro lado, Luiz Dulci afirma que ele sempre foi contra a cristalização do nome dado pela imprensa, visto que “deveria ser chamado apenas de Campo, porque se é majoritário ou não vai depender da política” (Luiz Dulci, em entrevista ao autor).

Independentemente da opinião pessoal de Dulci, o fato concreto é que os próprios militantes e dirigentes do Campo Majoritário passaram a adotar o termo, inclusive oficialmente, com a apresentação de chapas futuras com esta nomenclatura. Por muitos anos o Campo Majoritário seria chamado desta forma. Utilizamos o paralelo acima apenas

para discutir a zona de incerteza de domínio das regras internas: fica nítido que a Articulação também a dominou, quase que por completo.

Agora voltemos à medição do grau de coesão da Articulação.

Podemos verificar no Gráfico 4.7 o grau de coesão da Articulação ao longo dos anos:

Gráfico 4.7 - Grau de Coesão da Articulação na Comissão Executiva Nacional



Fica nítido que a Articulação se manteve coesa no período enquanto formava a primeira coalizão dominante do PT. Em um segundo momento, com a formação da maioria de esquerda no partido, a Articulação continuava a obter 40% de grau de coesão dentro da CEN. Quando a Articulação volta para formar a terceira coalizão dominante do PT, após 1995, ela sobe para 80% o seu grau de coesão interna.

Finalmente, **de posse de todos os dados e quando os avaliamos sob a ótica da arena eleitoral e do desempenho da Articulação nesta arena, observamos que eles nos permitem tomar como verdadeira a nossa hipótese inicial.** Ou seja, verificamos que a coalizão dominante formada pela Articulação tinha um alto grau de coesão interna, o qual, como foi demonstrado pelos dados, foi promovido pelo desempenho da tendência na arena eleitoral, dando a ela maior capacidade de controlar recursos provenientes de cargos eletivos e, por consequência, ter o domínio sobre as zonas de incerteza do Partido dos Trabalhadores.

4.5 – Conclusão

Com os dados obtidos sobre a divisão, entre as tendências, dos deputados federais do PT e dos deputados estaduais de SP de três eleições nacionais (1986, 1990 e 1994), pudemos evidenciar o predomínio da Articulação na arena eleitoral do partido.

Da mesma maneira, analisando os dados sobre a composição da fonte de recursos financeiros do partido, aliados aos dados sobre o número de assessores disponíveis pelo partido a cada eleição e cruzando com o percentual de dominância da Articulação nestes cargos eletivos, constatamos o domínio sobre a zona de incerteza das finanças do partido e, ao mesmo tempo, sobre o recrutamento e competência, já que dispunha de mais recursos disponíveis para distribuição de incentivos seletivos.

Mostramos como a maneira pela qual era realizada a comunicação do partido levou a Articulação a ter bons desempenhos nesta zona de incerteza. Vimos que os programas de rádio e TV não eram distribuídos pela lógica da proporcionalidade, mas ficavam reservados para as principais lideranças do partido, os “puxadores de votos”. Estes, como mostramos, eram todos ligados à Articulação. Somado a isto está o fato de a tendência dominar quase completamente os cargos de Secretaria de Comunicação, na CEN.

Mostramos também como, através do domínio do estabelecimento das regras formais, a Articulação conseguiu impor ao partido a sua própria linha política, baseada na ampliação da competição eleitoral com o objetivo de ampliar a base partidária.

Percebemos que, mesmo com a ampliação, a Articulação nunca ficou abaixo de 56% dos cargos eletivos obtidos pela sigla. O que demonstra que o discurso da linha política a ser adotada iria beneficiar principalmente a Articulação.

Evidenciamos como a Articulação obtinha autonomia do PT para ter privilégio na relação com outros grupos externos. Nos exemplos mencionados, destacamos as relações com a CUT, o MST, o Foro de São Paulo e o Instituto Cidadania. Esses grupos ou instituições, além de evidenciarem o bom desempenho sobre as relações externas ao partido, permitiram à Articulação o manejo de mais uma ferramenta para obter o grau de dominância sobre o recrutamento.

Finalmente, pudemos cobrir o grau de coesão das coalizões dominantes do partido. Notamos que a coesão, que na década de 90 era de 100% dos cargos do CEN, passou para 80% em 1990 e para 60% em 1992. No período em que ficou fora da coalizão dominante, ainda assim, a Articulação detinha 40% de coesão partidária. Quando a

Articulação volta a formar uma nova coalizão dominante, em 1995, ela retorna com 80% de grau de coesão.

A partir da observação dos dados eleitorais, constatamos que nossa hipótese inicial se prova correta. A coalizão dominante formada pela Articulação, enquanto existiu, tinha um alto grau de coesão interna no partido, promovido pelo desempenho da tendência na arena eleitoral, que deu a ela maior capacidade de controlar recursos oriundos de cargos eletivos e, por consequência, um domínio sobre as zonas de incerteza do partido.

Capítulo 5 - Considerações finais

A partir da análise realizada e relembando seus principais pontos, fica nítida a importância das tendências internas na formação do Partido dos Trabalhadores. São elas que deram e dão amálgama para a sigla e é através delas que são disputados os rumos partidários e constatadas as suas diferenças ideológicas.

No primeiro teste do partido na arena eleitoral, em 1982, o PT obtém uma votação muito mais baixa do que a esperada por sua direção. Esse desastre eleitoral faz com que o debate interno se acirre, apontando a tática classista como o maior erro cometido naquelas eleições. A tática, capitaneada principalmente pela ala da esquerda partidária, faz surgir no partido um movimento de tentativa de centralidade de poder em torno do grupo de Lula.

Dáí nasce o Manifesto dos 113, certidão de nascimento da Articulação. Este grupo, inicialmente não organizado enquanto tendência, mas já detentor do poder dentro do partido, sente a necessidade de organizar-se, ao menos para as disputas internas. Sem as regras de proporcionalidade, este grupo detinha 100% da direção desde a fundação, já que ganhou os Encontros Nacionais e tinha o direito de escolher toda a direção.

A singularidade da Articulação está no fato de que o Manifesto dos 113 tinha apenas signatários paulistas. Isso evidencia o poder que o partido em São Paulo tinha sobre a direção nacional, já que os principais dirigentes da sigla eram deste estado.

A unificação nacional do PT e de sua agenda, sua proposta eleitoral e linhas políticas e o combate às correntes de esquerda foram os objetivos que fundamentaram a formação deste grupo enquanto coalizão dominante. Isto fica claro durante o V EN do partido, quando a linha política da Articulação é aprovada e começa a ser implantada.

O PT tem um desempenho eleitoral importante em 1986. Dos deputados federais eleitos a maioria é composta por membros da Articulação. O mesmo ocorre na eleição da bancada estadual paulista para a Assembleia Legislativa.

As eleições de 1989 mostraram que a estratégia eleitoral da Articulação podia render bons resultados, já que o candidato da legenda Lula da Silva acabou em segundo lugar naquela disputa. Isso abriu possibilidade para a ampliação da votação nas eleições de 1990. E foi o que ocorreu: o partido cresceu em sua bancada nacional e na estadual de SP. Ao mesmo tempo, a bancada da Articulação continuou majoritária.

A linha política aprovada pela legenda no V EN viria a beneficiar o PT na arena eleitoral; outrossim, também beneficiaria a consolidação eleitoral da própria Articulação, que continuou elegendo a maioria da bancada.

Internamente, a Articulação iria sofrer uma dissidência. Essa dissidência se alia à esquerda partidária e é formada, em 1993, uma nova coalizão dominante. Esta nova maioria partidária teve problemas na condução do PT. Não conseguiu aglutinar em torno de si a unidade conquistada nas urnas. Como era formada por uma ampla gama de tendências e conduzidas pela AE, a distribuição dos cargos do CEN seguiu essa proporcionalidade, o que causou uma paralisia decisória no partido. Por outro lado, nesse período, a Articulação continuou unida e ainda obtinha 40% de grau de coesão.

Esta coesão mostra-se concreta nas eleições de 1994. Nelas, o PT obtém novo avanço com relação aos cargos de deputado federal e deputado estadual (SP). Do mesmo modo, a Articulação continua a manter a maioria dos cargos partidários eletivos, com 56% dos eleitos. Além disso, os dois governadores eleitos pelo partido naquele ano também eram signatários da tendência.

Em 1995, houve uma nova disputa interna no partido. Desta vez a Articulação uniu-se à direita partidária, conduzida pelo líder da Democracia Radical e também deputado federal José Genoíno, e a dissidentes, conseguindo garantir o retorno enquanto maioria e formando outra nova coalizão dominante. Desta vez, a coalizão pendeu para direita. Novamente uma coalizão é encabeçada pela Articulação, que conseguiu cooptar dissidentes da Articulação de Esquerda, enfraquecendo a união das esquerdas do partido naquele X EN.

Evidenciou-se, portanto, o predomínio da Articulação na arena eleitoral do partido. Este predomínio permitiu à corrente dominar as zonas de incerteza partidária. A coalizão dominante formada pela Articulação tinha um alto grau de coesão interna no partido. Mesmo no período em que ficou fora da coalizão dominante, ela manteve-se coesa internamente e o bom desempenho eleitoral obtido permitiu à Articulação ter maior controle na distribuição de incentivos seletivos no partido. Dito de outra forma, obter a maioria dos deputados do partido deu à Articulação maior capacidade de controlar

recursos oriundos de cargos eletivos e, por consequência, ter um domínio maior sobre as zonas de incerteza do partido.

O que viria a seguir, na trajetória da tendência, se mostraria muito mais autoritário e centralizador do que o revelado anteriormente pela velha coalizão. Em 1995, não era só a Articulação que chegava novamente ao poder. Era a direita partidária que, unida, tensionaria as esquerdas partidárias ao extremo, ampliaria as alianças do partido à direita e formataria o partido de maneira a colocar o debate político interno em segundo plano e exacerbar o pragmatismo eleitoral do PT. A coalizão dominante formada naquele ano pela Articulação Unidade na Luta dava origem, então, ao campo político petista que seria conhecido como Campo Majoritário. Este novo campo político teve como líderes os mesmos dirigentes da Articulação Unidade na Luta e, na prática, a linha política adotada também foi a mesma.

Essa exacerbação do pragmatismo eleitoral vai culminar na chegada do partido à presidência da república, com a eleição de Lula em 2002. No parlamento o pragmatismo também deu resultados, elegendo o maior número de deputados federais da história do partido, 91.

No entanto, é preciso refletir que muitos dos problemas atuais do PT advêm, certamente, da condução política deste Campo Majoritário e, por conseguinte, da sua coalizão anterior, a Articulação.

As crises que o PT viria a sofrer no início do governo Lula, como a advinda do processo da Ação Penal 470, tiveram como alvo algumas figuras públicas do PT que foram líderes do Campo Majoritário. A Ação Penal 470 condenou-os pela compra de votos no Congresso Nacional para aprovação de projetos importantes do governo. O PT e os condenados sempre negaram esta compra de votos. A versão assumida por eles afirmava que o dinheiro dos empréstimos ao partido vinha de Marcos Valério, empresário operador do esquema, era fruto de caixa 2 e destinava-se à eleição de deputados e prefeitos.

Foram quatro os nomes importantes do Campo Majoritário condenados e presos neste processo: o ex-presidente do PT e ex-deputado José Genoíno; o ex-deputado e ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha; o ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares e o ex-presidente do PT, ex-deputado e ex-ministro chefe da Casa Civil José Dirceu. Este último, como vimos, foi um dos nomes mais importantes da Articulação e do Campo Majoritário, o líder que contribuiu para a formação da coalizão dominante e para a construção da linha política adota pelo partido.

A crise foi tão devastadora no PT que, em 2007 o Campo Majoritário seria dissolvido, sendo substituído pela tendência Construindo um Novo Brasil, a CNB. Pode-se afirmar, a grosso modo, que a CNB teve os mesmo dirigentes e agrupamentos políticos do antigo Campo Majoritário e da Articulação, bem como linha política também semelhante. Todos os condenados na Ação Penal 470 pertenciam à CNB. Além disso, é a tendência majoritária do partido até os dias de hoje.

A esquerda petista também sofreu defecções ao longo do tempo. A expulsão, em 2003, por indisciplina partidária, de agrupamentos políticos inteiros, nos quais militavam a senadora Heloísa Helena (AL) e os deputados Ivan Valente (SP), Babá (RJ) e Luciana Genro (RS), fez com que o campo da esquerda diminuísse no PT. Esses políticos iriam formar um novo partido, o PSOL. Em 2007, outros militantes de esquerda deixaram o PT, como os líderes Plínio de Arruda Sampaio (SP) e o deputado Chico Alencar (RJ), que também migraram para o PSOL.

Atualmente a esquerda petista é composta por diversas tendências menores. Como destaque, podemos citar o campo político intitulado Mensagem ao Partido, que conta com o apoio da tendência Democracia Socialista. Outro campo político opositor é a Articulação de Esquerda, que, como vimos, surgiu numa cisão da própria Articulação no início dos anos 90.

É interessante observar que, mesmo com todas as crises internas que o partido sofreu, a esquerda petista nunca mais conseguiu formar uma nova maioria no PT. Podemos afirmar, portanto, que a coalizão dominante formada pela Articulação Unidade na Luta, em 1995, foi determinante na manutenção do poder interno do PT por esta tendência que, vale lembrar, sempre foi admitida como o “grupo do Lula” no partido. A manutenção deste centro político fez com que a Articulação nunca deixasse de ser considerada a face pública do PT.

Portanto, e ambigualmente, a Articulação será sempre lembrada pelas maiores vitórias e também pelas maiores derrotas do Partido dos Trabalhadores.

Referências bibliográficas

ANGELO, V. A. **A Trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT**. São Carlos: Edufscar, 2008.

AMARAL, O. **A estrela não é mais vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 90**. São Paulo: Garçoni, 2003.

AMARAL, O. **As transformações na organização do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009**. Tese de doutorado. Campinas, Unicamp, 2010.

AZEVEDO, C. **A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista**. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1986.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BRAGA, M. S. S. **Origem e trajetória do PT fluminense (1979-1994)**. 1997. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. **O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)**. São Paulo: Humanitas, 2006a.

_____. **Partidos Políticos: organização e controle sobre a dinâmica de representação na democracia brasileira**. In: V Encontro da ABCP. Belo Horizonte, 2006b.

COELHO, E. **Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

COUTO, C. **O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo: 1989-1992**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DINIZ, E.; BOSCHI, R. A. “Consolidação democrática no Brasil: atores políticos, processos sociais e intermediação de interesses” In: DINIZ, E. et al. *Modernização e consolidação democrática no Brasil: Dilemas da Nova República*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1989.

DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

DIRCEU, J.; POMAR, W. **Algumas considerações sobre as tendências organizadas no PT**. São Paulo: s.n., 1986.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. “Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994” In: *Dados* – Revista de Ciências Sociais v. 45, n. 2, pp. 479-525, Rio de Janeiro, 1995.

_____. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. São Paulo: FGV, 1999.

GADOTTI, M.; PEREIRA, O. **Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1989.

GORENDER, J. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

KECK, M. E. **PT – a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.

KINZO, M. D. G. **Representação política e sistema eleitoral no Brasil**. São Paulo: Símbolo, 1980.

_____. **Radiografia do Quadro Partidário**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993.

LACERDA, A. D. “O PT e a unidade partidária como problema” In: *Dados* - Revista de Ciências Sociais v.45, n.1, pp. 39-76, Rio de Janeiro, 2002.

LIMA Jr, O. B. **Democracia e Instituições políticas no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Loyola, 1993.

MELO, C. R. **O PT e a democracia**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

MENEGUELLO, R. **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. “Marcos da esquerda brasileira nos anos 90: dilemas e avanços do Partido dos Trabalhadores” In: *A Esquerda na América Latina* – Encontro do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais. Campinas, 2003.

MENEGUELLO, R.; LAMOUNIER, B. **Partidos Políticos e Consolidação Democrática**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MICHELS, R. **Os Partidos Políticos**. São Paulo, Senzala, s/d.

NICOLAU, J. **Multipartidarismo e Democracia**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

NORONHA, E. G. **Greves na transição brasileira**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

NOVAES, C. “PT: dilemas da burocratização” In: *Novos Estudos CEBRAP* n. 35, pp.217-237, São Paulo, 1993.

PANEBIANCO, A. **Modelos de Partido: organización y poder em los partidos políticos**. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos (REC), 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

PEREIRA, C. G. **A estrutura organizacional interna dos Diretórios Estaduais do Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

POMAR, V. (Org). **Socialismo ou barbárie: documentos da Articulação de Esquerda**. São Paulo: Viramundo, 2000.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS FILHO, D. A. “O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas” In: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

REC – **Resoluções de Encontros e Congressos**. Editora Perseu Abramo, 1998.

RIBEIRO, P. F. **Um partido em mutação: a transformação do PT e seus reflexos sobre as campanhas presidenciais (1989, 2002)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004a.

_____. “O PT nas eleições de 2004: alianças nacionalizadas ou flexibilização para a adequação às dinâmicas locais?” In: *Anais do Encontro Anual da ANPOCS 28*, Caxambu, 2004b.

_____. “Velhos e novos companheiros: coligações eleitorais nos municípios do ‘G79’ (1996-2008). In: KRAUSE, S.; MIGUEL, L. F. (Orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: 1986-2008*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

_____. **Dos Sindicatos ao Governo: a organização nacional do PT, de 1980 a 2005**. São Carlos: Edufscar, 2010.

SADER, E. **E agora PT? Caráter e identidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SARTORI, G. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro/Brasília: Jorge Zahar/ Ed. da UnB, 1982.

SECCO, L. **História do PT**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

SILVA, A. O. “Ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores (Uma análise das origens e evolução da Tendência Articulação – PT)” In: *Revista Espaço Acadêmico*. Ano 11 número 22, março de 2003.

SOUZA, L. M. “Das marcas do passado à primeira transição do PT” In: *Perseu: História, Memória e Política* vol.1, número 1, 2007.

VIANA, G. **A revolta dos bagrinhos**. Belo Horizonte: Segrac, 1991.

WEBER, M. “Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal” In: CAMPOS, E. (Org.) *Sociologia da burocracia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978, pp.15-28.

_____. Metodologia das Ciências Sociais. São Paulo/Campinas: Cortez/Editora da Unicamp, 1993. 2 vol.

ANEXOS

Manifesto dos 113¹²

Companheiros do PT,

Estamos convencidos que o PT vive, hoje, um momento muito difícil, mas não aquela crise que os seus inimigos apregoam. Diante disso, resolvemos nos articular para uma intervenção coletiva na vida do nosso partido. Estamos, nesse momento, diante da importante tarefa da renovação das direções partidárias.

Reconhecemos as dificuldades que vivemos, decorrentes 1º dos desacertos das nossas direções na aplicação da linha de construção partidária, e 2º da ofensiva externa, daqueles que são contra, e interna, daqueles que não acreditam que os trabalhadores são capazes de se organizarem como força política autônoma em nosso país.

No entanto, reafirmamos, nesse momento, a vigorosa vontade de milhares de militantes que, apoiados no reconhecimento da necessidade histórica do PT, querem fazer do Partido um dos instrumentos dos trabalhadores construir uma sociedade socialista, onde não haja explorados nem exploradores.

Defendemos, assim, o PT como partido de massas, de lutas e democrático. Combatemos, por isso, as posições que, por um lado, tentam diluí-lo numa frente oposicionista liberal, como o PMBD, de ação predominantemente parlamentar-institucional; ou que se deixam seduzir por uma proposta “socialista” sem trabalhadores, como o PDT. Também combatemos aqueles que, incapazes de traduzir nosso papel em termos de uma efetiva política de organização e acumulação de forças, se encerram numa proposta de partido vanguardista tradicional, que se auto-nomeia representante da classe trabalhadora. Por outras palavras, somos contra tanto o comportamento individualista daqueles que acreditam não ser necessário ouvir o Partido e que, por conta própria, avançam propostas conciliadoras, como aqueles que, também não se submetendo a democracia interna do PT, subordinam-se a comandos paralelos e priorizam a divulgação das suas posições políticas, em detrimento daquelas do próprio Partido.

Ao contrário desses “iluminados”, não temos respostas para todos os problemas do PT. Nem temos a receita infalível para superar a crise econômica do país, para vencer a ditadura e para chegar ao poder.

O que pretendemos, ao detonar o amplo processo do debate democrático - que subsidiaremos com alguns documentos de produção coletiva a serem amplamente distribuídos - é contribuir para que os próprios militantes, filiados e simpatizantes do PT

¹² Apesar de chamar-se de Manifesto dos 113, a lista de signatários tinha de fato apenas 112 nomes. A lista original aparecia com os 113, porém, um dos nomes estava repetido.

possam elaborar coletivamente diretrizes claras, capazes não apenas de orientar a nossa prática cotidiana e a da direção renovada, mas, sobretudo, de auxiliarem o avanço e a unificação política dos movimentos dos trabalhadores.

Entendemos assim, que cabe ao PT nesse momento:

1. Lutar contra a tentativa do regime de estabelecer uma política de trégua e de conciliação, assim como lutar contra o estabelecimento, por forças que se dizem de oposição, de um pacto social que visa ao isolamento dos trabalhadores. Entendemos que tais propostas buscam, tão somente, fazer novamente a classe trabalhadora apagar os custos da crise econômica e social;

1. Responder a esta conciliação e a este pacto com a mobilização de todas aquelas forças sociais exploradas que estão dispostas a lutar pelas numerosas reivindicações abrigadas pelo lema TRABALHO, TERRA E LIBERDADE;

1. Cumprir concretamente nosso papel como partido de massa:

1. Militando intensamente nos movimentos populares, sindicais, raciais, culturais e das chamadas minorias, contribuindo com propostas concretas para a condução de suas lutas, respeitada a sua autonomia;

2. Aplicando nossas propostas de filiação e nucleação intensivas, a fim de que as mais amplas camadas de explorados possam participar da construção do PT e da aplicação da sua política; e.

3. Executando uma política ativa de formação política e cultural dos militantes;

4. Para levar à prática as propostas acima, achamos que também são necessários alguns passos relacionados com a estrutura e a democracia interna do Partido:

- D.1 - Revalorizar o papel dos núcleos como instância de reflexão e deliberação;

- D.2 - Imprimir-lhes uma dinâmica, sobretudo, direcionada para a atuação dos movimentos sociais e não apenas para a vida interna do partido;

- D.3 - Estabelecer critérios políticos claros para a escolha das direções partidárias e dos parlamentares;

- D.4 - Estabelecer, também, critérios claros para a participação das bases nas decisões partidárias;

- D.5 - Descentralizar a estrutura organizacional e financeira do partido, alcançando todas as nossas bases, seja na capital, seja no interior do Estado;

D.6 - Criar uma imprensa partidária ágil e amplo fluxo de informações, que atinja o conjunto do Partido; enfim, abrir todos os canais possíveis para consolidação da democracia interna do Partido dos Trabalhadores.

Comprometidos, portanto, com esses princípios, nós, abaixo-assinados, militantes de diversas regiões, setores e instâncias do PT, convocamos a todos os companheiros que concordam com essas posições a apoiarem e a participarem deste projeto que se inspira nas ideias originárias do nosso Partido.

São Paulo, 02 de Junho de 1983

Assinam

Nº	NOME	OCUPAÇÃO	LOCAL
1	Djalma de Souza Bom	Deputado Federal	São Bernardo do Campo
2	Devanir Ribeiro		Ipiranga
3	José Cicote	Deputado Estadual	Santo André
4	Anízio Batista	Deputado Estadual	Saúde
5	Gilson Menezes	Prefeito	Diadema
6	Claudio Barroso	Vereador	Vila Prudente
7	Antonio Carlos Granado	Vereador	Santo André
8	Geraldo Siqueira	Deputado Estadual	
9	Irma Passoni	Deputada Federal	Capela do Socorro
10	Eduardo Jorge	Deputado Estadual	Itaquera
11	João Carlos Alves	Vereador	Capital
12	Irede Cardoso	Vereador	
13	Miguel Rupp		Santo André
14	Alcides Mamizura	Vereador	Campinas
15	Oswaldo Noce	Vereador	Sorocaba
16	Janete Rocha Pietá		Guarulhos
17	José Ivo Vannhuchi	Vereador	São Joaquim da Barra
18	Santo dos Reis Siqueira		Cotia
19	Cid Barbosa Lima Jr.		
20	Raphael Martinelli		Lapa
21	Marcelo Racy		Aclimação
22	Arthur Cunha		Guarulhos
23	Marcos Padovane		
24	José Candido Pereira		Parque S. Rafael
25	Francisco Carlos Bernal		
26	Maridite de Oliveira		
27	José Augusto da Silva Ramos		
28	José Gilmar Alves Santos		
29	Iram de Resende		Sumaré

30	Geroncio Rocha		Cerqueira Cesar
31	Antonio Dória M. Carneira		Cerqueira Cesar
32	Delmar Maltes		Vila Prudente
33	Nelson Machado		Pinheiros
34	Idalvo Cavalcanti Toscano		Vila Mariana
35	Lêda Rejane Queiroz		Butantã
36	José Dirceu		Jardim América
37	Dorival Costa		Birigui
38	José Mentor		Saúde
39	Graça Mentor		Saúde
40	Elcio Riva		Santo André
41	Robeni Baptista da Costa		Campinas
42	Antonio R. Guimarães		Osasco
43	Elizabethi Souza Lobo		Pinheiros
44	Moacyr Eleutério Jr.		
45	Valdemir Cavalcante		Caçapava
46	Percy Sampaio Camargo		Araçatuba
47	Gilson Rodolfo Marints		
48	José Domingos T. Vasconcelos		
49	Ricardo Galletta		Campinas
50	Jorge Batista		Osasco
51	Carlos Russo		Aclimação
52	Lizete D. Silvio		Aclimação
53	Arnelino Passoni		Capela do Socorro
54	Leonide Tatto		Parelheiros
55	Maria de Lourdes Silva		Santo Amaro (Vila São José)
56	Guilherme Simões Gomes		Ribeirão Preto
57	José Zico		Itaquera
58	Heitor Gaudenci Junior		Vinhedo
59	José Pedro da Silva		Osasco
60	Abdon J. Uebbe		
61	Antonio Cassio Santos		Ermelino Matarazzo
62	Antonio de Paula		São Paulo
63	Vicente Caetano Franies		Sorocaba
64	Olival Costa Farias		Sorocaba
65	Ismael Nunes Pereira Filho		Votorantim
66	Luiz Carlos Gomes		Barueri
67	Agenor Figueiredo		Cajamar
68	Antonio Carvalho do Nascimento		Marília
69	Marcia Mulin Firmino da Silva		Perdizes
70	Rosalv Aparecida Rodrigues Silveira		São Caetano do Sul
71	Juscelino Silva Neto		Itaim Paulista
72	Lucia Holanda		
73	Maurício Segall		Saúde
74	Terezinha Martins		Saúde

75	Juraci de Oliveira Santiago		
76	Clara Charf		
77	Vicente Trevas		Perdizes
78	Rubens Possati		Bela Vista
79	Aldo I. da Silva		Itaquera
80	Silvio Caccia Bava		Jardim Paulista
81	Helena Segundo		São Miguel Paulista
82	Elói Alfredo Pietá	Vereador	Guarulhos
83	José Machado		Piracicaba
84	Marco Aurélio Garcia		Jardim Paulista
85	José Américo Dias		Liberdade
86	Adriano Diogo		Alto da Moóca
87	Marta Balieiro		
88	Francisco Rocha da Silva (Rochinha)		Vila Prudente
89	Norival Estevos		
90	Eder Sader		Ibirapuera
91	Ricardo Guterman		Ermelino Matarazzo
92	Alípio Viana Freire		Perdizes
93	Keiji Kanashiro		Diadema
94	Therezinha Bastos Fini		Diadema
95	Mayumi Watanabe de Souza Lima		
96	Sergio Pereira de Souza Lima		
97	Hamilton Otávio de Souza		
98	André Felipe Darde		São Caetano do Sul
99	Jorge Kayano		São Miguel Paulista
100	Erminia Maricato		Parelheiros
101	Waldemar Pereira Pinho		Botucatu
102	Afonso M. da Cruz		São Bernardo do Campo
103	Expedito Soares Batista	Deputado Estadual	
104	Vicente de Paula (Vicentinho)		Diadema
105	Luiza Erundina	Vereadora	Capital
106	Paulo Diniz	Deputado Estadual	
107	Jair Meneguelli		São Bernardo do Campo
108	Rui Falcão		Perdizes
109	Silvio José Pereira (Silvinho)		Osasco
110	Luis Inácio Lula da Silva		São Bernardo do Campo
111	Luis Gonzaga de Oliveira	Vereador	Carapicuíba
112	Valdemar Herrmann		

**Lista de deputados eleitos do Partido dos Trabalhadores que pertenceram à Articulação
(Eleições de 1986, 1990 e 1994)**

Eleições 1986 - Câmara dos Deputados - Candidatos Eleitos pelo PT			Articulação	Outra Tendência/ Independente
	Nome	Estado		
1	Vitor Buaiz	ES	X	
2	João Paulo Pires Vasconcelos	MG	X	
3	Paulo Gabriel Godinho Delgado	MG	X	
4	Virgílio Guimarães de Paula	MG		X
5	Benedita Souza da Silva Santos	RJ	X	
6	Vladimir Palmeira	RJ		X
7	Olívio Dutra	RS	X	
8	Paulo Paim	RS	X	
9	Eduardo Jorge	SP		X
10	Florestan Fernandes	SP		X
11	Gumercindo Neto	SP	X	
12	Irma Passoni	SP	X	
13	José Genoino	SP		X
14	Luiz Gushiken	SP	X	
15	Plínio de Arruda Sampaio	SP	X	
16	Luiz Inácio Lula do Silva	SP	X	

Eleições 1986 - Assembléia Legislativa (SP) Candidatos Eleitos pelo PT			Articulação	Outra Tendência/ Independente
	Nome	Estado		
1	Antonio Lucas Buzato	SP	X	
2	Clara Ant	SP	X	
3	Expedito Soares Batista	SP		X
4	Ivan Valente	SP		X
5	José Cicote	SP	X	
6	José Dirceu	SP	X	
7	José Machado	SP	X	
8	Luiza Erundina	SP		X
9	Roberto Gouveia Nascimento	SP		X
10	Telma de Souza	SP	X	

Eleições 1990 - Câmara dos Deputados - Candidatos Eleitos pelo PT			Articulação	Outra Tendência/ Independente
	Nome	Estado		
1	Ricardo Moraes de Souza	AM		X
2	Lourival do Carmo de Freitas	AP		X
3	Jaques Wagner	BA	X	

4	Manoel Alcides Modesto Coelho	BA		X
5	Francisco Domingos dos Santos	DF	X	
6	Maria Laura Sales Pinheiro	DF		X
7	Agostinho Cesar Valente	MG		X
8	João Paulo Pires Vasconcelos	MG	X	
9	Nilmario Miranda	MG	X	
10	Paulo Gabriel Godinho Delgado	MG	X	
11	Sandra Meira Starling	MG		X
12	Tilden José Santiago	MG	X	
13	Paulo Rocha	PA	X	
14	Valdir Ganzer	PA	X	
15	Edesio Franco Passos	PR	X	
16	Paulo Bernardo	PR	X	
17	Pedro Irno Tonelli	PR	X	
18	Benedita da Silva	RJ	X	
19	Carlos Augusto Alves Santana	RJ		X
20	Vladimir Palmeira	RJ		X
21	Adão Preto	RS	X	
22	José Fortunatti	RS		X
23	Paulo Paim	RS	X	
24	Raul Pont	RS		X
25	Luci Terezinha Choinacki	RS	X	
26	Aloisio Mercadante	SP	X	
27	Eduardo Jorge	SP		X
28	Ernesto Gradella Neto	SP		X
29	Florestan Fernandes	SP		X
30	Hélio Bicudo	SP	X	
31	Irma Passoni	SP	X	
32	José Cicote	SP	X	
33	José Dirceu	SP	X	
34	José Genoio	SP		X
35	Luiz Gushiken	SP	X	

Eleições 1990 - SENADO Candidatos Eleitos pelo PT		Articulação	Outra Tendência/ Independente
1	Eduardo Suplicy	SP	X

Eleições 1990 - Assembléia Legislativa (SP) Candidatos Eleitos pelo PT		Articulação	Outra Tendência/ Independente
1	Antenor Plácido Chicarino	SP	X
2	Antonio Lucas Buzato	SP	X
3	Antonio Palocci	SP	X
4	Arlindo Chinaglia	SP	X

5	Bia Pardi	SP	X	
6	Eloi Pietá	SP	X	
7	Ivan Valente	SP		X
8	João Paulo Cunha	SP	X	
9	Zico Prado	SP	X	
10	Luiz Antonio de Azevedo	SP	X	
11	Luiz Carlos da Silva (Professor Luizinho)	SP	X	
12	Luiz Carlos Pedro	SP		X
13	Pedro Dallari	SP	X	
14	Roberto Gouveia do Nascimento	SP		X

Eleições 1994 - Câmara dos Deputados - Candidatos Eleitos pelo PT			Articulação	Outra Tendência/ Independente
	Nome	Estado		
1	Manoel Alcides Modesto Coelho	BA		X
2	Jaques Wagner	BA	X	
3	José Pimentel	CE	X	
4	Francisco Domingos dos Santos	DF	X	
5	Maria Laura Sales Pinheiro	DF		X
6	João Carlos Coser	ES		X
7	Pedro Wilson Guimarães	GO	X	
8	Domingos Dutra	MA	X	
9	Haroldo Saboia	MA		X
10	Chico Ferramenta	MG	X	
11	Paulo Gabriel Godinho Delgado	MG	X	
12	Tilden José Santiago	MG		X
13	Nilmário Miranda	MG	X	
14	Sandra Meira Starling	MG		X
15	João Domingo Fassarella	MG	X	
16	Gilney Amorim Viana	MT	X	
17	Paulo Rocha	PA	X	
18	Ana Julia Carepa	PA	X	
19	Paulo Bernardo	PR	X	
20	Roque Zimmermann	PR	X	
21	Nedson Luiz Micheleti	PR	X	
22	Humberto Costa	PE	X	
23	Fernando Ferro	PE	X	
24	Jorge Milton Temer	RJ		X
25	Maria da Conceição Tavares	RJ		X
26	Carlos Augusto Alves Santana	RJ		X
27	Paulo Paim	RS	X	
28	José Fortunati	RS		X
29	Esther Pillar Grossi	RS		X

30	Adão Preto	RS		X
31	Waldomiro Fioravante	RS		X
32	Miguel Rossetto	RS		X
33	Luiz Fernando Mainardi	RS		X
34	José Fritsch	SC		X
35	Milton Mendes de Oliveira	SC		X
36	Marcelo Deda	SE	X	
37	José Genoino	SP		X
38	Telma de Souza	SP	X	
39	Celso Daniel	SP	X	
40	Marta Suplicy	SP	X	
41	Helio Bicudo	SP	X	
42	José Augusto da Silva Ramos	SP	X	
43	Jair Meneguelli	SP	X	
44	Luiz Gushiken	SP	X	
45	João Paulo Cunha	SP	X	
46	José Machado	SP	X	
47	Eduardo Jorge	SP		X
48	Arlindo Chinaglia	SP		X
49	Ivan Valente	SP		X
50	Luciano Zica	SP		X

Eleições 1994 - SENADO - Candidatos Eleitos pelo PT		Articulação	Outra Tendência/ Independente
1	Marina Silva	AC	X
2	José Eduardo Dutra	SE	X
3	Benedita da Silva	RJ	X
4	Lauro Campos	DF	X

Eleições 1994 - Governador - Candidatos Eleitos pelo PT		Articulação	Outra Tendência/ Independente
1	Cristovão Buarque	DF	X
2	Vitor Buaiz	ES	X

Eleições 1994 - Assembléia Legislativa (SP) Candidatos Eleitos pelo PT		Articulação	Outra Tendência/ Independente
1	Luiz Carlos da Silva	SP	X
2	Maria Lúcia Prandi	SP	X
3	Mariangela Duarte	SP	X
4	Pedro Dallari	SP	X
5	Roberto Gouveia do Nascimento	SP	X

6	José Baccarin	SP	X	
7	Rui Falcão	SP		X
8	Renato Simões	SP		X
9	Djalma Bom	SP	X	
10	Eloi Pietá	SP	X	
11	Hamilton Pereira	SP	X	
12	José Pivatto	SP	X	
13	Bia Pardi	SP	X	
14	Paulo Teixeira	SP		X
15	Wagner Lino Alves	SP		X
16	Zico Prado	SP	X	